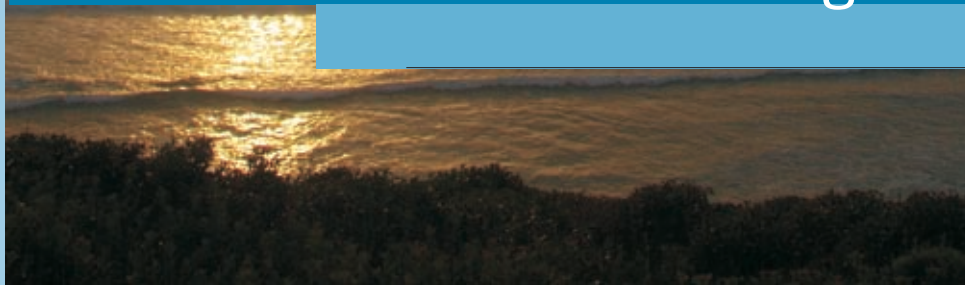




Retrato Territorial de Portugal

2009





RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

FICHA TÉCNICA

Título

Retrato Territorial de Portugal 2009

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Fotografias

Pedro P. Almeida

Tiragem

400 exemplares

ISSN 1646-0448

ISBN 978-989-25-0106-2

Depósito Legal nº 214842/04

Periodicidade Bienal

Preço: € 20,00 (IVA incluído)

O título da figura da página 226 foi
actualizado em 13.05.2011

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt



808 201 808

© INE, I.P., Lisboa - Portugal, 2011

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, excepto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência Lisboa-Portugal.

ÍNDICE



Nota introdutória	19
Parte I – A valorização territorial de destinos turísticos	21
Enquadramento	21
II.1. As dinâmicas recentes da oferta turística	23
A dinâmica de construção induzida pelo turismo	24
Os padrões territoriais da oferta.....	37
A qualificação da oferta territorial	45
II.2. A atractividade turística dos territórios.....	50
A intensidade turística dos territórios.....	50
As proveniências da procura.....	57
A sazonalidade da procura	64
II.3. A diferenciação territorial da dinâmica económica induzida pelo turismo	68
A dimensão económica do turismo	70
Uma aproximação à importância económica do turismo induzido pelo exterior	74
Considerações finais	77
Conceitos	80
Parte II – A sustentabilidade demográfica dos territórios	85
Enquadramento	85
II.1. A dinâmica populacional	87
A concentração populacional.....	87
O contributo dos movimentos fisiológico e migratório	91
II.2. O envelhecimento da população	96
O fenómeno do duplo envelhecimento.....	97
As dimensões do envelhecimento	101
II.3. O papel dos padrões de fecundidade e das novas dinâmicas familiares	109
As tendências recentes da fecundidade.....	110
As idades da fecundidade.....	117
A formalização das conjugalidades	123
O divórcio e o recasamento	135
II.4. O lugar e o contributo da população estrangeira.....	141
Os padrões territoriais de residência	141



O contributo demográfico	147
Considerações finais	152
Conceitos	155
Parte III – A produção industrial e a orientação exportadora nas regiões portuguesas ..	159
Enquadramento	159
III.1. A actividade industrial nas regiões	161
A indústria na estrutura produtiva das regiões.....	166
As actividades de especialização regional	171
Os factores da competitividade industrial	179
O conteúdo tecnológico da actividade industrial	183
III.2. A dinâmica do tecido produtivo industrial.....	189
A caracterização e a concentração territorial das empresas industriais	190
A dinâmica empresarial na indústria.....	196
A sustentabilidade económico-financeira das empresas industriais.....	201
III.3. A orientação exportadora de bens das regiões portuguesas	208
O comércio internacional nas regiões	210
O perfil de especialização das exportações	215
O conteúdo tecnológico das exportações.....	224
O destino das exportações	227
Considerações finais	234
Conceitos	239
Anexo III.1 - Classificação das indústrias transformadoras de acordo com o principal factor de competitividade	241
Anexo III.2 - Classificação das indústrias transformadoras de acordo com o conteúdo tecnológico	242
Anexo III.3 - Classificação dos produtos de alta tecnologia (nacional).....	243
Bibliografia	245
Siglas e Abreviaturas.....	249

ÍNDICE DE CAIXAS



Parte I – A valorização territorial de destinos turísticos	21
Caixa I.1 Sistema de Informação de Operações Urbanísticas – Estatísticas das Obras Concluídas	24
Caixa I.2 Tipologia de Áreas Urbanas	28
Caixa I.3 Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria	38
Caixa I.4 Índice de Gini	43
Caixa I.5 Quociente de localização	45
Caixa I.6 Curva de Lorenz	59
 Parte II – A sustentabilidade demográfica dos territórios	 85
Caixa II.1 Curva de Lorenz e Índice de Gini	142
Caixa II.2 Quociente de localização	144
 Parte III – A produção industrial e a orientação exportadora nas regiões portuguesas .	 159
Caixa III.1 Produto Interno Bruto <i>per capita</i> em Paridades de Poder de Compra	162
Caixa III.2 Diagrama triangular	166
Caixa III.3 Indústrias transformadoras	172
Caixa III.4 Índice de Balassa-Hoover	174
Caixa III.5 Coeficiente de especialização	177
Caixa III.6 Principal factor de competitividade industrial	179
Caixa III.7 Definição de micro, pequenas e médias empresas	192
Caixa III.8 Demografia das Empresas	197
Caixa III.9 Estatísticas do Comércio Internacional de Bens	210
Caixa III.10 Produtos de alta tecnologia	224

ÍNDICE DE FIGURAS



Parte I – A valorização territorial de destinos turísticos	21
Figura I.1 Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo no total da superfície de construções novas, por município, 2000-2009	26
Figura I.2 Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo no total da superfície de construções novas, por município, 2000-2004	27
Figura I.3 Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo no total da superfície de construções novas, por município, 2005-2009	27
Figura I.4 Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo no total da superfície de construções novas, segundo a tipologia de áreas urbanas, por NUTS II, 2000-2009	29
Figura I.5 Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo com mais do que quatro pavimentos no total da superfície de construções novas destinadas ao turismo, por município, 2000-2009	30
Figura I.6 Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo com mais do que quatro pavimentos no total da superfície de construções novas destinadas ao turismo, por município, 2000-2004	31
Figura I.7 Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo com mais do que quatro pavimentos no total da superfície de construções novas destinadas ao turismo, por município, 2005-2009	31
Figura I.8 Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo com mais do que quatro pavimentos no total da superfície de construções novas destinadas ao turismo, segundo a tipologia de áreas urbanas, por NUTS II, 2000-2009	32
Figura I.9 Proporção da superfície objecto de reabilitações físicas do edificado com destino turístico no total da superfície de obras no edificado destinado ao turismo, por município, 2000-2009	33
Figura I.10 Proporção da superfície objecto de reabilitações físicas do edificado com destino turístico no total da superfície de obras no edificado destinado ao turismo, por município, 2000-2004	34
Figura I.11 Proporção da superfície objecto de reabilitações físicas do edificado com destino turístico no total da superfície de obras no edificado destinado ao turismo, por município, 2005-2009	34



Figura I.12 Proporção da superfície objecto de reabilitações físicas do edificado com destino turístico no total da superfície de obras no edificado destinado ao turismo, segundo a tipologia de áreas urbanas, por NUTS II, 2000-2009	35
Figura I.13 Indicadores da dinâmica construtiva induzida pelo turismo (Portugal = 100), por NUTS III, 2000-2009	36
Figura I.14 Superfície ocupada por áreas classificadas (Continente) e localização dos estabelecimentos hoteleiros (Portugal), por freguesia, 2009	39
Figura I.15 Proporção de estabelecimentos hoteleiros, segundo a tipologia de áreas urbanas, por NUTS II, 2009	40
Figura I.16 Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, por município, 2009	41
Figura I.17 Taxa de variação média anual da capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, por município, 2002/2009	43
Figura I.18 Contributo regional para a capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, por NUTS II, 2002 e 2009	43
Figura I.19 Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros por 1 000 habitantes, por município, 2009	44
Figura I.20 Quocientes de localização da capacidade de alojamentos nos hotéis, por município, 2009	47
Figura I.21 Quocientes de localização da capacidade de alojamentos nas pensões, por município, 2009	47
Figura I.22 Quocientes de localização da capacidade de alojamentos nos hotéis-apartamentos, por município, 2009	47
Figura I.23 Quocientes de localização da capacidade de alojamentos nos apartamentos turísticos, por município, 2009	47
Figura I.24 Proporção de estabelecimentos hoteleiros de três ou mais estrelas no total de estabelecimentos hoteleiros, Portugal e NUTS II, 2009	48
Figura I.25 Intensidade turística, Portugal e NUTS II, 2002 e 2009	51
Figura I.26 Variação da intensidade turística, por município, 2002/2009	52
Figura I.27 Intensidade turística, por município, 2009	52
Figura I.28 Intensidade turística nos hotéis e hotéis-apartamentos com três ou mais estrelas, por município, 2009	53
Figura I.29 Intensidade turística nos aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos com três ou mais estrelas, por município, 2009	53
Figura I.30 Intensidade do turismo no espaço rural, Portugal e NUTS II, 2004 e 2008.....	54



Figura I.31 Taxa líquida de ocupação-cama nos estabelecimentos hoteleiros, Portugal e NUTS III, 2009	55
Figura I.32 Indicadores de intensidade e ocupação turística (Portugal = 100), por NUTS III, 2002 e 2009.....	56
Figura I.33 Proporção de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros, Portugal e NUTS II, 2002 e 2009	57
Figura I.34 Proporção de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros, por município, 2009	58
Figura I.35 Curvas de concentração do número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros segundo a residência habitual face à superfície dos municípios, 2002 e 2009	60
Figura I.36 Índice de Gini da distribuição do número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros segundo a residência habitual face à superfície dos municípios, 2002, 2005 e 2009.....	60
Figura I.37 Quocientes de localização dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros com residência habitual em Portugal, por município, 2009	62
Figura I.38 Quocientes de localização dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros com residência habitual em Espanha, por município, 2009	62
Figura I.39 Quocientes de localização dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros com residência habitual no Reino Unido, por município, 2009	62
Figura I.40 Quocientes de localização dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros com residência habitual na Alemanha, por município, 2009.....	62
Figura I.41 Indicadores da proveniência da procura turística (Portugal = 100), por NUTS III, 2002 e 2009.....	63
Figura I.42 Taxa de sazonalidade, por município, 2009	65
Figura I.43 Índice de Gini da distribuição mensal das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, Portugal e NUTS II, 2002-2009	66
Figura I.44 Índice de Gini da distribuição mensal das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, Portugal e NUTS II, 2002-2005 e 2006-2009.....	67
Figura I.45 Evolução nominal da procura turística, do valor acrescentado gerado pelo turismo e do VAB da economia, Portugal, 2000-2009	69
Figura I.46 Composição do valor acrescentado gerado pelo turismo, Portugal, 2000-2009	69
Figura I.47 Balança de serviços: viagens e turismo, Portugal, Janeiro de 1996-Setembro de 2010	70
Figura I.48 Saldos das balanças corrente, de serviços e de viagens e turismo, Portugal, Janeiro de 1996-Setembro de 2010	70



Figura I.49 Contributo regional para o pessoal ao serviço nas empresas com sede no país na actividade económica alojamento, por NUTS III, 2007-2008	71
Figura I.50 Proporção de pessoal ao serviço nas empresas com sede na unidade territorial na actividade económica alojamento, por município, 2007-2008 ...	72
Figura I.51 Proporção de volume de negócios das empresas com sede na unidade territorial na actividade económica alojamento, por município, 2007-2008 ...	72
Figura I.52 Proporção de pessoal ao serviço e de volume de negócios das empresas com sede na unidade territorial na actividade económica alojamento, por município, 2007-2008	73
Figura I.53 Valor das compras internacionais efectuadas em Terminais de Pagamento Automático e dos levantamentos internacionais efectuados em Caixas Automáticas por habitante, por município, 2007-2009	75

Parte II – A sustentabilidade demográfica dos territórios 85

Figura II.1 Variação da densidade populacional, por município, 2000/2009	88
Figura II.2 Densidade populacional, por município, 2009.....	89
Figura II.3 Indicadores demográficos por classes de população urbana	90
Figura II.4 Taxa de variação da população residente e suas componentes, Portugal e NUTS II, 2000/2009	92
Figura II.5 Decomposição da evolução da população residente, por município, 2000/2009	93
Figura II.6 Taxa de variação da componente natural da população residente, por município, 2000/2009	95
Figura II.7 Taxa de variação da componente migratória da população residente, por município, 2000/2009	95
Figura II.8 Projecções do índice de envelhecimento, Portugal e NUTS II, 2010 e 2030	97
Figura II.9 Proporção de população residente com idade entre 0 e 14 anos, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009	98
Figura II.10 Proporção de população residente com 65 ou mais anos de idade, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009	98
Figura II.11 Variação da proporção de população residente com idade entre 0 e 14 anos, por município, 2000/2009.....	99
Figura II.12 Variação da proporção de população residente com 65 ou mais anos de idade, por município, 2000/2009	99
Figura II.13 Esperança média de vida à nascença, NUTS III, 2007-2009	100
Figura II.14 Esperança média de vida aos 65 anos, NUTS III, 2007-2009	100



Figura II.15 Indicadores da estrutura etária e da esperança de vida (Portugal = 100), por NUTS III, 2000 e 2009.....	101
Figura II.16 Índice de envelhecimento, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009	102
Figura II.17 Variação do índice de envelhecimento, por município, 2000/2009.....	103
Figura II.18 Índice de envelhecimento, por município, 2009.....	103
Figura II.19 Índice de longevidade, por município, 2009	104
Figura II.20 Relação de masculinidade da população total, por município, 2009	105
Figura II.21 Relação de masculinidade da população com 65 ou mais anos de idade, por município, 2009	105
Figura II.22 Índice de renovação da população em idade activa, por município, 2009	107
Figura II.23 Indicadores de envelhecimento (Portugal = 100), por NUTS III, 2000 e 2009	108
Figura II.24 Índice sintético de fecundidade, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009	111
Figura II.25 Índice sintético de fecundidade, Portugal e NUTS III, 2009.....	112
Figura II.26 Taxa de fecundidade geral, por município, 2000	113
Figura II.27 Taxa de fecundidade geral, por município, 2009.....	113
Figura II.28 Proporção de mulheres em idade fértil (15-49 anos) na população residente feminina, Portugal e NUTS II, 2000-2009	114
Figura II.29 Proporção de mulheres em idade fértil (15-49 anos) na população residente feminina, por município, 2009.....	115
Figura II.30 Indicadores de fecundidade (Portugal = 100), por NUTS III, 2000 e 2009	116
Figura II.31 Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009.....	117
Figura II.32 Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, Portugal e NUTS III, 2009	118
Figura II.33 Proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009	119
Figura II.34 Proporção de nados-vivos de mães adolescentes, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009	119
Figura II.35 Proporção de mulheres com ensino superior na população total, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009	120
Figura II.36 Proporção de mulheres a trabalhar a tempo completo na população empregada, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009.....	120
Figura II.37 Proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos, segundo o local de residência da mãe (tipologia de áreas urbanas), por NUTS II, 2009	121
Figura II.38 Proporção quinquenal de nados-vivos de mães adolescentes, segundo o local de residência da mãe (tipologia de áreas urbanas), por NUTS II, 2005-2009	121



Figura II.39 Proporção de nados-vivos de mães com idade igual ou superior a 35 anos, por NUTS III, 2009	122
Figura II.40 Indicadores das idades da fecundidade (Portugal = 100), por NUTS III, 2000 e 2009	123
Figura II.41 Taxa bruta de nupcialidade, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009	124
Figura II.42 Taxa bruta de nupcialidade, por município, 2009	125
Figura II.43 Proporção de casamentos católicos, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009	126
Figura II.44 Proporção de casamentos católicos, segundo o local de residência futura dos cônjuges (tipologia de áreas urbanas), por NUTS II, 2009	126
Figura II.45 Proporção de casamentos católicos, por município, 2009	127
Figura II.46 Idade média ao primeiro casamento, Portugal, 1970-2009	128
Figura II.47 Idade média ao primeiro casamento, Portugal e NUTS II, 2009	128
Figura II.48 Idade média da mulher ao primeiro casamento, por NUTS III, 2009	129
Figura II.49 Idade média do homem ao primeiro casamento, por NUTS III, 2009	129
Figura II.50 Proporção de casamentos com residência anterior comum, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009	130
Figura II.51 Proporção de casamentos com residência anterior comum, segundo a forma de celebração, Portugal e NUTS II, 2009	130
Figura II.52 Proporção de nados-vivos fora do casamento, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009	131
Figura II.53 Proporção de nados-vivos fora do casamento com coabitação dos pais, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009	131
Figura II.54 Proporção de casamentos com residência anterior comum, segundo o local de registo (tipologia de áreas urbanas), por NUTS II, 2009	132
Figura II.55 Proporção de nados-vivos fora do casamento, segundo o local de residência da mãe (tipologia de áreas urbanas), por NUTS II, 2009	132
Figura II.56 Proporção de casamentos com residência anterior comum, por município, 2009	133
Figura II.57 Proporção de nados-vivos fora do casamento, por município, 2009	133
Figura II.58 Indicadores de conjugalidade (Portugal = 100), por NUTS III, 2000 e 2009	134
Figura II.59 Taxa bruta de nupcialidade e taxa bruta de divorcialidade, Portugal, 1970-2009	135
Figura II.60 Taxa bruta de divorcialidade, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009	135
Figura II.61 Taxa bruta de divorcialidade, por município, 2009	137
Figura II.62 Proporção de nubentes cujo estado civil anterior era divorciado, Portugal e NUTS II, 2000 e 2009	138



Figura II.63 Proporção de nubentes cujo estado civil anterior era divorciado, por município, 2009	139
Figura II.64 Indicadores de divorcialidade (Portugal = 100), por NUTS III, 2000 e 2009	140
Figura II.65 Curva de concentração da população estrangeira por principais grupos de nacionalidades face ao total da população residente, por município, 2009	143
Figura II.66 Índice de Gini da distribuição da população estrangeira e principais grupos de nacionalidades face ao total de população residente, 2009.....	144
Figura II.67 Quocientes de localização da população de nacionalidade estrangeira, por município, 2009	145
Figura II.68 Quocientes de localização da população proveniente do Brasil, por município, 2009	145
Figura II.69 Quocientes de localização da população proveniente de países da Europa de Leste, por município, 2009	145
Figura II.70 Quocientes de localização da população proveniente de PALP, por município, 2009	145
Figura II.71 Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira (países extracomunitários), Portugal e NUTS II, 2000 e 2009	148
Figura II.72 Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e estrangeira (países extracomunitários), por município, 2009	149
Figura II.73 Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, segundo os principais grupos de nacionalidade da mãe, Portugal, 2000-2009	150
Figura II.74 Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, segundo a nacionalidade da mãe, Portugal e NUTS II, 2009	150
Figura II.75 Indicadores da população estrangeira residente (Portugal = 100), NUTS III, 2000 e 2009.....	151

Parte III – A produção industrial e a orientação exportadora nas regiões portuguesas .. 159

Figura III.1 PIB <i>per capita</i> em paridades de poder de compra (UE27 = 100), Portugal, NUTS II e NUTS III, 2008	163
Figura III.2 PIB <i>per capita</i> em paridades de poder de compra (UE27 = 100), Portugal e NUTS II, 1995 a 2008	164
Figura III.3 Repartição sectorial do VAB, Portugal e NUTS III, 1995, 2002 e 2008	165
Figura III.4 Repartição do VAB do sector secundário segundo o ramo de actividade, Portugal e NUTS II, 1995 e 2008	167



Figura III.5	Proporção de VAB das indústrias transformadoras, Portugal e NUTS II, 1995 e 2008	168
Figura III.6	Contributo regional do VAB, total e das indústrias transformadoras, por NUTS II, 2008	169
Figura III.7	VAB e VAB por indivíduo empregado nas indústrias transformadoras, por NUTS III, 2008	170
Figura III.8	Repartição do VAB das indústrias transformadoras por actividade, Portugal e NUTS II, 2008	173
Figura III.9	Alterações das actividades de especialização industrial (VAB), por NUTS II, 1995-2008	176
Figura III.10	Coeficiente de especialização (VAB das indústrias transformadoras), por NUTS II, 1995 e 2008	178
Figura III.11	Perfis de competitividade (diferencial da estrutura do VAB industrial face ao país), segundo a localização da sede da empresa, por NUTS II, 2007-2008.....	180
Figura III.12	Repartição do VAB das indústrias transformadoras por principal factor de competitividade industrial, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS III, 2007-2008	181
Figura III.13	Peso do principal factor de competitividade industrial (em termos de VAB), segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2007-2008.....	182
Figura III.14	Indicadores de factores de competitividade industrial das indústrias transformadoras (Portugal = 100), segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2007-2008.....	183
Figura III.15	Repartição do VAB das indústrias transformadoras por nível tecnológico, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2007-2008	184
Figura III.16	Repartição do VAB das indústrias transformadoras por nível tecnológico, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS III, 2007-2008	185
Figura III.17	Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de média-alta e alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2007-2008.....	186
Figura III.18	Proporção de valor acrescentado das indústrias de alta e média-alta tecnologia e produtividade das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2007-2008	187
Figura III.19	Indicadores de conteúdo tecnológico das indústrias transformadoras (Portugal = 100), segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2007-2008.....	188



Figura III.20 Proporção de empresas das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, por município, 2008.....	191
Figura III.21 Proporção de sociedades no total de empresas, total e indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2008	192
Figura III.22 Repartição do pessoal ao serviço nas empresas industriais por escalão de dimensão de pessoal ao serviço, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2008.....	193
Figura III.23 Proporção de pessoal ao serviço nas empresas maioritariamente estrangeiras, total e indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2008	194
Figura III.24 Proporção do valor acrescentado bruto das empresas industriais maioritariamente estrangeiras, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008.....	195
Figura III.25 Indicadores de caracterização do tecido empresarial das indústrias transformadoras (Portugal = 100), segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008	196
Figura III.26 Taxa de natalidade das empresas, indústrias transformadoras e total, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2008	198
Figura III.27 Taxa de sobrevivência (a dois anos) das empresas, indústrias transformadoras e total, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2008	198
Figura III.28 Taxa de natalidade das empresas das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008	199
Figura III.29 Taxa de sobrevivência (a dois anos) das empresas das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008	199
Figura III.30 Proporção de nascimentos de empresas em indústrias de alta e média-alta tecnologia, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008	200
Figura III.31 Indicadores de dinâmica empresarial nas indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, (Portugal=100), por NUTS III, 2008	201
Figura III.32 Taxa de valor acrescentado bruto das empresas, indústrias transformadoras e total, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2008	202
Figura III.33 Taxa de valor acrescentado bruto das empresas das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008	203



Figura III.34 Coeficiente capital-emprego das empresas, indústrias transformadoras e total, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2008	204
Figura III.35 Coeficiente capital-emprego das empresas das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008.....	205
Figura III.36 Autonomia financeira das empresas, indústrias transformadoras e total, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2008	206
Figura III.37 Solvabilidade das empresas, indústrias transformadoras e total, segundo a localização da sede da empresa, Portugal e NUTS II, 2008	206
Figura III.38 Indicadores de sustentabilidade económico-financeira nas indústrias transformadoras (Portugal = 100), segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008	207
Figura III.39 Relação entre o valor das exportações e o volume de negócios das empresas das indústrias transformadoras, segundo a localização da sede da empresa, por NUTS III, 2008.....	209
Figura III.40 Taxa de cobertura das importações pelas exportações, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 1995-2009Po.....	212
Figura III.41 Exportações (valor médio) e taxa média de cobertura das importações pelas exportações, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2007-2009Po	213
Figura III.42 Contributo regional das exportações, segundo a localização da sede do operador, por NUTS II, 1993-1995 e 2007-2009Po	214
Figura III.43 Coeficiente de especialização das exportações, segundo a localização da sede do operador, por NUTS II, 1993-1995 e 2007-2009Po.....	216
Figura III.44 Alterações nas especializações dos produtos de exportação, segundo a localização da sede do operador, por NUTS II, 1993-1995 e 2007-2009Po.....	219
Figura III.45 Proporção de exportações de máquinas e aparelhos e material eléctrico, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2007-2009Po....	221
Figura III.46 Proporção de exportações de material de transporte, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2007-2009Po.....	221
Figura III.47 Proporção de exportações de matérias têxteis e suas obras, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2007-2009Po.....	222
Figura III.48 Proporção de exportações de metais comuns e suas obras, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2007-2009Po.....	222
Figura III.49 Indicadores de perfil de especialização nas exportações (Portugal = 100), segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2007-2009Po	223



Figura III.50 Proporção de exportações de bens de alta tecnologia, segundo a localização da sede do operador, por NUTS II, 1993-1995 e 2007-2009Po.....	225
Figura III.51 Exportações de bens de alta tecnologia e proporção de exportações de bens de alta tecnologia, segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 2007-2009Po *.....	226
Figura III.52 Proporção de exportações para os países da UE27 e fora da UE27, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 1993-1995 e 2007-2009Po.....	228
Figura III.53 Repartição das exportações para UE 27 por país de destino, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 2007-2009P.....	229
Figura III.54 Repartição das exportações para fora da UE 27, por grupo de países de destino, segundo a localização da sede do operador, Portugal e NUTS II, 2007-2009Po	230
Figura III.55 Alterações nos destinos (de exportações) de especialização, segundo a localização da sede do operador, por NUTS II, 1993-1995 e 2007-2009Po	232
Figura III.56 Indicadores de destino das exportações (Portugal = 100), segundo a localização da sede do operador, por NUTS III, 1993-1995 e 2007-2009Po.....	233

* Título actualizado em 13.05.2011

NOTA INTRODUTÓRIA



O Retrato Territorial de Portugal 2009, na sequência da orientação editorial adoptada na edição anterior, pretende atribuir pertinência analítica à informação estatística de base territorial, explorando temáticas com relevância territorial centradas em três domínios de análise — *Qualificação territorial*, *Qualidade de vida e coesão* e *Crescimento e competitividade*. Esta publicação de periodicidade bienal privilegia as fontes estatísticas associadas aos Anuários Estatísticos Regionais e recorre a séries mais longas de dados estatísticos, de forma a captar as trajectórias estruturais que diferenciam os territórios. O INE pretende desta forma contribuir para um conhecimento mais alargado das potencialidades da informação estatística de base territorial do Sistema Estatístico Nacional.

No domínio *Qualificação territorial*, são analisadas características físicas dos territórios que estruturam a organização do território — as formas de povoamento, a distribuição de equipamentos e infra-estruturas e o património natural — assumindo uma perspectiva de desenvolvimento sustentável dos territórios, centrada na valorização dos recursos endógenos para a promoção da competitividade e coesão globais.

Os domínios *Qualidade de vida e coesão* e *Crescimento e competitividade* constituem abordagens com base em elementos fundamentais dos processos de reprodução económica e social que identificam a evolução das diversidades espaciais de desenvolvimento, assumindo que os territórios apresentam capacitações e desempenhos diferenciados e que constituem contextos permeáveis às dinâmicas ocorridas noutros territórios e/ou a outras escalas geográficas.

A análise em cada domínio do Retrato Territorial de Portugal desenvolve-se com uma estrutura comum. Inicia-se com um ponto de *Enquadramento* onde se apresenta a importância da temática em análise e se define a perspectiva de abordagem sobre a informação estatística associada a tópicos de discussão. Neste âmbito, são identificados os principais indicadores em análise e apresentados os principais resultados dos indicadores analisados, apoiados em imagens gráficas e cartográficas. Cada domínio termina com as *Considerações finais* que retomam as principais conclusões que decorreram da análise desenvolvida.

Nesta edição do Retrato Territorial de Portugal, o domínio *Qualificação territorial* aborda *A valorização territorial de destinos turísticos*, por recurso à identificação das dinâmicas recentes da oferta turística, à análise da atractividade dos territórios e à avaliação da diferenciação territorial da dinâmica económica induzida pelo turismo. A interacção entre turismo e território seguida nesta abordagem privilegia os processos de transformação física do espaço e dos seus usos — intensidade e ritmo da presença de turistas — em resultado da actividade turística, e a relevância do seu retorno económico. Esta perspectiva valoriza o turismo como potencial



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

motor de desenvolvimento sustentável, baseado no aproveitamento dos recursos endógenos dos territórios. A informação estatística em que se baseia a análise provém, fundamentalmente, das Estatísticas das Obras Concluídas, do Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria e do Sistema de Contas Integradas das Empresas (INE, I.P.). Privilegia-se a escala territorial municipal e a década compreendida entre 2000 e 2009.

O domínio *Qualidade de vida e coesão* discute *A sustentabilidade demográfica dos territórios*, através da análise das principais características e tendências demográficas da população, considerando que o conhecimento sobre os processos sociodemográficos em curso constitui um contributo fundamental para a adequação das infra-estruturas e equipamentos às características e necessidades da população, no sentido de uma maior qualidade de vida e coesão territorial. A informação estatística provém maioritariamente das Estimativas Anuais da População Residente, dos Indicadores Demográficos, das Estatísticas de Nados-vivos e de Casamentos (INE, I.P.) e, no que respeita especificamente à população estrangeira residente em território nacional em 2009 à escala municipal, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. A análise abrange temporalmente o período de 2000 a 2009 e privilegia a desagregação territorial ao nível sub-regional e municipal, consoante a disponibilidade dos dados e a pertinência analítica.

No domínio *Crescimento e competitividade* é analisada *A produção industrial e a orientação exportadora nas regiões portuguesas*, avaliando-se o padrão territorial de implantação dos sectores transaccionáveis e, em particular, do sector transformador, na perspectiva de identificação das estruturas produtivas dos territórios com potencial para o alargamento do mercado externo. Neste quadro analítico, discutem-se os padrões de especialização regionais da indústria transformadora, estuda-se a dinâmica e a sustentabilidade económico-financeira das empresas industriais, bem como a orientação exportadora da actividade industrial. As principais fontes de informação para esta análise são as Contas Regionais, o Sistema de Contas Integradas das Empresas e as Estatísticas do Comércio Internacional de Bens (INE, I.P.). A análise baseia-se maioritariamente no período temporal de 1995 a 2009, tendo-se privilegiado as escalas espaciais das regiões NUTS II e sub-regiões NUTS III.

PARTE I

A VALORIZAÇÃO TERRITORIAL DE DESTINOS TURÍSTICOS



Enquadramento

A produção territorial de destinos turísticos — uma área individualizada e promovida como lugar de visita e na qual o produto turístico é coordenado por uma ou mais organizações (European Commission, 2002: 55) — introduz alterações nos espaços em que se desenvolve porque é geralmente acompanhada de processos de transformação que procuram a valorização territorial na perspectiva da actividade turística.

Trata-se de alterações induzidas, não pela população aí residente, mas por aqueles que frequentam esse território e dele se apropriam de forma esporádica e que se traduzem, quer na ocupação física do território, quer no uso que dele é feito. A este propósito, refira-se ainda a relevância do sector do turismo enquanto actividade criadora de emprego por contraste com outras actividades económicas cujo ajustamento a novas condições, por exemplo, decorrentes do progresso tecnológico, se revelam destruidoras de emprego.

“O turismo é um fenómeno global, mas gerido localmente. É uma actividade económica abrangente, transversal e não deslocalizável e um dos principais sectores de exportação e de projecção internacional da imagem de Portugal. Além de ser um criador de riqueza para a economia nacional, regional e local, gera desenvolvimento local e promove a criação de postos de trabalho directos e indirectos.” (Turismo de Portugal, 2010: 18).

Neste sentido, a actividade turística deve ser avaliada numa dupla perspectiva: por um lado, atendendo aos efeitos positivos traduzidos na capacidade de gerar postos de trabalho e riqueza, e, portanto, bem-estar social e, por outro lado, considerando os eventuais efeitos negativos reflectidos no ordenamento do território e na biodiversidade que exigem, em particular, a gestão da concentração de turistas e a protecção da paisagem e de zonas ambientalmente sensíveis. O equilíbrio entre estas duas forças é determinante para a competitividade sustentável da actividade turística.

A necessidade de procurar este equilíbrio é reforçada pelo facto de o impacto da actividade turística não se limitar ao curto prazo. É nesse sentido que apontam a orientação e a definição de políticas públicas de base territorial que vêm sendo propostas, quer no contexto nacional, quer no plano internacional, ao sublinharem a importância da sustentabilidade do crescimento, através do aproveitamento das oportunidades intrínsecas e dos recursos endógenos dos territórios (European Commission, 2008; Observatório do QREN, 2009; OECD, 2009b).



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Nesta vertente, o turismo assume, naturalmente, um potencial significativo, até porque assenta numa diversidade de recursos — praia, cidade, zonas de caça, espaço rural, zonas agrícolas, espaços sagrados — mas com uma característica comum que é precisamente o aproveitamento das oportunidades e dos recursos que um território em particular tem para oferecer, de modo a atrair visitantes.

A análise que se desenvolverá pretende identificar as alterações recentes que a actividade turística tem induzido no território, avaliar em que medida os diferentes territórios são afectados pela actividade da população que frequenta e se apropria desses espaços e, finalmente, identificar os territórios onde a presença da população turística proporciona benefícios financeiros e oportunidades de trabalho.

Esta tripla perspectiva de análise suporta a estruturação do texto em três pontos: *As dinâmicas recentes da oferta turística*, *A atractividade turística dos territórios* e *A diferenciação territorial da dinâmica económica induzida pelo turismo*. A análise assentará, fundamentalmente, na escala municipal, sem prejuízo de que, sempre que a disponibilidade estatística o permita e a perspectiva de análise se revele adequada, se observe o território à escala da freguesia. Este nível territorial permitirá, nomeadamente, uma leitura do território à luz da dicotomia urbano/rural. O período temporal de referência será a década de 2000 a 2009.



II.1. As dinâmicas recentes da oferta turística

Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros por 1 000 habitantes:
(Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros / População residente) x 1 000

Contributo regional para a capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros: (Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros da unidade territorial / Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros do país) x 100

Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo no total da superfície de construções novas: (Superfície das construções novas destinadas a estabelecimentos hoteleiros e de turismo no espaço rural / Superfície das construções novas) x 100

Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo com mais do que quatro pavimentos no total da superfície de construções novas destinadas ao turismo: (Superfície das construções novas destinadas a estabelecimentos hoteleiros e de turismo no espaço rural com mais do que quatro pavimentos / Superfície das construções novas destinadas a estabelecimentos hoteleiros e de turismo no espaço rural) x 100

Proporção da superfície objecto de reabilitações físicas do edificado destinado ao turismo no total da superfície de obras no edificado destinado ao turismo: (Superfície das obras de alteração, ampliação e reconstrução no edificado destinado a estabelecimentos hoteleiros e de turismo no espaço rural / Superfície das obras no edificado destinado a estabelecimentos hoteleiros e de turismo no espaço rural) x 100

Proporção de estabelecimentos hoteleiros de três ou mais estrelas no total de estabelecimentos hoteleiros: (Número de estabelecimentos hoteleiros de três ou mais estrelas / Número de estabelecimentos hoteleiros) x 100

Taxa de variação média anual da capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros (entre o ano 1 e o ano n): $[(\text{Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros no ano } n / \text{Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros no ano } 1)^{1/(n-1)} - 1] \times 100$

A actividade turística assenta na interacção entre os recursos locais e a população visitante, induzindo alterações na organização dos territórios em que se desenvolve e, consequentemente, condicionando a qualificação dos mesmos. Com o intuito de identificar elementos de análise susceptíveis de ajudar a sublinhar as dinâmicas recentes da oferta turística, avaliar-se-á a concentração territorial da dinâmica construtiva induzida pelo turismo para, posteriormente, se centrar a análise na distribuição territorial do parque de estabelecimentos de apoio ao turismo na perspectiva da dimensão e da qualificação da oferta hoteleira.



A dinâmica de construção induzida pelo turismo

A actividade turística implica transformações territoriais para as quais a dinâmica construtiva é determinante. Importa, assim, identificar os espaços do território nacional onde, na última década, a dinâmica de construção nova induzida pelo turismo foi mais intensa face ao conjunto das obras de construção nova. A consideração da área de construção, em detrimento do número de obras de construção, permite uma análise mais precisa da dinâmica construtiva exercida sobre o território. Esta abordagem é possível a partir do Sistema de Informação de Operações Urbanísticas (SIOU) [Caixa I.1].

Sistema de Informação de Operações
Urbanísticas — Estatísticas das Obras Concluídas | Caixa I.1

O projecto **Estatísticas das Obras Concluídas** baseia-se no **Sistema de Informação de Operações Urbanísticas (SIOU)**. Este projecto não constitui um inquérito específico, mas sim uma síntese resultante de duas operações de recolha de informação que visa a integração das variáveis observadas através das operações estatísticas: Inquérito à Utilização de Obras Concluídas e Inquérito à Conclusão de Obras. A produção de dados relativos à conclusão de obras é assegurada, no essencial, pelo tratamento de dados referentes às licenças e autorizações de utilização dos edifícios. Essa informação é sistematizada no Inquérito à Utilização de Obras Concluídas utilizando as alterações ao normativo legal, introduzidas pelo Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 177/01, de 4 de Julho. Não sendo possível tratar os casos da falta de requisição do alvará de utilização e de desistência da obra pelos procedimentos habituais de tratamento de dados administrativos, foi implementado o Inquérito à Conclusão de Obras.

As Estatísticas das Obras Concluídas têm, ainda, por objectivos:

- a elaboração de indicadores sobre a duração das obras de edificação, medida entre o momento de início e o momento de conclusão;
- a manutenção e actualização da série de estimativas do parque habitacional;
- o acompanhamento da evolução conjuntural da actividade do sector da construção de edifícios, avaliada, por referência ao momento de conclusão das obras, por meio de indicadores físicos de produção.

(INE, 2006b)



Considerando a superfície das construções novas na última década¹ (2000-2009), a importância do destino turístico (correspondente, no contexto do SIOU, a *estabelecimentos hoteleiros e de turismo no espaço rural*) foi expressiva em territórios com condições distintas: no Algarve — sobretudo nos municípios de Monchique (claramente destacado, com mais de 37% da superfície de construções novas a ter como destino o turismo), Albufeira e Vila do Bispo — e na Região Autónoma da Madeira — com destaque para Porto Moniz, São Vicente, Funchal e Ponta do Sol. Também sobressaíam Santa Cruz das Flores (na Região Autónoma dos Açores), o contínuo formado por Alcácer do Sal e Grândola (na costa alentejana) e Cuba e Mértola (no Baixo Alentejo). Nos 12 municípios mencionados, a importância construtiva do destino turístico superou, na última década, 8% da superfície de construções novas enquanto, no conjunto do país, foi de 1,1% [Figura I.1].

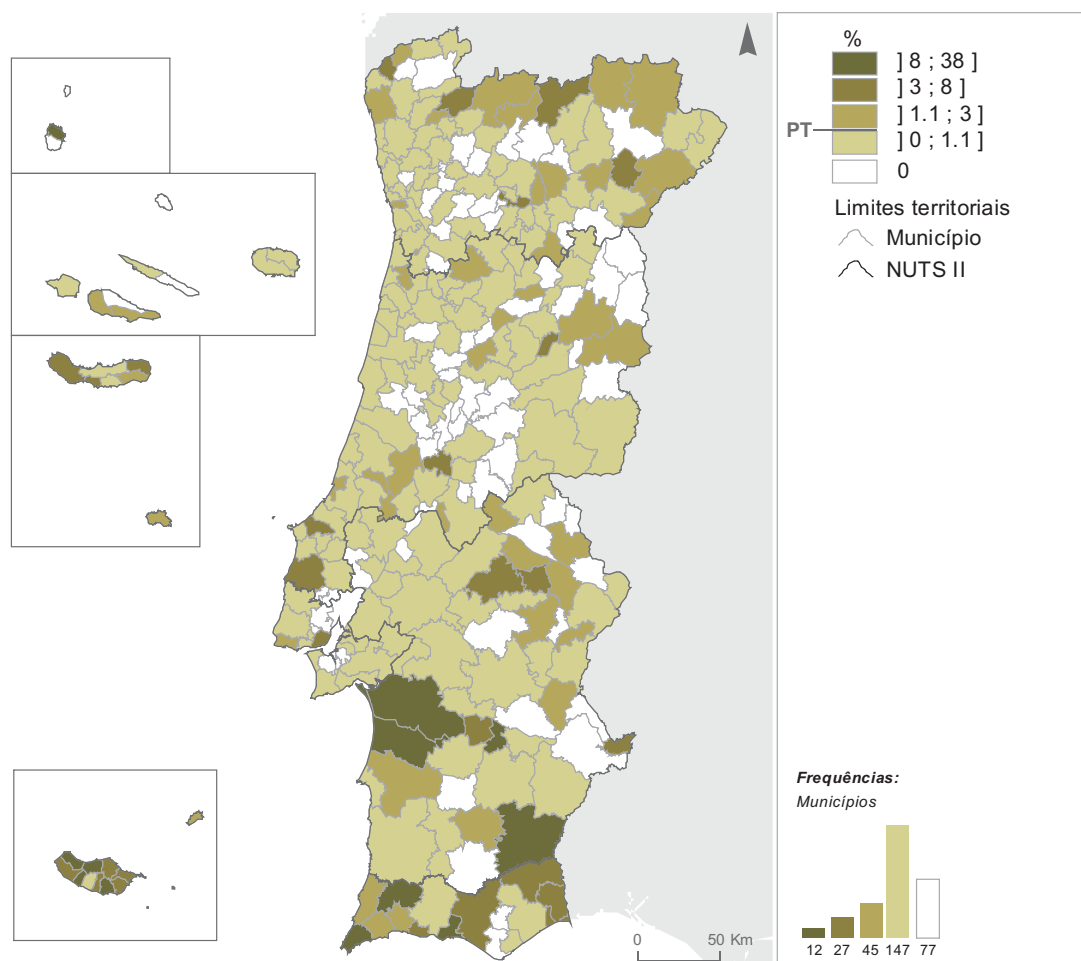
No caso do Algarve, apesar da significativa incidência de municípios com uma importância elevada do destino turístico das construções novas face ao contexto nacional, em metade dos 16 municípios algarvios, aquela importância relativa ficou aquém dos 3%, sendo mesmo nula em Faro e em São Brás de Alportel. Na Região Autónoma da Madeira, o destino turístico foi relevante na generalidade dos 11 municípios madeirenses, sendo a exceção mais clara Ribeira Brava, dada a fraca expressão desta ocorrência (menos de 1%). Todavia, importa ressaltar a dinâmica construtiva relativa induzida pelo turismo na parte Norte da ilha da Madeira (a menos densamente povoada), em particular em Porto Moniz e em São Vicente. Sublinha-se, ainda, o facto de 77 dos 308 municípios portugueses terem registado, no período 2000-2009, uma superfície nula de construção nova destinada ao turismo.

¹ Os dados relativos aos municípios de Lisboa e de Seia, de 2002 a 2005, encontram-se subavaliados por apenas incluírem informação dos proprietários das obras.



Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo no total da superfície de construções novas, por município, 2000-2009

Figura I.1



Fonte: INE, I.P., Estatísticas das Obras Concluídas.

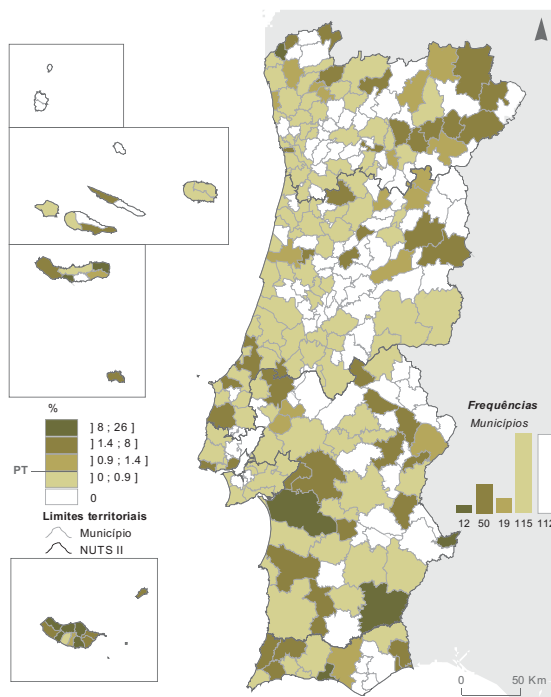
A análise da importância da construção destinada ao turismo na última década deve ser complementada com a observação da evolução ao longo dessa mesma década, tendo-se optado pela comparação do quinquénio inicial da década (2000-2004) com o quinquénio final (2005-2009). Esta análise sugere, entre a primeira e a segunda metade da década, um reforço de construção nova destinada ao turismo, em termos de superfície, num conjunto de municípios algarvios (Monchique, Vila do Bispo, Loulé, Alcoutim, Lagoa e Albufeira) e ainda no contínuo alentejano formado por Fronteira e Avis. Pelo contrário, na segunda metade da década, verificou-se a uma atenuação da importância da superfície de construções novas destinadas ao turismo no total da superfície de construções novas em municípios das regiões autónomas (com incidência na parte ocidental da ilha da Madeira — Porto Moniz, Ponta do Sol, São Vicente, Santana e Calheta — e na ilha de São Miguel — Nordeste e Lagoa) mas também em municípios dispersos do Alentejo (tanto do Litoral como do Interior) — Alcácer do Sal, Barrancos, Mértola e Alvíto. Não obstante,



é importante salientar que 64 municípios registaram proporções de construções novas destinadas ao turismo superiores à média nacional do segundo quinquénio (1,4%), o que é revelador da importância do turismo na expansão da área construída e indicia o surgimento de novos destinos turísticos [Figura I.2 e Figura I.3].

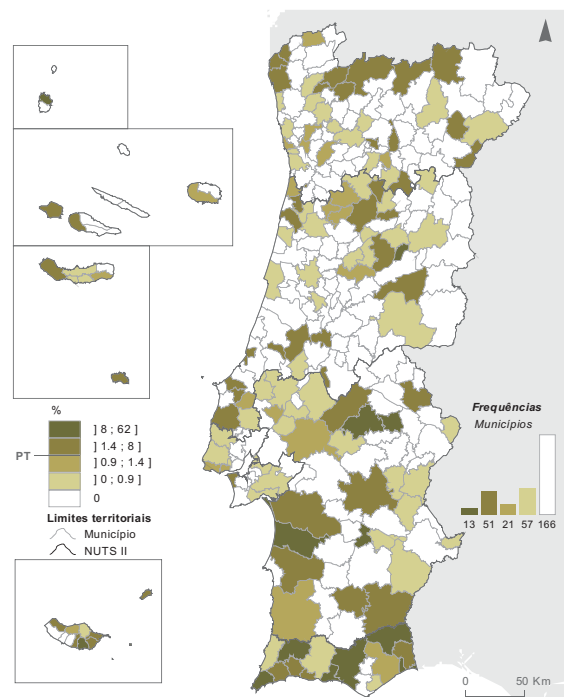
Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo no total da superfície de construções novas, por município, 2000-2004

Figura I.2



Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo no total da superfície de construções novas, por município, 2005-2009

Figura I.3



Fonte: INE, I.P., Estatísticas das Obras Concluídas.

A tipologia das áreas urbanas de 2009 permite uma análise da dinâmica construtiva induzida pelo turismo com base na dimensão urbano/rural, estruturando o território em áreas predominantemente urbanas (APU), áreas mediantemente urbanas (AMU) e áreas predominantemente rurais (APR) [Caixa I.2].



A **Tipologia de Áreas Urbanas (TIPAU)** constitui-se como um contributo para a análise territorial, atribuindo prioridade à delimitação de divisões territoriais pertinentes à leitura das dinâmicas territoriais e ao planeamento das intervenções públicas de incidência territorial. A revisão da TIPAU, da versão de 1998 para a versão de 2009 (8.^a (2008) deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística publicada no Diário da República, 2.^a série, n.º 188, de 28 de Setembro de 2009), resultou da necessidade de rever os critérios subjacentes à lógica de classificação do território, tornando-os mais objectivos e operacionalizáveis, e de actualizar a informação censitária de base (de 1991 para 2001), a geografia administrativa e os instrumentos de ordenamento do território existentes. A metodologia de base à TIPAU 2009 distingue-se da anterior, nomeadamente, pela classificação das freguesias resultar de um trabalho de análise com base em unidades territoriais de menor dimensão (secções e subsecções estatísticas).

A TIPAU 2009 permite, assim, distinguir no território nacional unidades homogéneas que reflectem, através de critérios quantitativos e qualitativos (morfológicos, regime de ocupação do solo definido nos PMOT e administrativos), diferentes graus de urbanização do território para diferentes escalas territoriais. Nomeadamente, a TIPAU 2009 permite:

- classificar, de forma exaustiva, as freguesias do território nacional nas categorias área predominantemente urbana (APU), área mediamente urbana (AMU) e área predominantemente rural (APR);
- identificar áreas urbanas com designação própria (freguesias isoladas ou conjuntos de freguesias contíguas classificadas como APU).

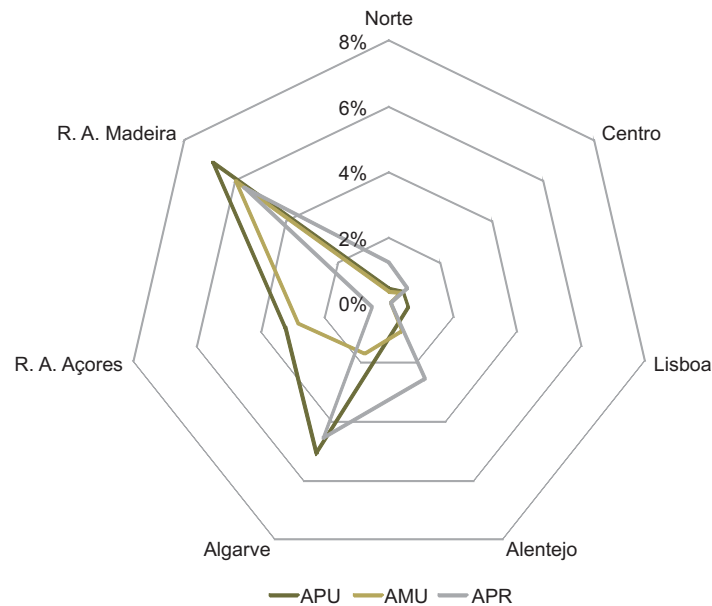
(INE, 2009c)

Considerando o período decorrido entre 2000 e 2009, constata-se que, no conjunto do território nacional, a parcela da dinâmica construtiva induzida pelo turismo foi mais significativa nas áreas predominantemente rurais. Este resultado ao nível nacional é consistente com o observado nas regiões Norte, Centro e Alentejo (as mais extensas em superfície) mas diverge do registado nas regiões de Lisboa e do Algarve e nas regiões autónomas. Com efeito, nestas quatro regiões, ao longo da década em análise, a proporção da superfície de construções novas induzidas pelo turismo foi mais expressiva nas áreas predominantemente urbanas, embora os perfis regionais sejam distintos, com a Região Autónoma da Madeira a revelar uma dinâmica construtiva induzida pelo turismo menos desequilibrada entre os três contextos territoriais considerados [Figura I.4].



Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo no total da superfície de construções novas, segundo a tipologia de áreas urbanas, por NUTS II, 2000-2009

Figura I.4



Fonte: INE, I.P., Estatísticas das Obras Concluídas.

Para uma análise das alterações na produção de estabelecimentos hoteleiros, importa analisar a importância da construção em altura e a importância das reabilitações físicas do edificado no total das obras induzidas pelo turismo.

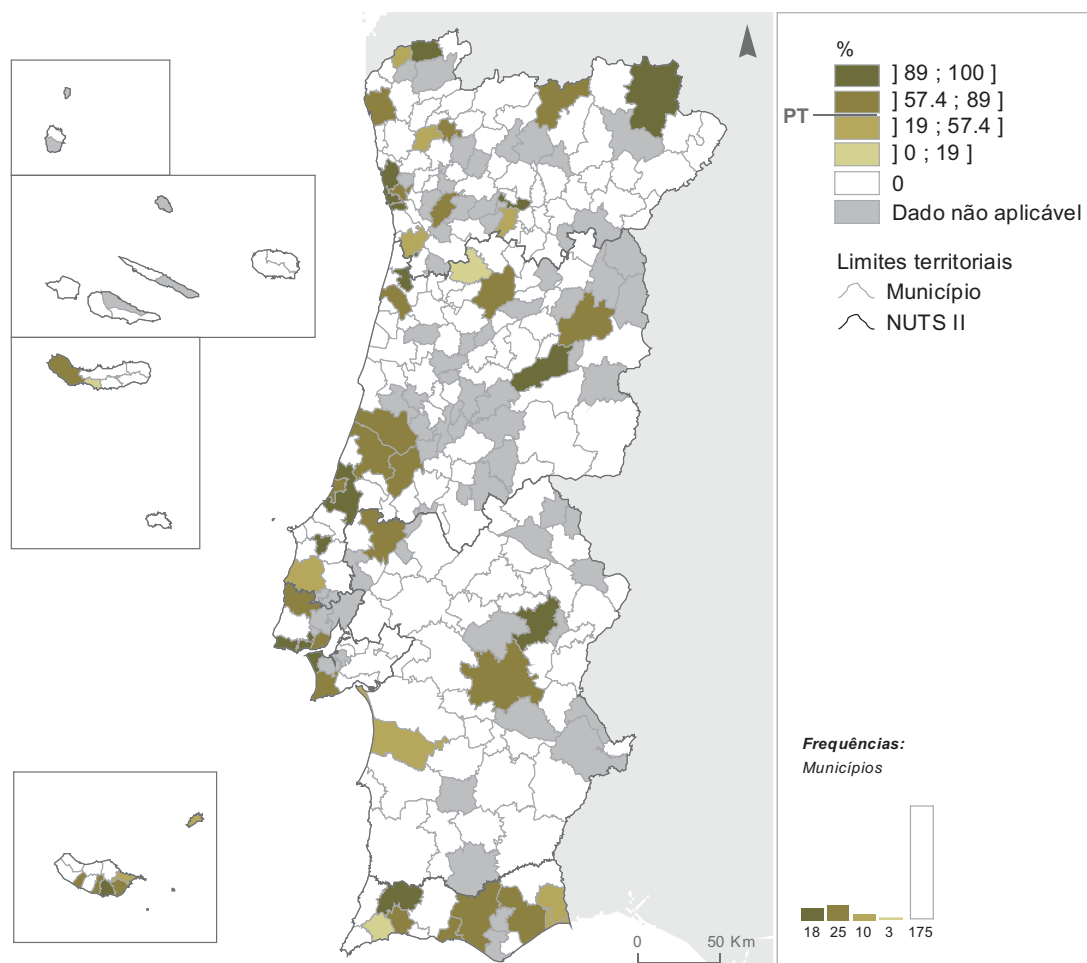
Considerando a década entre 2000 e 2009, verifica-se que apenas 56 municípios registaram construções novas destinadas ao turismo com mais do que quatro pavimentos (dos 231 com construções novas destinadas ao turismo). Neste conjunto, incluem-se oito municípios algarvios (com destaque para Monchique, Tavira, Loulé, Portimão e Albufeira), seis municípios madeirenses (Funchal, Santa Cruz, Câmara de Lobos e Ponta do Sol), mas também municípios das áreas metropolitanas de Lisboa — Oeiras, Amadora, Cascais, Almada, Lisboa, Sesimbra e Mafra — e do Porto — Matosinhos, Porto, Vila do Conde e Maia —, bem como cidades de média dimensão como Bragança, Aveiro, Ponta Delgada, Viseu, Évora, Guarda, Leiria, Viana do Castelo e Braga [Figura I.5].



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo com mais do que quatro pavimentos no total da superfície de construções novas destinadas ao turismo, por município, 2000-2009

Figura I.5



Fonte: INE, I.P., Estatísticas das Obras Concluídas.

Entre a primeira e a segunda metade da década, o reforço da dinâmica construtiva em altura fez-se sentir de forma mais acentuada nas capitais de distrito Braga e Évora e num conjunto de municípios próximos da costa marítima: no Minho-Lima (Viana do Castelo), no Oeste (Nazaré e Torres Vedras), na Grande Lisboa (Almada e Mafra), no Algarve (Monchique e Portimão) e na Região Autónoma da Madeira (Câmara de Lobos e Machico). Em contrapartida, entre aqueles dois períodos, verificou-se uma redução da dinâmica construtiva em altura em municípios dos extremos algarvios — Lagos, Castro Marim e Vila Real de Santo António — mas também em Porto Santo, Santarém, Matosinhos e Guarda. Assim, os dados sugerem que a dinâmica construtiva em altura, no âmbito das construções novas destinadas ao turismo, se tende a concentrar em municípios da costa marítima e em cidades de média/grande dimensão no contexto nacional. De um quinquénio para o outro, saliente-se o facto de a proporção relativa ao todo nacional ter aumentado, bem como o número de municípios acima da média nacional [Figura I.6 e Figura I.7].

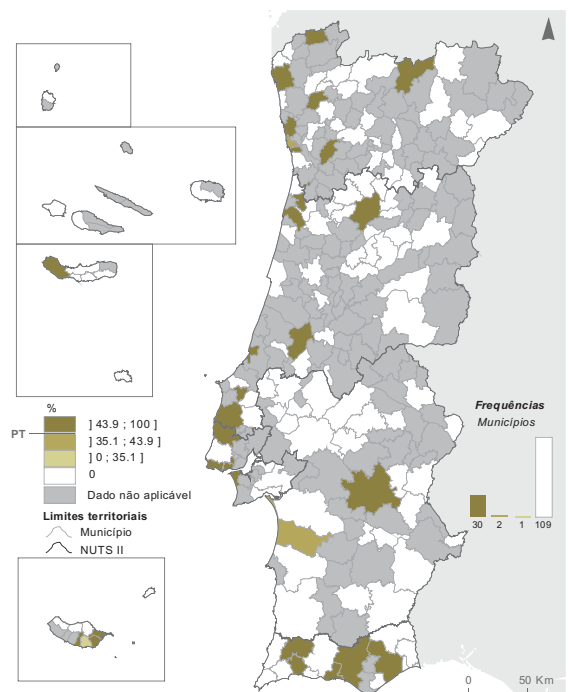
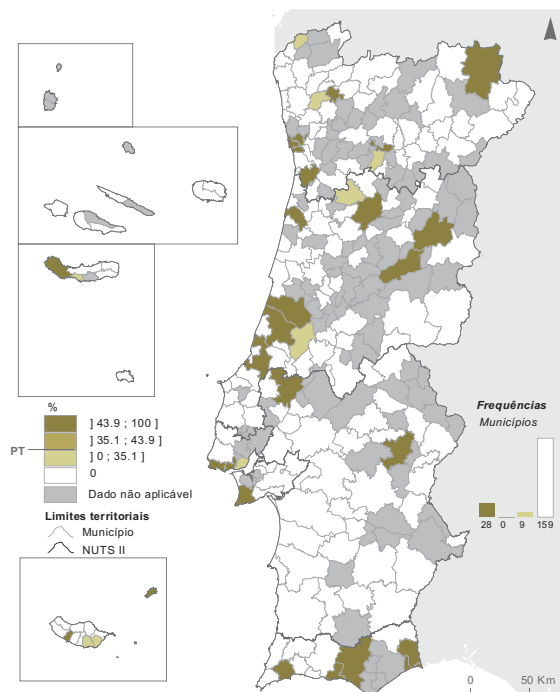


Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo com mais do que quatro pavimentos no total da superfície de construções novas destinadas ao turismo, por município, 2000-2004

Figura 1.6

Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo com mais do que quatro pavimentos no total da superfície de construções novas destinadas ao turismo, por município, 2005-2009

Figura 1.7



Fonte: INE, I.P., Estatísticas das Obras Concluídas.

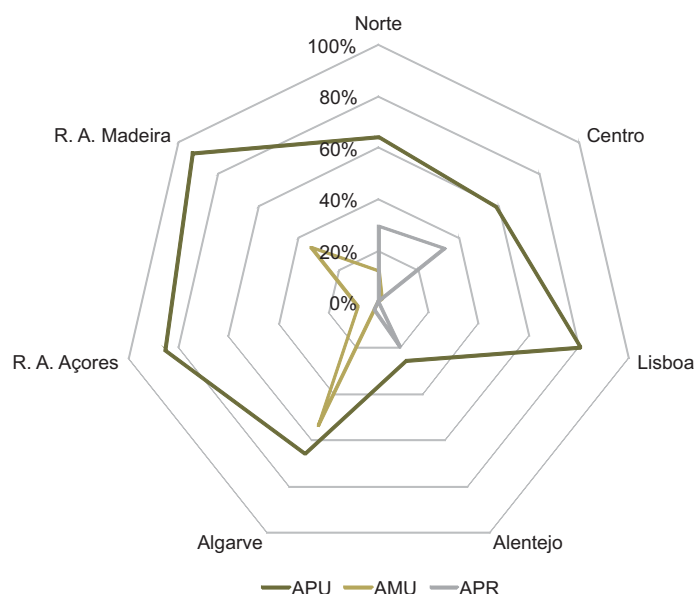
Considerando o período decorrido entre 2000 e 2009, constata-se que, no conjunto do território nacional, a dinâmica construtiva em altura, à luz do indicador em análise, foi mais significativa nas áreas predominantemente urbanas (APU) [Caixa 1.2]. Este resultado ao nível nacional é comum às sete regiões NUTS II do país mas foi particularmente evidente na região de Lisboa e nas regiões autónomas. O Algarve destaca-se no que respeita às áreas mediantemente urbanas (AMU) enquanto o Centro (33%), o Norte (30%) e o Alentejo (19%) registaram, no contexto das áreas predominantemente rurais (APR), uma presença relativa mais significativa de construções novas em altura destinadas ao turismo [Figura 1.8].



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Proporção da superfície de construções novas destinadas ao turismo com mais do que quatro pavimentos no total da superfície de construções novas destinadas ao turismo, segundo a tipologia de áreas urbanas, por NUTS II, 2000-2009

Figura I.8



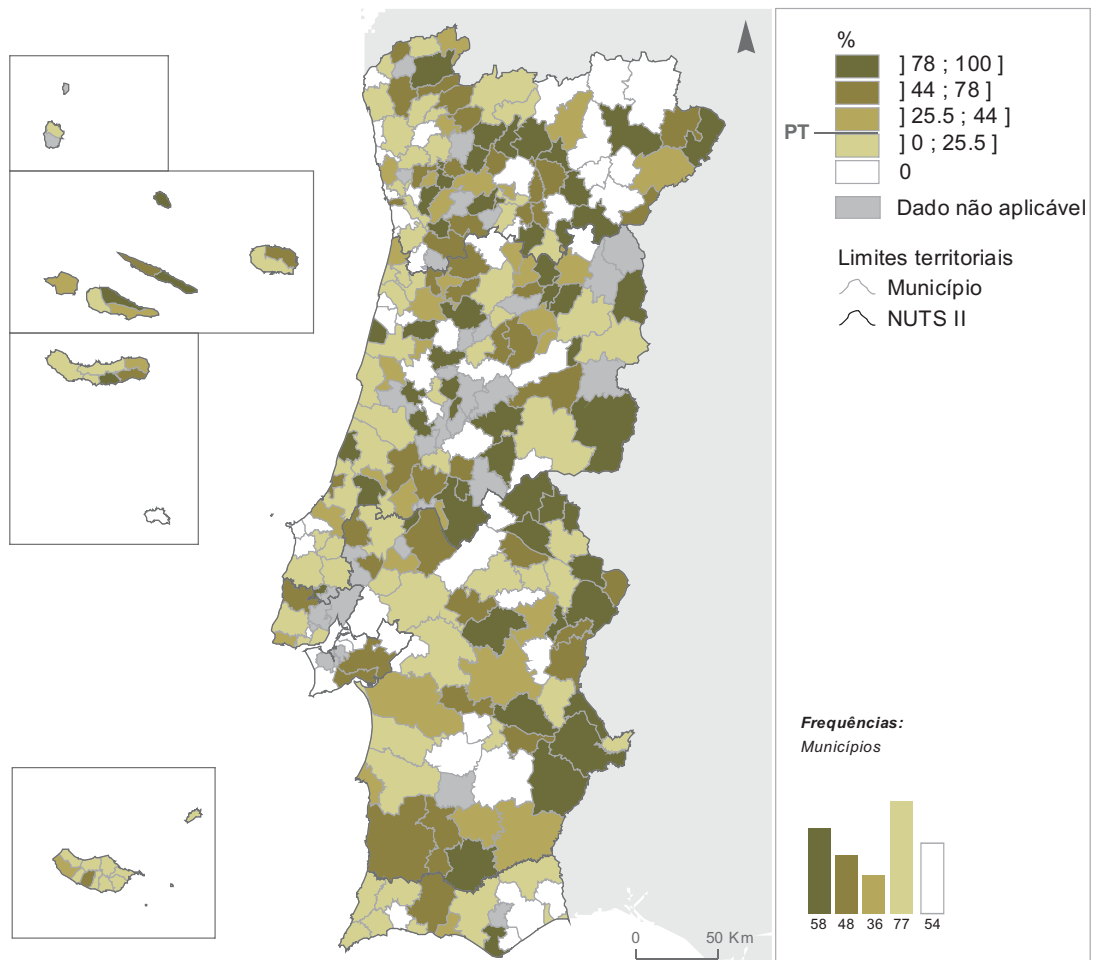
Fonte: INE, I.P., Estatísticas das Obras Concluídas.

Importa, igualmente, atender à requalificação do edificado de uso turístico com base na intensidade das reabilitações de edifícios (ampliações, alterações e reconstruções) destinadas ao turismo. Entre 2000 e 2009, no conjunto dos 273 municípios que apresentaram obras no edificado destinado ao turismo, a proporção da superfície objecto de reabilitações físicas destinadas ao turismo face ao total da superfície de obras no edificado destinado ao turismo foi de cerca de 26%. No universo dos 219 municípios que registaram reabilitações do edificado para uso turístico, em 42 a proporção da superfície objecto de reabilitações físicas destinadas ao turismo face ao total da superfície de obras no edificado destinado ao turismo foi de 100%. Estes municípios concentravam-se maioritariamente no Interior das regiões Norte, Centro e Alentejo e no grupo central da Região Autónoma dos Açores [Figura I.9].



Proporção da superfície objecto de reabilitações físicas do edificado com destino turístico no total da superfície de obras no edificado destinado ao turismo, por município, 2000-2009

Figura I.9



Fonte: INE, I.P., Estatísticas das Obras Concluídas.

No sentido de identificar eventuais alterações recentes da dinâmica de construção induzida pelo turismo com base no tipo de obra, compara-se a primeira metade da década (2000-2004) com a segunda metade da década (2005-2009). Evidenciando um reforço das reabilitações do edificado, surgem municípios dispersos pelo Interior continental, do Alentejo Litoral e do Sudoeste da ilha da Madeira [Figura I.10 e Figura I.11].



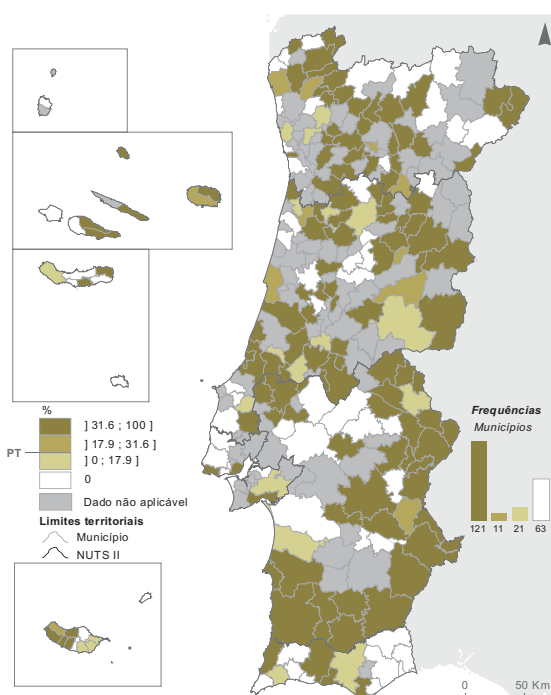
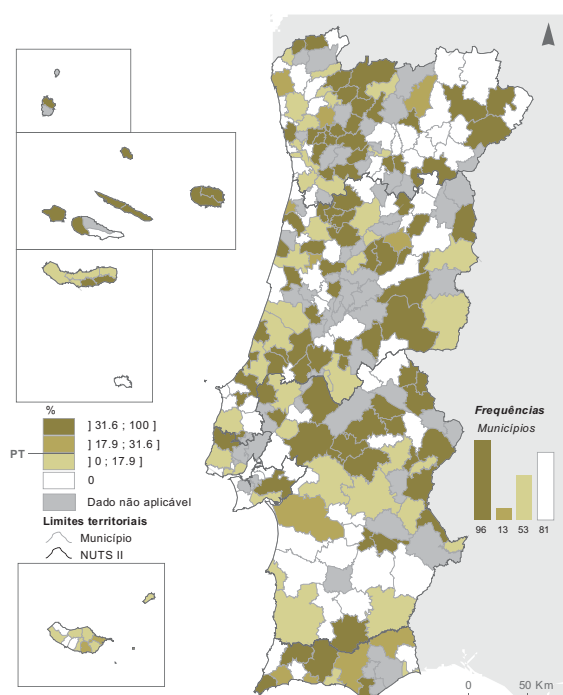
RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Proporção da superfície objecto de reabilitações físicas do edificado com destino turístico no total da superfície de obras no edificado destinado ao turismo, por município, 2000-2004

Figura I.10

Proporção da superfície objecto de reabilitações físicas do edificado com destino turístico no total da superfície de obras no edificado destinado ao turismo, por município, 2005-2009

Figura I.11



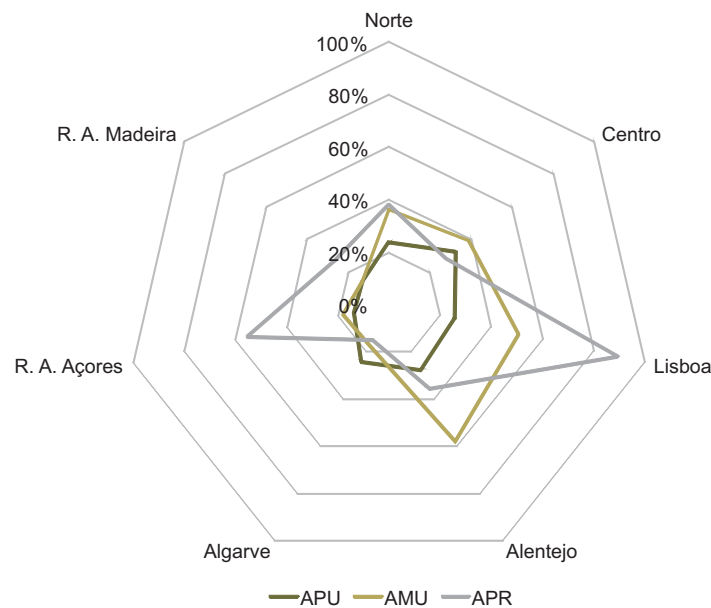
Fonte: INE, I.P., Estatísticas das Obras Concluídas.

A imagem obtida à escala municipal indicia uma importância maior das reabilitações físicas no total das obras destinadas ao turismo nos contextos menos urbanos (31% nas áreas predominantemente rurais, 33% nas áreas mediantemente urbanas e 23% nas áreas predominantes urbanas). Com efeito, na generalidade das regiões NUTS II, aquele indicador assumia uma expressão menor nas áreas predominantemente urbanas (APU) [Caixa I.2]. As únicas excepções eram a região Centro, onde as áreas predominantemente rurais (APR) registavam menor incidência daquele tipo de obra do que as APU, e o Algarve, onde as APU apresentavam uma proporção superior à observada nas áreas mediantemente urbanas (AMU) e nas APR, o que poderá dever-se ao facto de o Algarve ser dominado por contextos mais urbanos, à luz da tipologia de áreas urbanas [Figura I.12].



Proporção da superfície objecto de reabilitações físicas do edificado com destino turístico no total da superfície de obras no edificado destinado ao turismo, segundo a tipologia de áreas urbanas, por NUTS II, 2000-2009

Figura I.12



Fonte: INE, I.P., Estatísticas das Obras Concluídas.

No conjunto da década 2000-2009, a importância relativa do destino turístico nas construções novas, segundo a superfície de construção, foi particularmente significativa em municípios do Algarve e da Região Autónoma da Madeira, tendo a dinâmica, neste último caso, sido territorialmente mais equilibrada. Comparando o primeiro e o segundo quinquénios da década, os dados sugerem um reforço de construção nova destinada ao turismo num conjunto de municípios do Algarve e uma perda de importância relativa em municípios das regiões autónomas (com incidência na ilha de São Miguel e na parte ocidental da ilha da Madeira) mas também em municípios dispersos do Alentejo. Ao longo da década, constata-se que, no conjunto do território nacional, a parcela da dinâmica construtiva induzida pelo turismo foi mais significativa nas áreas predominantemente rurais.

A dinâmica construtiva em altura, no âmbito das construções novas destinadas ao turismo, foi maior nos municípios algarvios e madeirenses mas também das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto bem como em cidades de média dimensão. Não é, por isso, de estranhar que, em todas as regiões NUTS II do país, aquela dinâmica tenha sido mais intensa nos contextos mais urbanos.

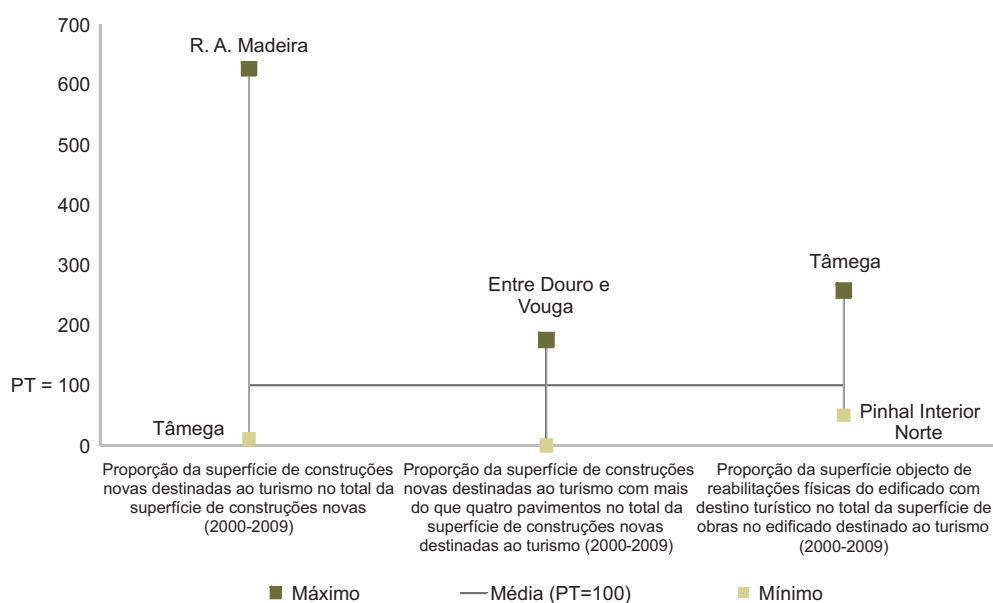


RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Com maior expressão relativa das reabilitações físicas destinadas ao turismo no total das obras com aquele destino, encontram-se municípios localizados maioritariamente no Interior das regiões Norte, Centro e Alentejo e no grupo central da Região Autónoma dos Açores. Com efeito, na generalidade das regiões NUTS II, aquele indicador assumia uma expressão menor nos contextos mais urbanos.

Indicadores da dinâmica construtiva induzida pelo turismo
(Portugal = 100), por NUTS III, 2000-2009

Figura I.13



Fonte: INE, I.P., Estatísticas das Obras Concluídas.



Os padrões territoriais da oferta

A afirmação dos territórios enquanto destinos turísticos de excelência passa também pelo aproveitamento dos recursos endógenos locais, em particular dos que são diferenciadores face aos restantes territórios. Neste sentido, as áreas classificadas, enquanto territórios cuja necessidade de protecção e conservação é reconhecida, podem constituir-se como elementos motivadores da oferta turística (no sentido em que podem fomentar o aproveitamento dos recursos locais para atrair população visitante) e, simultaneamente, limitadores da ocupação construtiva desses espaços.

Em Portugal, as áreas classificadas estão enquadradas pela Rede Natura 2000 e pela Rede Nacional de Áreas Protegidas. Considerando que estas duas redes traduzem oportunidades acrescidas para o desenvolvimento dos territórios, em termos dos recursos endógenos disponíveis, e que, simultaneamente, condicionam a ocupação e a utilização do território, importa analisar a sua incidência territorial. Trata-se de averiguar até que ponto os dados disponíveis evidenciam a valorização dos territórios, em termos de áreas classificadas, pela actividade turística.

Ora, dada a possibilidade de sobreposição das diferentes categorias num mesmo território, considera-se, para efeitos de análise, a proporção da superfície afecta a áreas classificadas, pertencentes à Rede Natura 2000 ou à Rede Nacional de Áreas Protegidas. No conjunto do Continente português, esta proporção era, em 2009, de 22% do território continental. No que respeita às regiões NUTS II, o Algarve destacava-se por apresentar uma parcela relevante da sua área total afecta a áreas classificadas (37%); no outro extremo, era no Centro que aquela proporção era menor (15%).

Ao nível municipal, sublinhe-se que 196 dos 278 municípios continentais dispunham, em 2009, de superfície classificada pela Rede Natura 2000 ou pela Rede Nacional de Áreas Protegidas. Em geral, os municípios sem áreas classificadas tendiam a concentrar-se na faixa Litoral do Continente português, sendo o Pinhal Interior Sul a excepção mais clara a este padrão, na medida em que nenhum dos cinco municípios integrantes dispunha, em 2009, de áreas classificadas. A conjugação da área classificada com a presença de estabelecimentos hoteleiros² permite, de alguma forma, avaliar se a distribuição dos estabelecimentos hoteleiros em actividade no Continente português se adequava à disponibilidade dos recursos naturais presentes nos territórios [Caixa I.3].

² Os dados analisados abrangem os estabelecimentos hoteleiros classificados no Turismo de Portugal, I.P. (Continente) e nas Direcções Regionais de Turismo (regiões autónomas) que incluem as seguintes tipologias: aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos, hotéis, hotéis-apartamentos, estalagens, motéis, pensões e pousadas.



O **Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria** existe desde 1965. A informação estatística obtida permite cumprir as obrigações legais definidas na Directiva Comunitária 95/57/CE, de 23 de Novembro, sobre o sector do Turismo, a qual obriga os Estados Membros à produção de informação estatística relativa aos estabelecimentos de alojamento turístico colectivo, nomeadamente os estabelecimentos hoteleiros. É realizado a todos os estabelecimentos hoteleiros classificados de interesse turístico pelo Turismo de Portugal, I.P., no Continente, e pelas Direcções Regionais de Turismo, nas Regiões Autónomas. Trata-se de um inquérito mensal, de recolha electrónica e postal, o qual permite obter informações acerca do movimento de hóspedes e dormidas, por países de residência habitual, capacidade de alojamento, pessoal ao serviço, proveitos totais e de aposento e ainda custos com o pessoal ao serviço existente nos estabelecimentos hoteleiros.

Tem como objectivos:

- caracterizar a procura e a oferta na hotelaria;
- obter informação sobre o volume dos fluxos turísticos — hóspedes, dormidas, estadas médias e taxas de ocupação — envolvendo o turismo interno (visitantes residentes no país) e o turismo receptor (visitantes residentes no estrangeiro);
- obter informação sobre a capacidade de alojamento, nomeadamente sobre o número de estabelecimentos, número de quartos e número de camas;
- obter informação sobre custos e encargos, receitas totais e de aposento;
- obter informação sobre pessoal ao serviço, remunerado e não remunerado, desagregado por categorias profissionais e sobre o total do pessoal ao serviço, desagregado por nível de escolaridade e sexo e escalão etário.

(INE, 2009a)

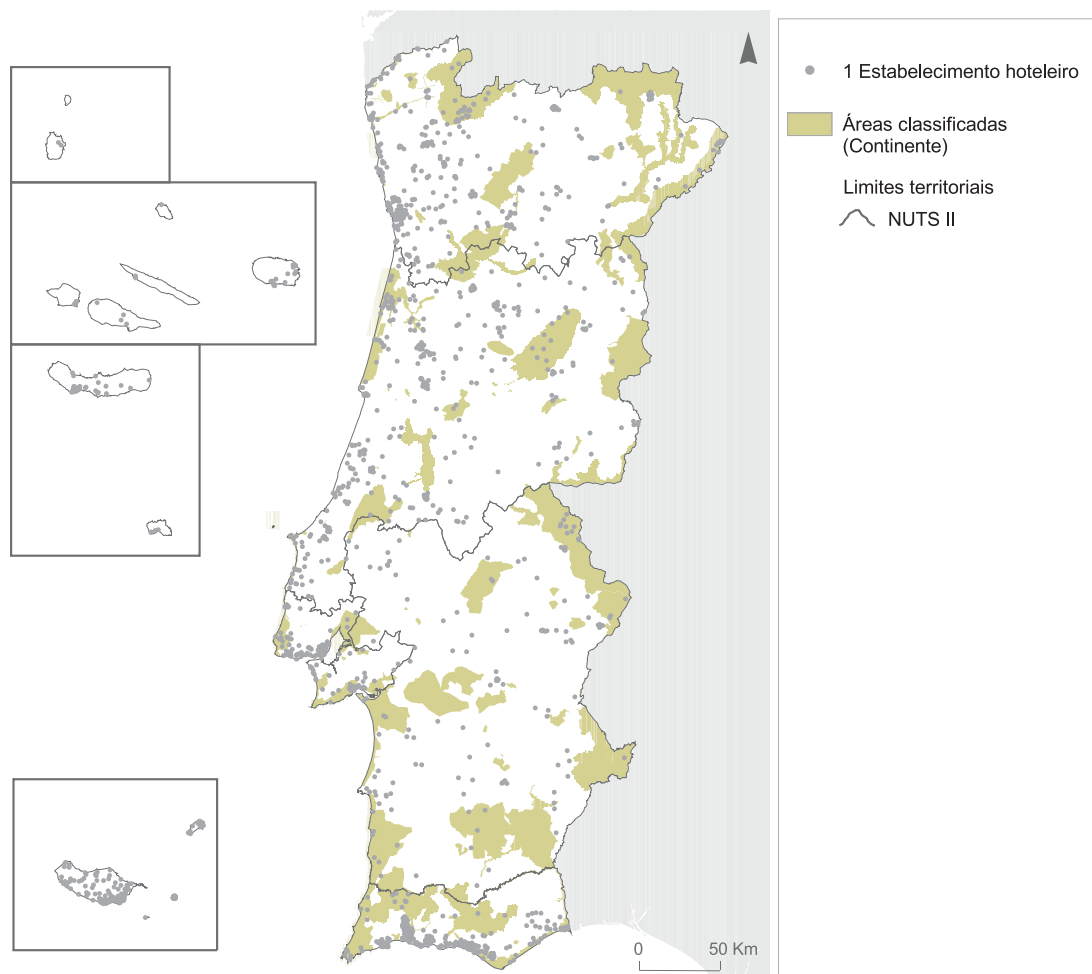
A observação da Figura I.14 destaca o município de Lisboa, na medida em que, apesar da ausência de áreas classificadas, reunia, em 2009, 11% dos estabelecimentos hoteleiros nacionais. Constatava-se o mesmo tipo de situação — ausência ou presença pouco significativa de áreas classificadas e contributo relevante para a dotação hoteleira nacional — em municípios do Algarve (Albufeira, Portimão, Lagos, Lagoa, Faro e Vila Real de Santo António) e na Figueira da Foz, salientando a importância do turismo de praia, mas também em municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (Porto, Cascais, Vila Nova de Gaia) e em cidades de média dimensão (Braga, Coimbra, Leiria e Viana do Castelo), sugerindo a relevância do turismo de cidade e de negócios, e, ainda, em Ourém, salientando a importância do turismo religioso.



A análise permite destacar alguns municípios onde a associação entre a extensão de áreas classificadas e a dotação hoteleira era, em 2009, mais evidente: por exemplo, Terras de Bouro (município integrado no Parque Nacional da Peneda-Gerês), Évora (com um Sítio de Importância Comunitária e duas Zonas de Protecção Especial integrados na Rede Natura 2000), Sintra (Parque Natural de Sintra-Cascais) e Setúbal (Parque Natural da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado). Por outro lado, há um conjunto de municípios que, apesar de uma extensão de áreas classificadas significativa no contexto nacional, dispõem de uma oferta hoteleira reduzida: os casos mais claros são Alcácer do Sal, Odemira e Mértola, no Alentejo, e Bragança, no Norte. No conjunto do território nacional, os dados sugerem a inexistência de uma associação significativa entre a extensão das áreas classificadas e o número de estabelecimentos hoteleiros. Importa recordar que a análise se centrou exclusivamente nos aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos, hotéis, hotéis-apartamentos, estalagens, motéis, pensões e pousadas.

Superfície ocupada por áreas classificadas (Continente) e localização dos estabelecimentos hoteleiros (Portugal), por freguesia, 2009

Figura I.14



Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.

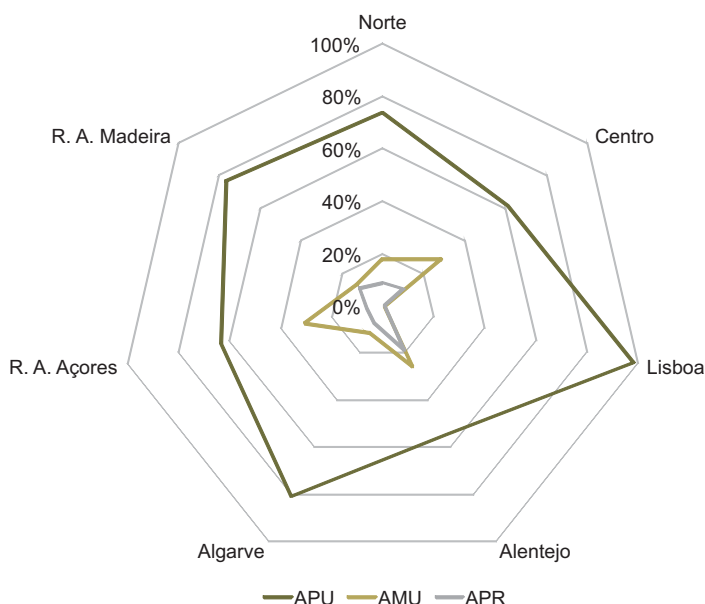
Nota: A localização dos estabelecimentos hoteleiros encontra-se referenciada ao nível da freguesia, pelo que a distribuição dos estabelecimentos dentro de cada freguesia é aleatória.



Paralelamente à presença de áreas classificadas, também o contexto urbano/rural pode afigurar-se condicionador da dotação hoteleira dos territórios. O recurso à tipologia das áreas urbanas [Caixa I.2] permite observar que, em Portugal, as áreas predominantemente urbanas (APU) eram, em 2009, as que apresentavam maior dotação de estabelecimentos hoteleiros, concentrando cerca de três quartos da oferta hoteleira nacional (75%); as áreas mediantemente urbanas (AMU) e áreas predominantemente rurais (APR) absorviam, 17% e 8%, respectivamente, do total. Este padrão era comum às sete regiões NUTS II do país. Lisboa era a região onde a supremacia das APU em relação às AMU e APR era mais notória, seguindo-se-lhe, nesta lógica, o Algarve. Pelo contrário, no Alentejo e no Centro, era visível um maior equilíbrio entre os três contextos territoriais em análise [Figura I.15]. Os dados sugerem, assim, um padrão territorial que permite destacar as áreas predominantemente urbanas como sendo aquelas que evidenciam uma maior dotação de oferta hoteleira. Assim, à conclusão da inexistência de uma associação significativa entre a extensão das áreas classificadas e o número de estabelecimentos hoteleiros, acresce a constatação de que os contextos mais urbanos apresentam uma maior dotação de estabelecimentos hoteleiros.

Proporção de estabelecimentos hoteleiros, segundo a tipologia de áreas urbanas, por NUTS II, 2009

Figura I.15

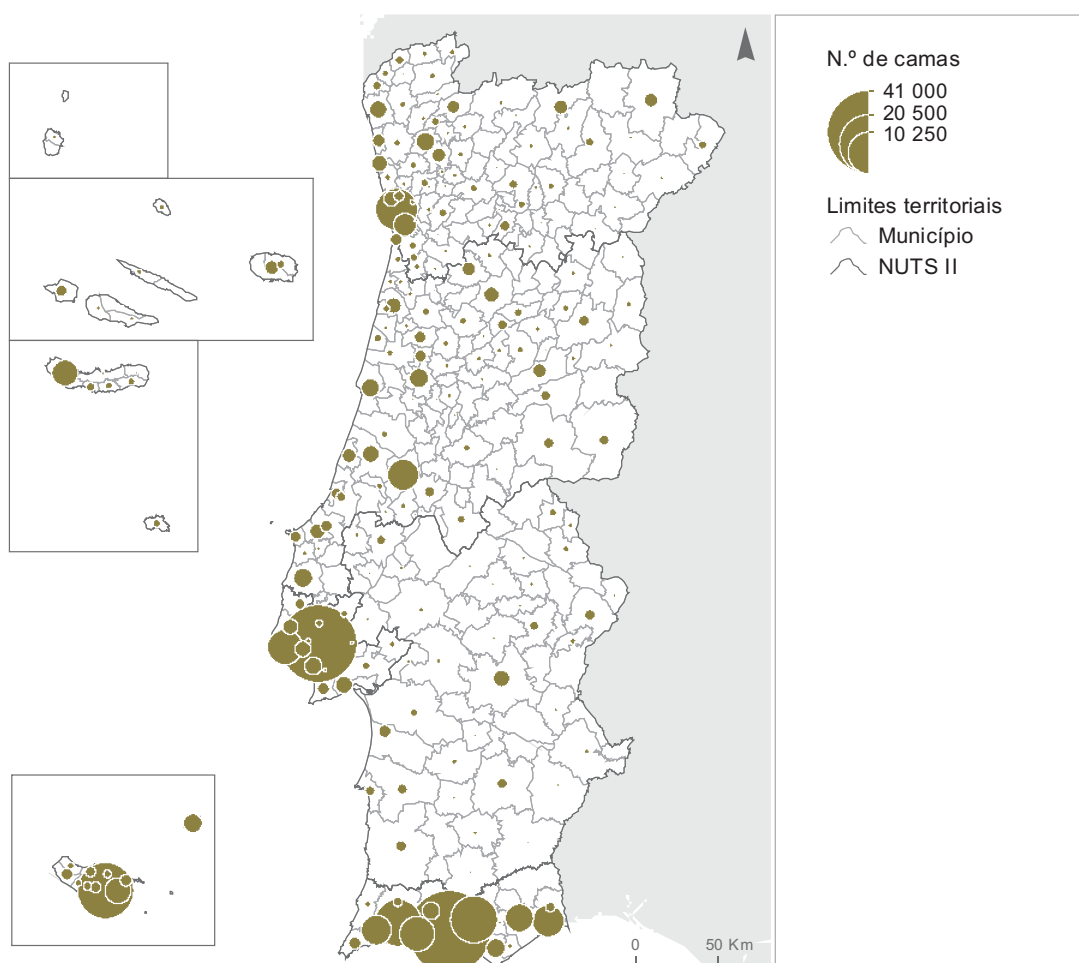


Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.



Em 2009, metade da capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros existente no território nacional concentrava-se em apenas sete dos 308 municípios portugueses: por ordem decrescente de importância, Albufeira (15%), Lisboa (13%), Funchal (7%), Loulé (5%), Portimão (5%), Porto (4%) e Cascais (3%). Segue-se um conjunto de oito municípios com contributos para o total nacional superiores a 1%, que se localizam maioritariamente no Algarve (Lagoa, Vila Real de Santo António, Lagos e Tavira) mas também nas regiões autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Santa Cruz) e na área metropolitana do Porto (Vila Nova de Gaia) mas no qual também se inclui o município de Ourém (onde se localiza o Santuário de Fátima). Com efeito, Ourém constitui a exceção mais clara a um padrão territorial que destaca o Algarve, as regiões autónomas e as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto como os territórios que mais oferta hoteleira concentravam em 2009 [Figura I.16].

Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, por município, 2009 Figura I.16



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.

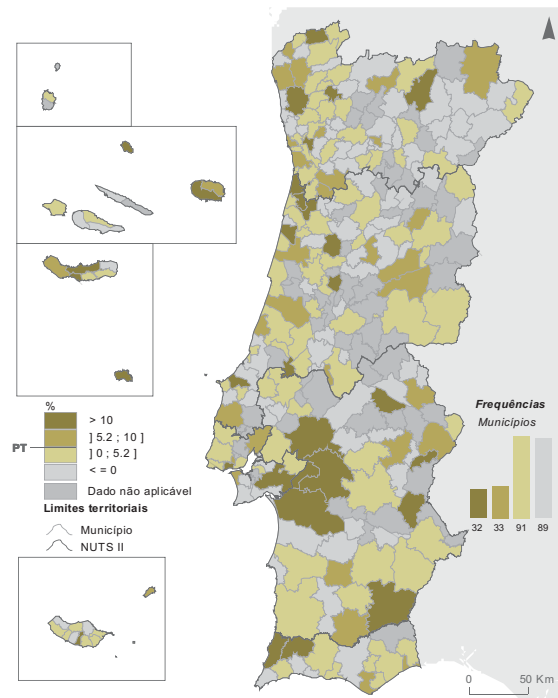


A Figura I.17 representa, à escala municipal, a taxa de variação média anual, entre 2002 e 2009, da capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros e revela que, em cerca de metade dos municípios nacionais, se verificou um aumento daquela capacidade. Entre os territórios que registaram os maiores acréscimos, destaca-se um contínuo formado pelos municípios de Coruche, Montemor-o-Novo, Vendas Novas, Palmela e Alcácer do Sal; um espaço que se estende do Entre Douro e Vouga (São João da Madeira) ao Baixo Vouga (Ovar, Estarreja e Albergaria-a-Velha); a ilha Terceira, a ilha de Santa Maria e a parte ocidental da ilha de São Miguel, na Região Autónoma dos Açores; os municípios contíguos de Aljezur e Monchique, no Algarve, e Câmara de Lobos, na Região Autónoma da Madeira. Entre os municípios que registaram uma diminuição da capacidade de alojamento, importa destacar Portimão (-5%) e Lagoa (-2%), ambos do Algarve, dada a maior expressão daqueles municípios para a capacidade hoteleira nacional. O índice de desigualdade de Gini [Caixa I.4], avaliando a distribuição da capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros pelos 308 municípios portugueses, passou de 69%, em 2002, para 67%, em 2009, indicando que a concentração da oferta hoteleira se atenuou entre 2002 e 2009. Por outro lado, verifica-se que, em 2009, 54 municípios não dispunham de oferta hoteleira enquanto, em 2002, os municípios nesta situação eram 63.

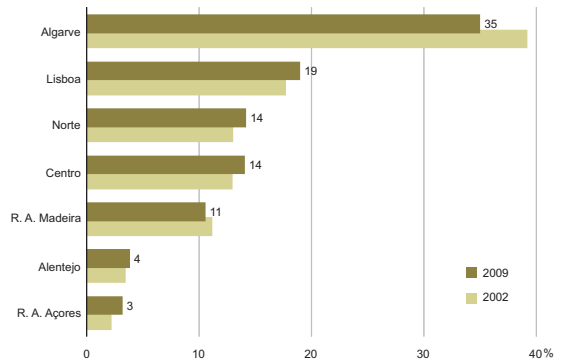
Neste contexto de crescimento da oferta hoteleira em Portugal (de 240 mil camas, em 2002, para 274 mil camas, em 2009), a agregação da informação para o nível das regiões NUTS II coloca em evidência o Algarve enquanto região com maior quota de oferta hoteleira, à luz da capacidade de alojamento. Além do Algarve, apenas na Região Autónoma da Madeira se verificou uma redução do contributo para a capacidade de alojamento total. No conjunto e em consistência com a conclusão extraída da análise dos dados à escala municipal, também ao nível das NUTS II, os dados sugerem que a concentração da oferta hoteleira se atenuou entre 2002 e 2009. Este resultado é corroborado pelo cálculo da medida de desigualdade de Gini e reflecte-se, em particular, na perda de quota do Algarve [Figura I.18].



Taxa de variação média anual da capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, por município, 2002/2009 | Figura I.17



Contributo regional para a capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, por NUTS II, 2002 e 2009 | Figura I.18



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.

Índice de Gini | Caixa I.4

Para o cálculo do **índice de Gini (IG)**, utilizou-se a formulação proposta por Robinson (2000):

$$IG = \left(\frac{1}{2} \sum_{j=1}^n |x_j - y_j| \right) \times 100, \text{ em que:}$$

- x_j corresponde ao rácio entre a capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros do município j e a capacidade total de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros; e,
- y_j corresponde à proporção de cada município j no número total de municípios (308).

O índice varia entre 0 e 100, sendo que, quanto mais aproximada de 100 for a medida obtida, menor a distribuição (maior a concentração) da capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros pelos 308 municípios portugueses.

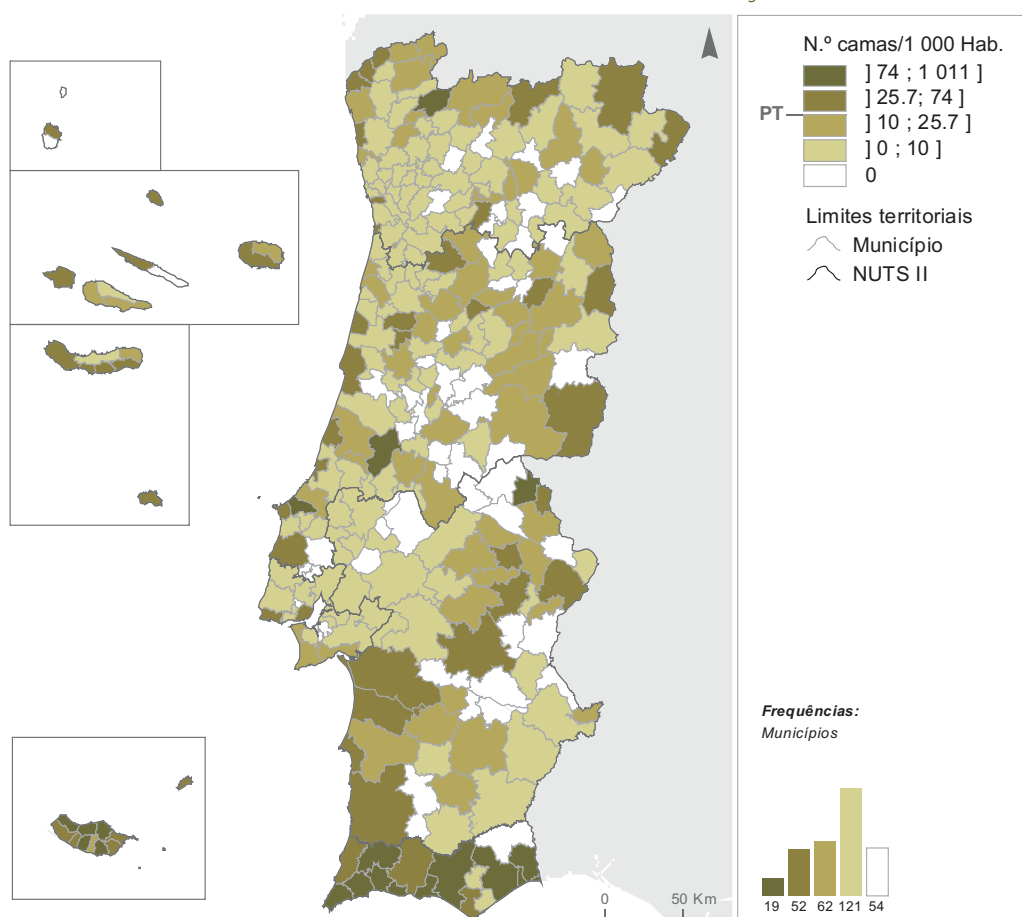


RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

A relativização da capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros pela população residente permite aprofundar a análise, na medida em que anula o efeito da dimensão de cada unidade territorial, ajustando a imagem territorial anteriormente apresentada. De acordo a informação disponível para 2009, a capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros por 1 000 habitantes era particularmente intensa em municípios do Algarve e da Região Autónoma da Madeira. No caso do Algarve, destacava-se de forma clara Albufeira (onde aquela capacidade relativa era a mais expressiva do país, superando as mil unidades e correspondendo a mais do dobro do segundo município com o maior valor), sendo que, dos 16 municípios algarvios, apenas São Brás de Alportel, Olhão e Alcoutim apresentavam uma dotação relativa abaixo da média nacional (25,7). Na Região Autónoma da Madeira, evidenciavam-se São Vicente, com o segundo valor mais expressivo do país, e o Funchal. No conjunto dos 19 municípios com maior capitação de capacidade hoteleira, 10 localizavam-se no Algarve e cinco na Região Autónoma da Madeira. Os restantes eram Terras de Bouro (no Parque Nacional da Peneda-Gerês) e Ourém (onde se localiza o Santuário de Fátima) mas também Óbidos e Castelo de Vide, onde se destaca o património. Esta constatação sugere que, a par do turismo induzido por climas amenos, também os factores naturais, religiosos e culturais são indutores de maior oferta turística [Figura I.19].

Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros por 1 000 habitantes, por município, 2009

Figura I.19



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.



A análise destaca o Algarve, as regiões autónomas e as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto como os territórios que, em 2009, mais oferta hoteleira concentravam. Anulando o efeito de dimensão, através da relativização pela população residente, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira mantêm a posição de destaque. Contudo, surgem outros contextos territoriais que evidenciam a importância do turismo em áreas de baixa densidade, nomeadamente no Interior do Continente. Disso constituem exemplos os municípios de Ourém, Terras de Bouro, Óbidos e Castelo de Vide, por apresentarem uma capacidade de alojamento por habitante elevada no contexto nacional.

A qualificação da oferta territorial

Na perspectiva de que a qualificação da oferta hoteleira condiciona a procura turística e, consequentemente, a valorização dos territórios, a análise incidirá no padrão territorial da oferta turística em função da tipologia e da categoria dos estabelecimentos hoteleiros³. No conjunto do território nacional, os hotéis eram responsáveis, em 2009, por mais de metade da capacidade de alojamento; seguiam-se as pensões (14%), os hotéis-apartamentos (13%) e os apartamentos turísticos (12%). No conjunto, estas quatro tipologias representavam mais de 90% da oferta hoteleira nacional. De forma a identificar os principais contextos territoriais de concentração de cada uma daquelas tipologias, recorre-se ao quociente de localização, dado que esta medida permite uma avaliação dos territórios que revelam uma sobre-representação das tipologias em análise e, deste modo, possibilita a identificação das zonas de maior concentração relativa da oferta das diferentes tipologias [Caixa I.5].

Quociente de localização | Caixa I.5

O **quociente de localização (QL)** corresponde a uma medida que permite aferir a sobre-representação de um determinado grupo de numa unidade territorial (na presente análise, o município) em relação a um contexto territorial mais amplo (na presente análise, o país). É expresso pela seguinte equação:

$$QL_{rj} = \frac{X_{rj}}{X_r} \bigg/ \frac{X_{pj}}{X_p} \quad (0 \leq QL_{rj} < \infty), \text{ em que:}$$

X_{rj} - população do grupo j na unidade territorial r

X_r - população total na unidade territorial r

X_{pj} - população do grupo j na área de estudo p

X_p - população total na área de estudo p

Valores superiores à unidade são indicativos de uma sobre-representação do grupo j na unidade territorial r em relação à expressão desse grupo no contexto territorial mais amplo.

³ Os estabelecimentos hoteleiros incluem as seguintes tipologias: aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos, hotéis, hotéis-apartamentos, estalagens, motéis, pensões e pousadas.



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

A leitura deste indicador salienta padrões territoriais de concentração e distribuição diferenciados tendo em conta, por um lado, a tipologia da oferta hoteleira e, por outro lado, o facto de que, em 2009, 54 municípios não dispunham de estabelecimentos hoteleiros, reduzindo o universo desta análise de 308 para 254 municípios.

Assim, observa-se que, no respeitante à capacidade de alojamento dos hotéis, 126 municípios estavam associados a uma sobre-representação e 128 a uma sub-representação (destes, 82 não registavam nenhum hotel em actividade), não sendo possível identificar um padrão territorial bem definido neste tipo de oferta. Porém, importa sublinhar o facto de 16 das 18 capitais de distrito – as únicas excepções eram Leiria e Castelo Branco – bem como o Funchal e Ponta Delgada se encontrarem entre as unidades territoriais com sobre-representação da capacidade de alojamento disponibilizada pelos hotéis [Figura I.20].

Por seu turno, a capacidade de alojamento das pensões encontrava-se particularmente sobre-representada num conjunto de 47 municípios onde, em 2009, esta tipologia de estabelecimentos hoteleiros era única. Trata-se de municípios maioritariamente localizados no Douro, no Pinhal Interior Norte, na Lezíria do Tejo, no Alto Alentejo e no Alentejo Central. Acrescente-se que, num outro conjunto de 47 municípios, não se registou nenhuma pensão em actividade em 2009 [Figura I.21].

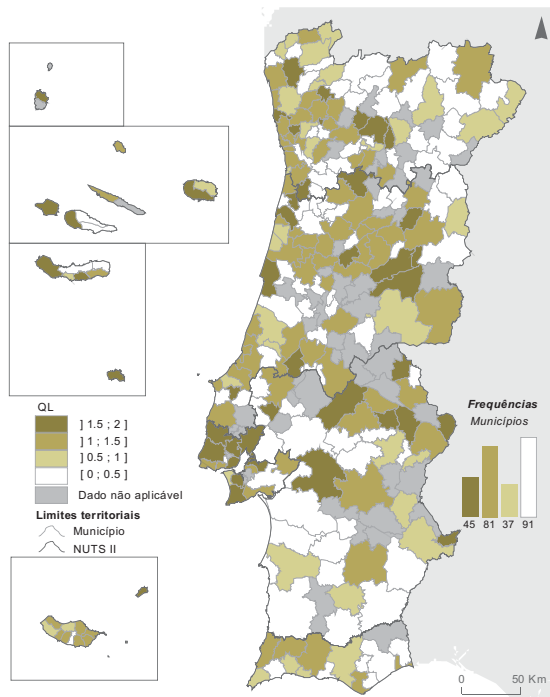
No que respeita à capacidade de alojamento dos hotéis-apartamentos, verifica-se que apenas 24 municípios apresentavam uma sobre-representação, isto é, um quociente de localização superior à unidade. Neste conjunto, importa salientar a presença de municípios algarvios (Castro Marim, Olhão, Silves, Albufeira, Vila Real de Santo António, Vila do Bispo, Tavira e Loulé), da Região Autónoma da Madeira (Calheta, Santa Cruz e Funchal), da Região Autónoma dos Açores (Lajes do Pico, Vila da Praia da Vitória e Lagoa) mas também do Alentejo Litoral (Alcácer do Sal, Grândola e Sines), sugerindo uma maior concentração desta tipologia, à luz da capacidade de alojamento, nos territórios com proximidade à costa marítima [Figura I.22].

Por último, a observação da representatividade da capacidade de alojamento dos apartamentos turísticos, com base no quociente de localização, faz sobressair um conjunto de apenas 19 municípios [Figura I.23]. Mais uma vez, os municípios algarvios destacam-se no contexto nacional, sobretudo na costa do barlavento algarvio mas emergem também municípios da Região Autónoma dos Açores e do Oeste.

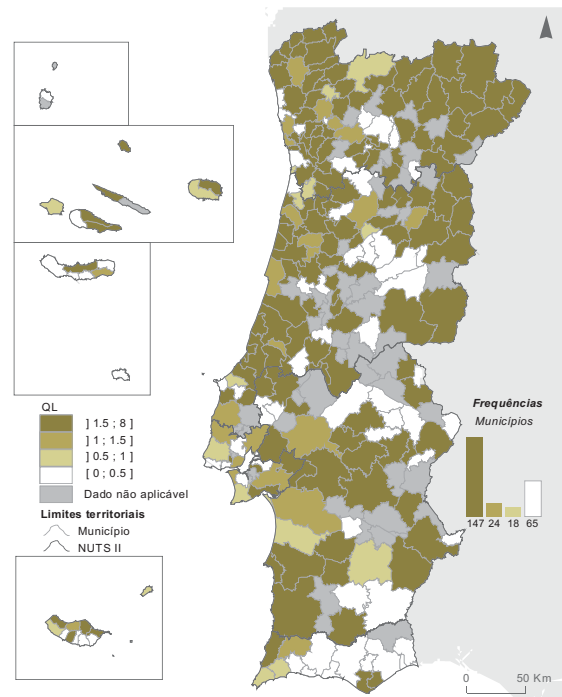


RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

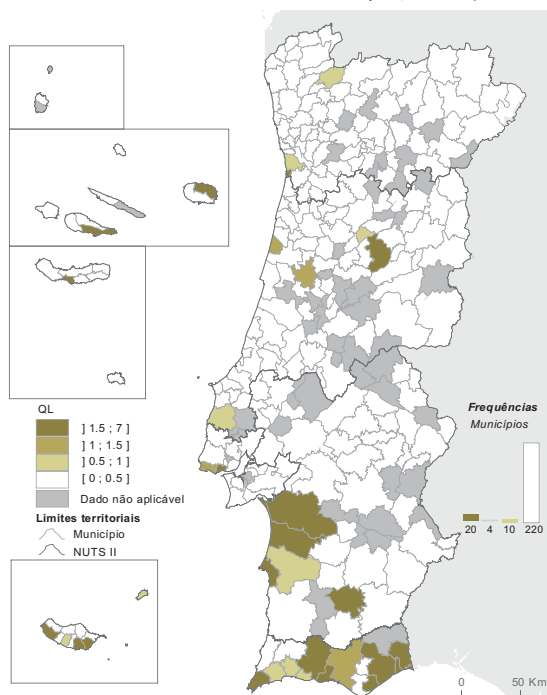
Quocientes de localização da capacidade de alojamentos nos hotéis, por município, 2009 Figura I.20



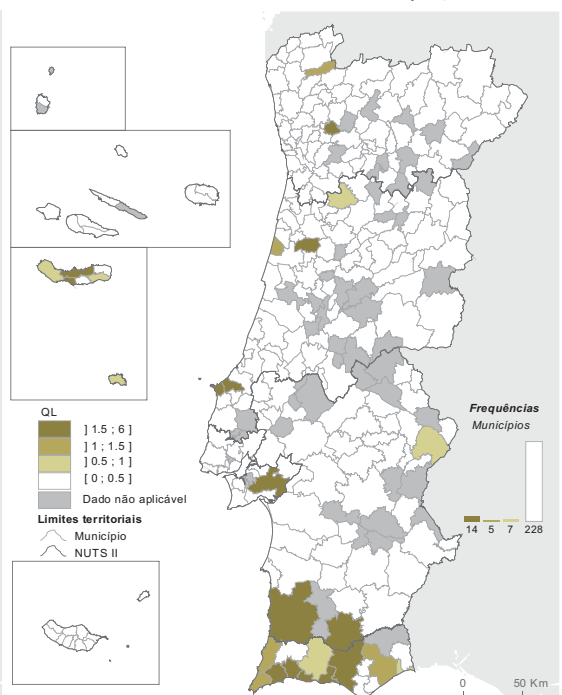
Quocientes de localização da capacidade de alojamentos nas pensões, por município, 2009 Figura I.21



Quocientes de localização da capacidade de alojamentos nos hotéis-apartamentos, por município, 2009 Figura I.22



Quocientes de localização da capacidade de alojamentos nos apartamentos turísticos, por município, 2009 Figura I.23

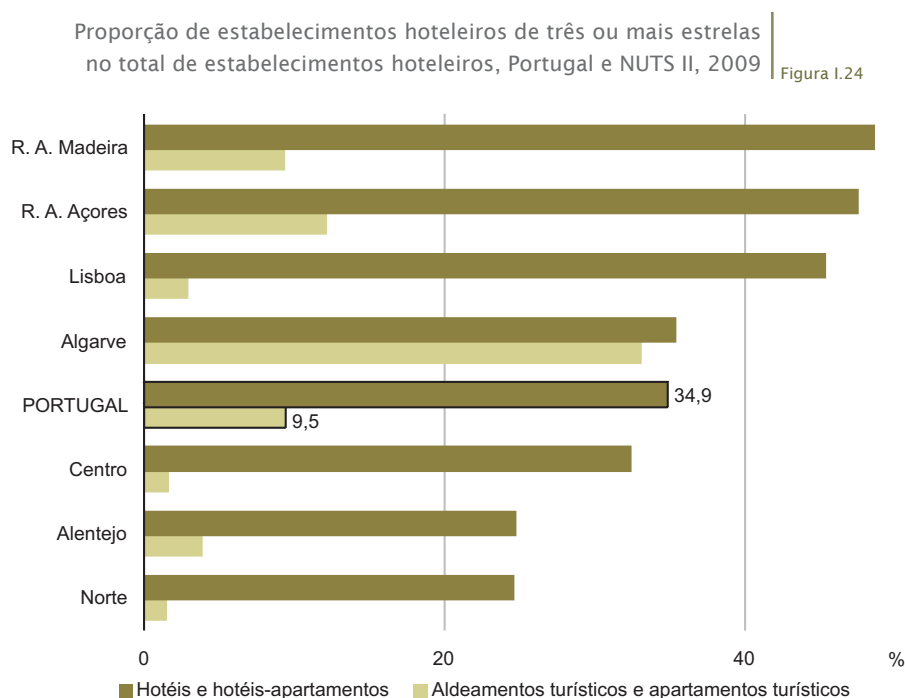


Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.



A análise da qualificação da oferta hoteleira nacional com base na tipologia dos estabelecimentos hoteleiros pode ser complementada através da observação da categoria dos estabelecimentos hoteleiros. Nessa medida, optou-se por centrar a análise no conjunto dos hotéis e dos hotéis-apartamentos de três ou mais estrelas, por um lado, e no conjunto dos aldeamentos turísticos e dos apartamentos turísticos de três ou mais estrelas, por outro lado. São, assim, considerados grupos relativamente homogêneos de estabelecimentos hoteleiros de maior qualidade.

Ao nível regional e numa lógica de avaliação da qualidade hoteleira, a maior proporção de estabelecimentos hoteleiros do tipo hotéis e hotéis-apartamentos de três ou mais estrelas, face ao total de estabelecimentos, verificava-se, em 2009, para as regiões autónomas e para a região de Lisboa, com proporções acima de 45%; o Algarve também superava a média nacional (34,9%) mas de forma marginal [Figura 1.24]. A proporção de estabelecimentos do tipo aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos de três ou mais estrelas era particularmente significativa no Algarve (um terço dos estabelecimentos existentes na região) e na Região Autónoma dos Açores (12,2%).



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.



A análise da qualificação da oferta hoteleira salienta a sobre-representação dos hotéis nos contextos territoriais com maior grau de urbanização e, em particular, nos centros metropolitanos de Lisboa e do Porto, na maioria das cidades capitais de distrito, bem como no Funchal e em Ponta Delgada. As pensões tinham maior expressão nos municípios do Interior continental. Os dados relativos à capacidade de alojamento disponibilizada pelos hotéis-apartamentos sugeriam uma particular concentração desta tipologia nos territórios do Algarve e das regiões autónomas. A mesma análise para os apartamentos turísticos destaca, sobretudo, os municípios da costa do barlavento algarvio, revelando uma concentração mais acentuada no território nacional do que o observado para os hotéis-apartamentos.



II.2. A atractividade turística dos territórios

Intensidade turística: $(\text{Número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros} / \text{População residente}) \times 100$

Intensidade do turismo no espaço rural: $(\text{Número de dormidas nos estabelecimentos de turismo em espaço rural} / \text{População residente}) \times 100$

Proporção de hóspedes estrangeiros: $(\text{Número de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros} / \text{Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros}) \times 100$

Taxa de sazonalidade: $(\text{Número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros nos meses de Julho, Agosto e Setembro} / \text{Número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros}) \times 100$

Taxa líquida de ocupação-cama: $[\text{Número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros} / (\text{Número de camas disponíveis nos estabelecimentos hoteleiros} \times \text{Número de dias do período de referência})] \times 100$

A dinâmica da procura turística mobiliza recursos territoriais, constituindo uma influência sobre o território. Importa, por isso, identificar se a dinâmica da procura está polarizada no espaço (e, portanto, se afecta particularmente alguns territórios), caracterizar essa procura do território local por parte de indivíduos não residentes (com base na nacionalidade dos visitantes) e avaliar a eventual concentração da procura no tempo (precisando se o carácter sazonal do turismo se faz sentir mais nuns territórios do que noutros).

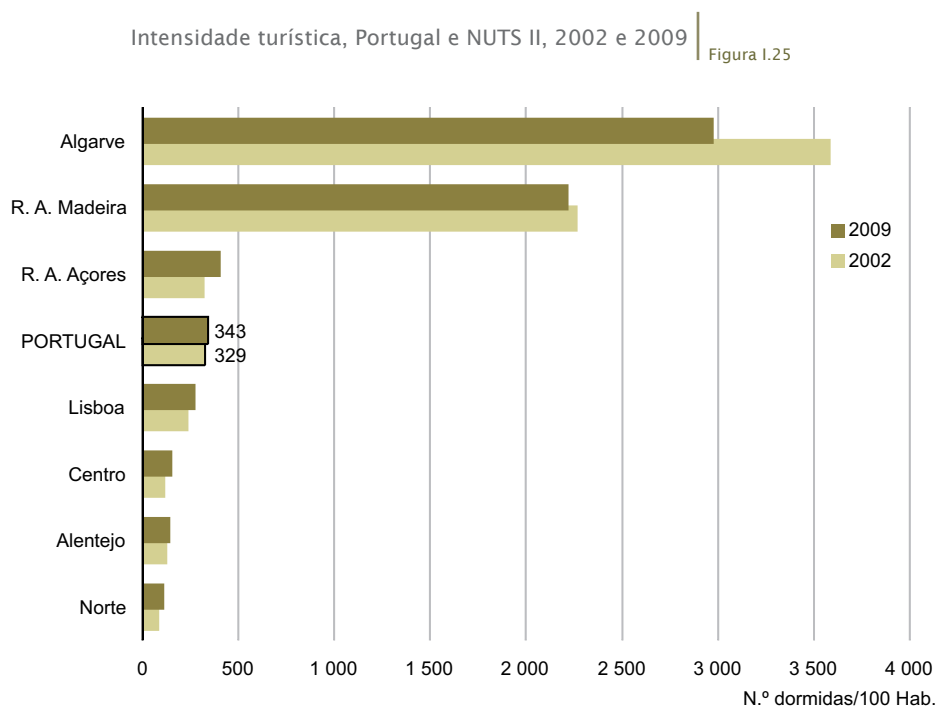
A intensidade turística dos territórios

A intensidade turística, definida pela relação entre o número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros e a população residente no respectivo território, constitui um indicador adequado a uma primeira abordagem da influência que a procura turística exerce sobre o território, no sentido de identificar se essa intensidade se encontra polarizada no espaço e se se intensificou mais acentuadamente numas unidades territoriais do que noutras.

No período 2002-2009, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira foram as únicas regiões NUTS II do país onde a intensidade turística diminuiu mas sem que essa evolução tivesse posto em causa o facto de se manterem, em 2009, as regiões com maior intensidade turística. A Região Autónoma dos Açores reforçou a terceira posição em termos de número de dormidas por 100 habitantes, apresentando, em 2009, um valor acima da média nacional, o que não acontecia em 2002. O Norte, o Alentejo e o Centro mantiveram, em 2009, as intensidades turísticas menos expressivas, apesar do acréscimo registado. Esta análise sugere que a influência induzida pela



procura turística é potencialmente mais intensa no Algarve e na Região Autónoma da Madeira do que no restante território nacional [Figura I.25].



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria e Estimativas Anuais de População Residente.

A análise por município permite detectar comportamentos diferenciados no seio de cada região. Entre 2002 e 2009, a intensidade turística acentuou-se num conjunto de municípios da Região Autónoma da Madeira — Porto Santo, Calheta, São Vicente, Machico e Ribeira Brava —, tendo, pelo contrário, diminuído no Funchal e nos municípios limítrofes de Santa Cruz e Santana; ora, em 2002, eram precisamente os municípios do Funchal e de Santa Cruz (a par de Porto Santo) que apresentavam maior intensidade turística na região autónoma, o que sugere uma maior distribuição da influência turística naquela região. A exceção é o município de Porto Santo que reforçou, de forma significativa, o número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes [Figura I.26].

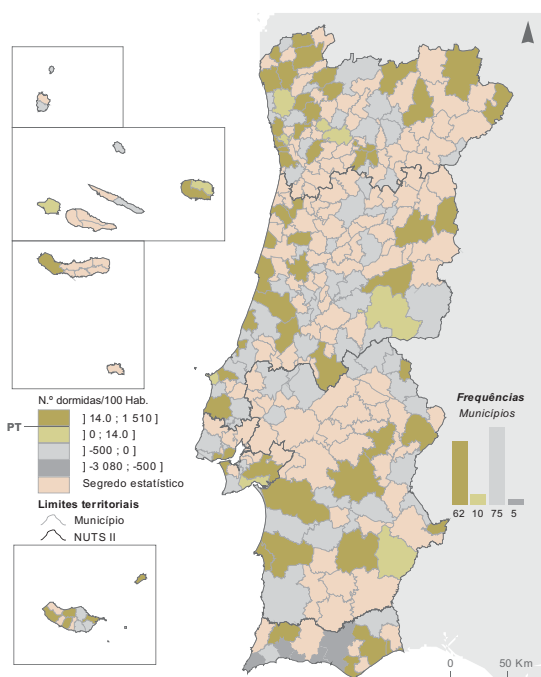
Porém, esta intensificação não se circunscreve a municípios madeirenses. No Continente, o município de Vila Real de Santo António apresentou, no período em análise, o acréscimo mais significativo mas merecem, igualmente, destaque Óbidos, Terras de Bouro, Tavira, Ourém e, na Região Autónoma dos Açores, Ponta Delgada, bem como os centros metropolitanos de Lisboa e do Porto. Esta constatação confirma que a capacidade de atracção turística dos territórios assenta numa diversidade de recursos endógenos, exclusivos ou conjuntos, de natureza arquitectónica, natural, climática, de saúde, religiosa, cultural e de negócios.



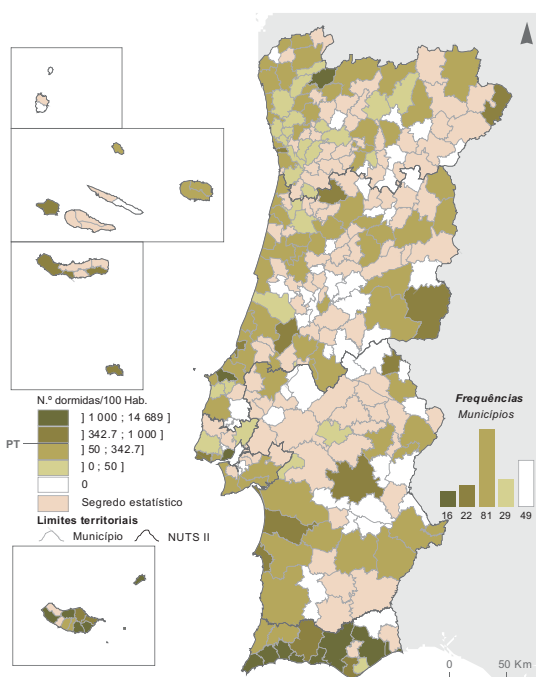
RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Em contraponto, o número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes diminuiu de forma mais significativa num conjunto de cinco municípios algarvios — Albufeira, Portimão, Lagoa, Loulé e Vila do Bispo.

Varição da intensidade turística, por município, 2002/2009 | Figura I.26



Intensidade turística, por município, 2009 | Figura I.27



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria e Estimativas Anuais de População Residente.

Em 2009, a intensidade turística era particularmente elevada em municípios do Algarve e da Região Autónoma da Madeira. Tal como observado para a capacidade de alojamento relativizada pela população residente, a mesma relativização das dormidas salienta o município de Albufeira com a maior intensidade turística do país: perto de 15 mil dormidas por 100 habitantes, o que significa quase três vezes mais do que o registado para o segundo município com maior capacidade de atracção relativa de hóspedes (Porto Santo). Contudo, Albufeira registou a redução mais significativa entre 2002 e 2009. Dos 18 municípios com uma intensidade turística acima do milhar em 2009, apenas três não pertenciam àquelas duas regiões NUTS II: Óbidos (no Oeste, caracterizado pelo património medieval); Terras de Bouro (no Parque Nacional da Peneda-Gerês) e a capital do país. Como observado para outros indicadores, também os municípios de Ourém, Castelo de Vide e Ponta Delgada se destacavam no contexto nacional, o mesmo acontecendo com outros municípios da Região Autónoma dos Açores (Ponta Delgada, Horta, Povoação, Vila do Porto e Lagoa) [Figura I.27].



Na perspectiva de que a qualidade da procura turística é determinante para a qualificação dos territórios, restringiu-se a análise a dois subconjuntos de estabelecimentos hoteleiros: hotéis e hotéis-apartamentos de três ou mais estrelas, por um lado, e aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos, por outro lado. Procurou-se, assim, reter grupos relativamente homogêneos de estabelecimentos hoteleiros.

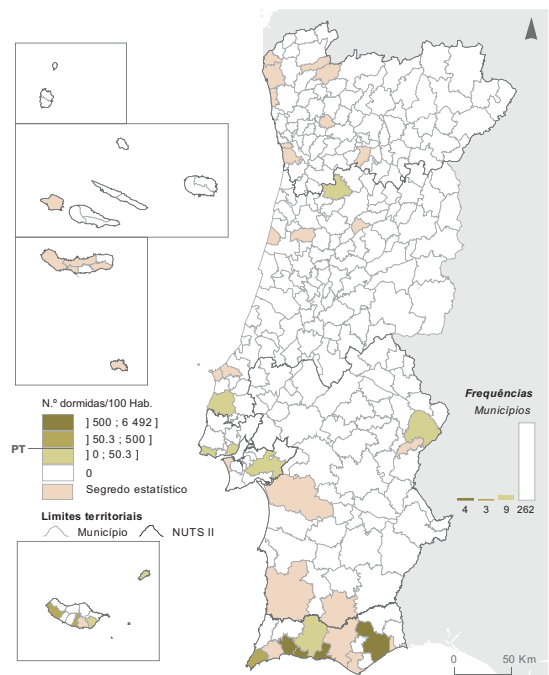
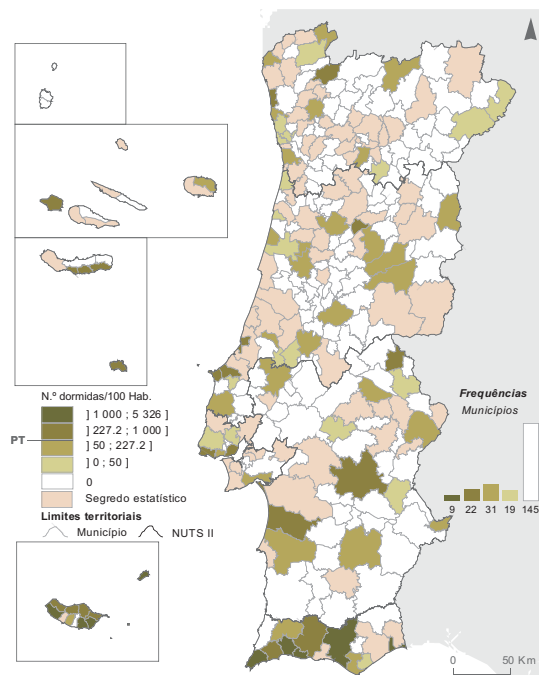
Na perspectiva da intensidade turística nos hotéis e hotéis-apartamentos de categoria mais elevada, mantém-se a relevância do Algarve e da Região Autónoma da Madeira. No caso do Algarve, a procura deste tipo de estabelecimento, segundo o número de dormidas por 100 habitantes, assumiu, em 2009, uma expressão claramente acima da média nacional em municípios da costa marítima, com destaque para Vila Real de Santo António e com excepção do contínuo formado pelos municípios de Faro e Olhão. No caso da Região Autónoma da Madeira, os valores mais expressivos pertenciam a Porto Santo, Funchal e Santa Cruz. Além de municípios destas duas regiões, destacavam-se Lisboa, Castelo de Vide, Óbidos e Terras de Bouro [Figura I.28].

Intensidade turística nos hotéis e hotéis-apartamentos com três ou mais estrelas, por município, 2009

Figura I.28

Intensidade turística nos aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos com três ou mais estrelas, por município, 2009

Figura I.29



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria e Estimativas Anuais de População Residente.

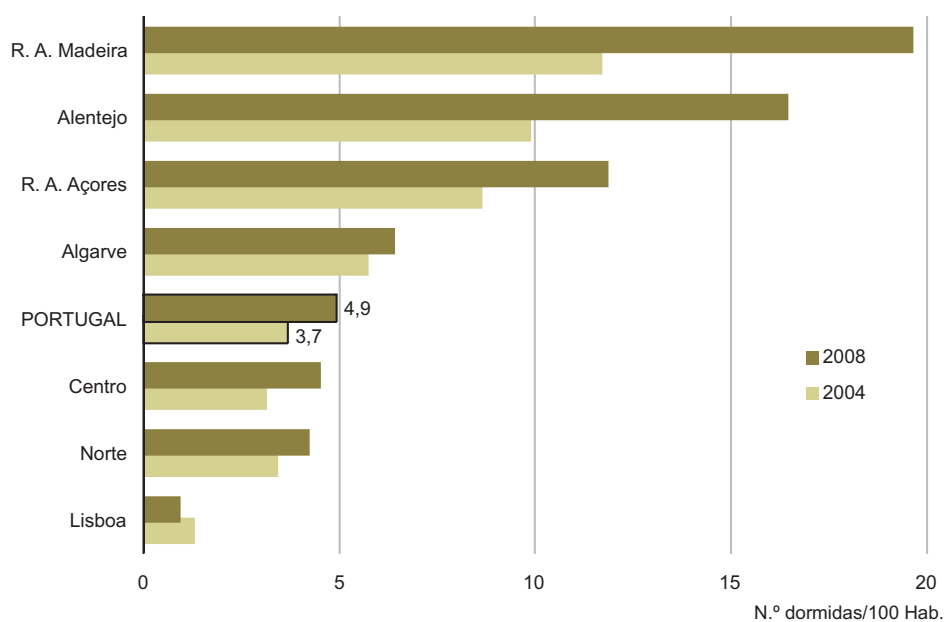


A observação do número de dormidas em aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos por 100 habitantes no ano de 2009 coloca em evidência, de novo e de forma muito clara, os municípios algarvios, com destaque para Albufeira, Portimão, Lagoa, Tavira e Vila do Bispo. Câmara de Lobos e Calheta, na Região Autónoma da Madeira, também registavam intensidades superiores à média nacional [Figura I.29].

O turismo no espaço rural (TER) merece uma atenção particular, dada a característica intrínseca de proporcionar um contacto directo com os contextos mais rurais. A observação do número de dormidas em empreendimentos de TER por 100 habitantes permite avaliar a intensidade turística deste tipo de estabelecimentos (Turismo de Portugal, 2008). Neste contexto, importa sublinhar que a Região Autónoma da Madeira apresentava a intensidade turística mais elevada, quer em 2004, quer em 2008, tendo sido a região do país onde aquele indicador mais se acentuou naquele período, seguida do Alentejo e da Região Autónoma dos Açores. Porém, o acréscimo observado entre 2004 e 2008 foi comum a todas as regiões do país, com excepção da região de Lisboa [Figura I.30]. Este facto qualifica a Região Autónoma da Madeira como uma região não só eminentemente turística no contexto nacional, mas também como a região do país onde o turismo no espaço rural, à luz do indicador analisado, assume maior intensidade.

Intensidade do turismo no espaço rural, Portugal e NUTS II, 2004 e 2008

Figura I.30

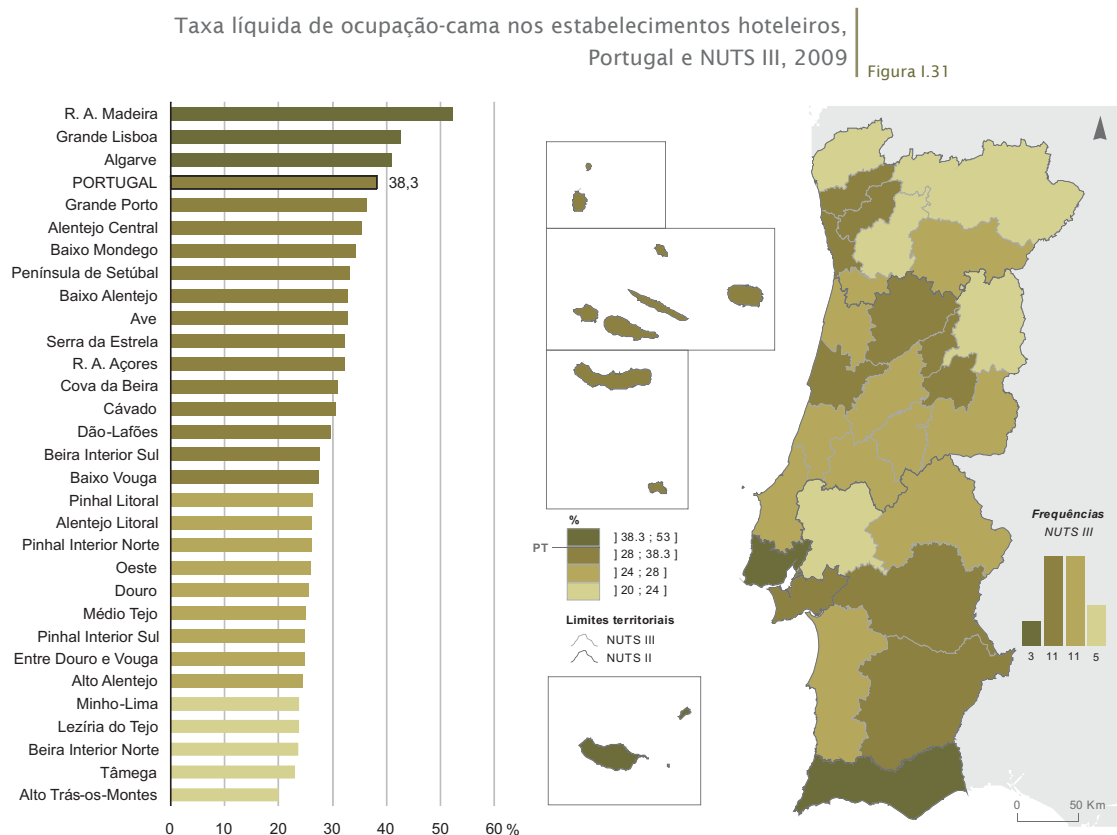


Fonte: Turismo de Portugal, I.P.. INE, I.P., Estimativas Anuais de População Residente.



A leitura adicional da taxa líquida de ocupação-cama nos estabelecimentos hoteleiros fornece informação complementar à análise do grau de utilização da capacidade de alojamento disponível e, consequentemente, da adequação da procura à oferta hoteleira nos diferentes espaços do território nacional.

Em 2009, a distribuição regional deste indicador revelava que, a par da posição ocupada pelas regiões Norte, Centro e Alentejo quanto à intensidade turística, também em relação aos níveis de ocupação hoteleira estas foram as regiões que registaram os valores mais baixos. Em contrapartida, a Região Autónoma da Madeira e as regiões de Lisboa e do Algarve apresentaram taxas de ocupação superiores à média nacional, evidenciando uma maior adequação da procura à oferta hoteleira disponível. De facto, das 30 sub-regiões de Portugal, apenas três — Região Autónoma da Madeira, Grande Lisboa e Algarve — registaram taxas de ocupação superiores à média nacional (38,3%), ainda que no contexto nacional haja municípios de outras sub-regiões que também se destacam. Esta análise sugere um grau de utilização da capacidade de alojamento disponível mais intenso para estes espaços do território nacional [Figura I.31].



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.

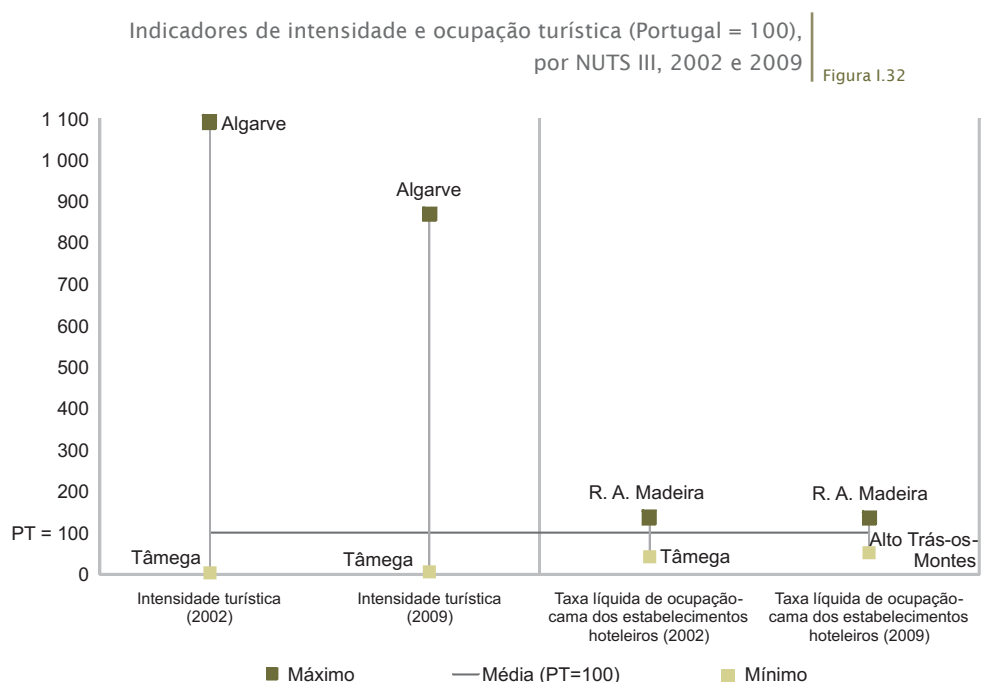


Em 2009, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira mantinham-se, tal como em 2002, as regiões com maior intensidade turística, segundo o número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes. Esta análise sugere que a influência induzida pela dinâmica da procura turística é potencialmente mais intensa naquelas regiões do que no restante território nacional. Além dos municípios destas duas regiões, sobressaem Óbidos, Terras de Bouro, a capital do país, Ourém, Castelo de Vide e alguns municípios da Região Autónoma dos Açores.

A análise da intensidade turística dos hotéis e hotéis-apartamentos salientou, em 2009, a relevância do Algarve e da Região Autónoma da Madeira. A intensidade turística dos aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos colocou em evidência, de forma muito clara, os municípios da costa algarvia.

A intensidade turística no turismo no espaço rural evidencia as regiões autónomas e o Alentejo, não só por constituírem as regiões onde aquela intensidade mais se reforçou, entre 2004 e 2008, mas também por serem as regiões que, em 2008, apresentavam as intensidades mais elevadas.

A análise da taxa líquida de ocupação-cama dos estabelecimentos hoteleiros em 2009 destaca a Região Autónoma da Madeira, a Grande Lisboa e o Algarve enquanto territórios onde se verificou uma melhor adequação da procura à oferta hoteleira.



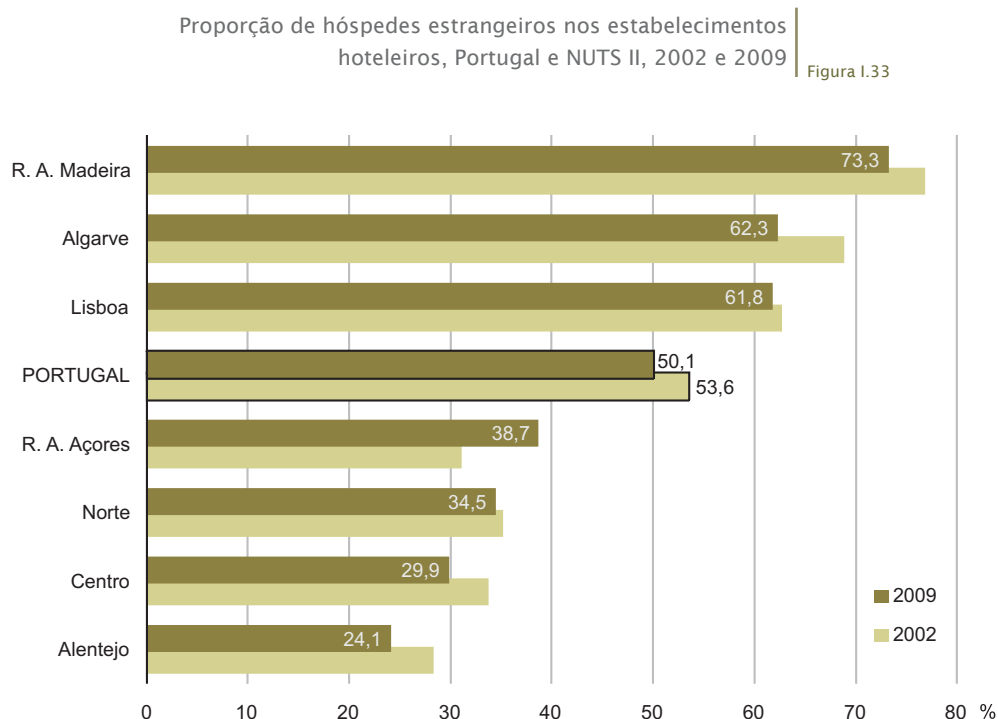
Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria e Estimativas Anuais de População Residente.



As proveniências da procura

O adequado conhecimento das especificidades locais da actividade turística é fundamental para a definição das políticas públicas de base territorial, nomeadamente no que respeita à provisão de equipamentos e serviços ligados ao turismo que permitam uma maior adequação da oferta turística à procura. Os dados relativos a 2009 revelam que metade dos quase 13 milhões de indivíduos que se hospedaram em estabelecimentos hoteleiros do país tinha residência habitual fora de Portugal, correspondendo a uma proporção de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros de 50,1% enquanto, em 2002, esta proporção era de 53,6%. O decréscimo nesta proporção ficou a dever-se a um aumento relativo do número de hóspedes estrangeiros inferior ao observado para os hóspedes com residência habitual em Portugal (14,6% e 31,8%, respectivamente).

Por NUTS II, a comparação entre 2002 e 2009 revela uma diminuição quase generalizada da proporção de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros, com excepção da Região Autónoma dos Açores, onde se registou um acréscimo de cerca de oito pontos percentuais. Contudo, importa registar o facto de, em 2009, a Região Autónoma da Madeira e as regiões do Algarve e de Lisboa se terem mantido acima da média nacional, continuando a captar mais hóspedes estrangeiros do que nacionais [Figura I.33].



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.

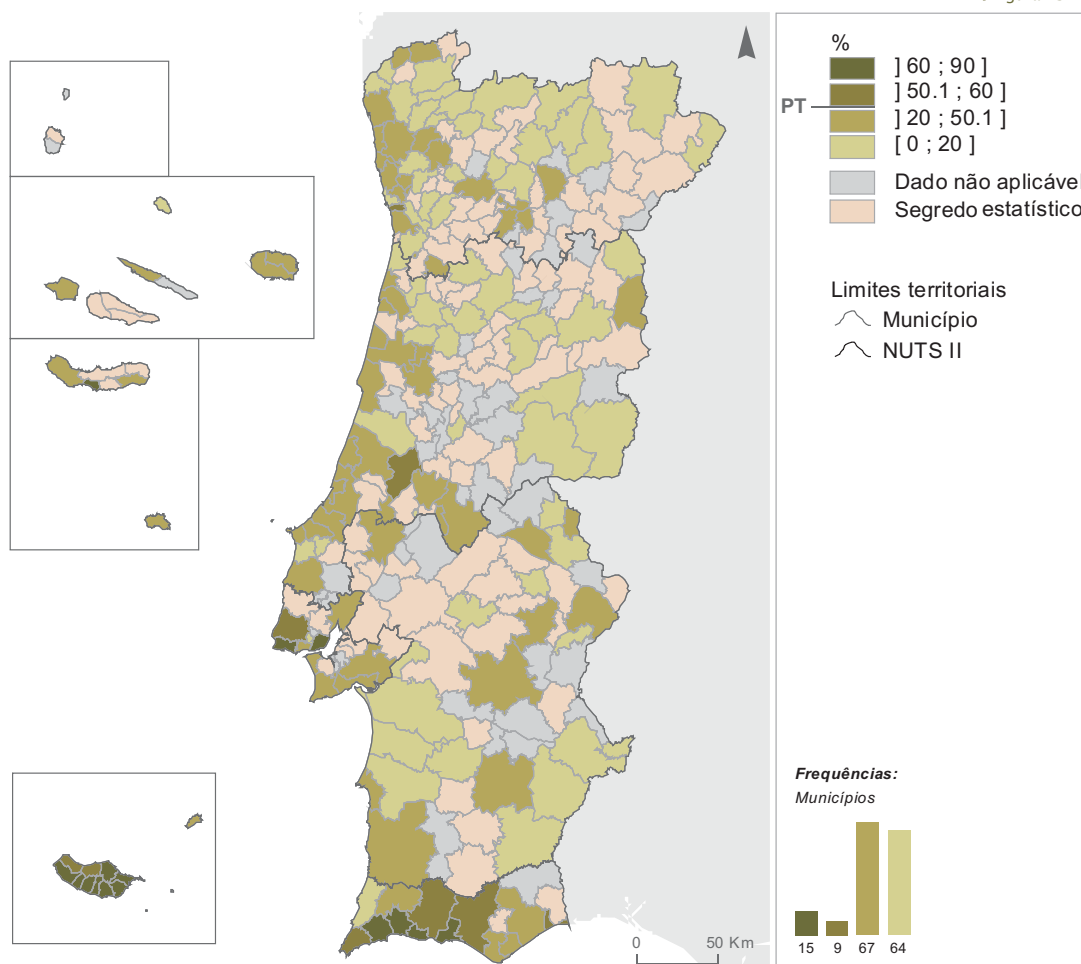


RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Uma análise territorialmente mais detalhada destaca claramente a Região Autónoma da Madeira, onde oito municípios captaram, em 2009, pelo menos três quartos de hóspedes estrangeiros — por ordem decrescente, Câmara de Lobos, Santana, Santa Cruz, Ponta do Sol, Ribeira Brava, Calheta, Machico e Funchal — enquanto o município de Porto Santo recebeu, em 2009, apenas 25% de hóspedes estrangeiros [Figura I.34].

Ainda com proporções acima de 60%, destacam-se o município de Lagoa (na Região Autónoma dos Açores); Lagos, Albufeira, Lagoa e Portimão (no Algarve); e Lisboa e Cascais (na Grande Lisboa). Com proporções entre os 50% e os 60% e, portanto, acima da média nacional (50%), surgem Sintra (na Grande Lisboa); Silves, Loulé, Vila Real de Santo António e Vila do Bispo (no Algarve); Porto (no Grande Porto); Porto Moniz e São Vicente (na Região Autónoma dos Açores) mas também Ourém (pertencente ao Médio Tejo e onde se localiza o Santuário de Fátima, sugerindo a importância dos atributos religiosos na capacidade de atracção de turistas estrangeiros) — este município é a excepção a um padrão territorial de maior concentração de hóspedes de nacionalidade estrangeira em municípios das regiões autónomas, do Algarve e das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Proporção de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros, por município, 2009 | Figura I.34



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.



Os 6,5 milhões de hóspedes estrangeiros que, em 2009, se alojaram em estabelecimentos hoteleiros eram maioritariamente originários dos restantes 26 Estados-membros da União Europeia, destacando-se Espanha (10% do total de hóspedes), o Reino Unido (8%) e a Alemanha (6%). Tal repartição não foi, porém, comum a todo o território nacional. Dado que Portugal, Espanha, Reino Unido e Alemanha se mantêm, desde há vários anos, os principais países de proveniência dos hóspedes dos estabelecimentos hoteleiros nacionais, a análise seguinte centrar-se-á nestes países.

A Figura I.35 e a Figura I.36 permitem robustecer esta análise, na medida em que destacam, à escala municipal, elementos de leitura adicionais, tendo por base, a representação de curvas de concentração de Lorenz [Caixa I.6] e o cálculo da medida de desigualdade de Gini⁴. Nesta perspectiva, toma-se o efectivo total de hóspedes de uma determinada nacionalidade em 2009 e analisa-se o seu destino no território nacional.

Curva de Lorenz | Caixa I.6

A **curva de concentração de Lorenz** é uma representação gráfica que se traduz na construção de uma curva que relaciona a distribuição acumulada de uma determinada variável com a distribuição acumulada de outra variável. Quanto maior o afastamento face à linha de igual distribuição, maior é a concentração da variável representada no eixo das ordenadas face à variável representada no eixo das abcissas.

Os dados sugerem que a concentração territorial, considerando a escala municipal, é menos intensa nos hóspedes com residência habitual em Portugal que, por conseguinte, se tendem a distribuir pelo território nacional. No outro extremo, os hóspedes provenientes do Reino Unido são os que tendem a concentrar-se mais — o Algarve captou cerca de 60% dos hóspedes daquela nacionalidade alojados em estabelecimentos hoteleiros do território nacional, a Região Autónoma da Madeira absorveu cerca de 17% e Lisboa cerca de 14%. Já os hóspedes com origem na Alemanha não se concentraram de forma tão clara numa única região mas distribuíram-se de forma relativamente equitativa por três regiões — Algarve, Lisboa e Região Autónoma da Madeira. Por seu turno, os hóspedes com origem em Espanha concentraram-se maioritariamente na região de Lisboa (37%) mas também no Norte (22%), no Algarve (17%) e no Centro (16%). A observação dos dados relativos ao ano de 2002 revela uma repartição regional semelhante à registada em 2009, o que sugere alguma estabilidade deste padrão territorial ao longo da última década.

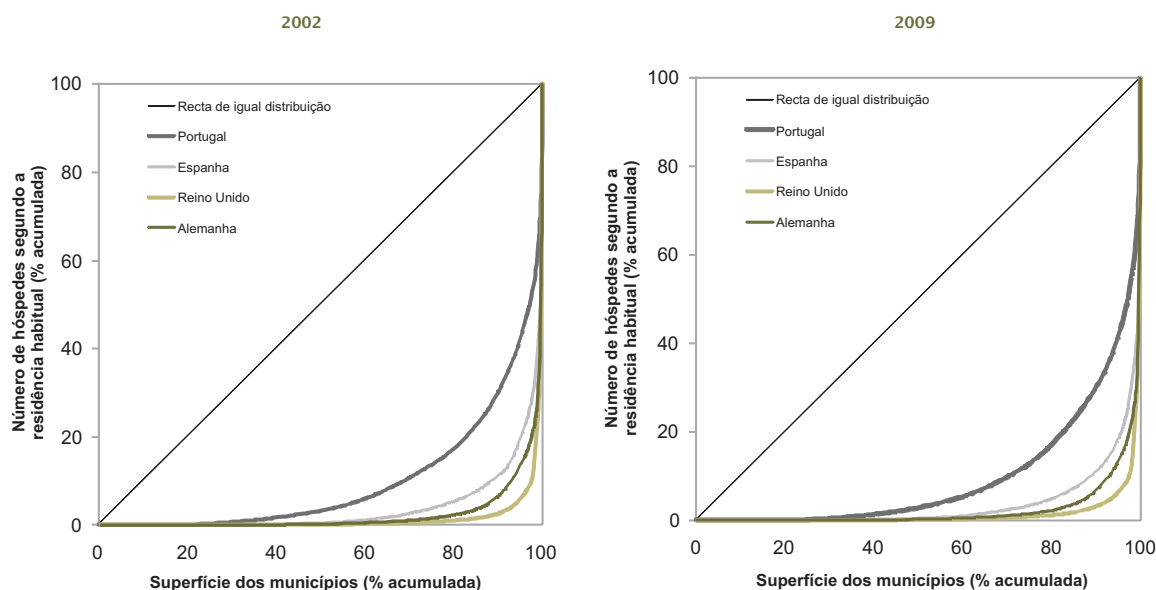
⁴ O índice de Gini foi calculado com base na formulação apresentada na Caixa I.4, em que x_j corresponde ao rácio entre o número de hóspedes de uma determinada proveniência em estabelecimentos hoteleiros do município j e o número total de hóspedes dessa proveniência em estabelecimentos hoteleiros; e y_j corresponde à proporção da superfície de cada município j na superfície nacional.



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Curvas de concentração do número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros segundo a residência habitual face à superfície dos municípios, 2002 e 2009

Figura I.35



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.

Índice de Gini da distribuição do número de hóspedes em estabelecimentos hoteleiros segundo a residência habitual face à superfície dos municípios, 2002, 2005 e 2009

Figura I.36

	2002	2005	2009
TOTAL	71,4	71,2	70,9
Portugal	63,1	63,0	63,1
Espanha	79,2	79,4	79,1
Reino Unido	88,8	88,9	89,4
Alemanha	83,4	84,4	83,7

O quociente de localização constitui uma medida auxiliar para a avaliação dos contextos territoriais — na análise aqui desenvolvida, os municípios — que revelam uma sobre-representação ou sub-representação das proveniências de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por comparação com o conjunto nacional⁵.

⁵ O quociente de localização foi calculado com base na formulação apresentada na Caixa I.5, em que cada grupo corresponde a uma nacionalidade.



A Figura I.37 confirma, para 2009, uma melhor distribuição dos hóspedes com residência habitual em Portugal quando se compara com a distribuição das restantes principais proveniências. No entanto, sobressai a sub-representação nos municípios da Região Autónoma da Madeira, o que é consistente com a conclusão de que é nesta região que se verifica a proporção mais elevada de hóspedes de nacionalidade estrangeira.

A proveniência espanhola apresentava-se, naquele ano, especialmente sobre-representada num contínuo no Litoral Norte, desde Monção na fronteira com Espanha, até Vila Nova de Gaia, que se prolonga pelo Centro, envolvendo Aveiro, Ílhavo e Cantanhede, mas também em Ourém (onde se localiza o Santuário de Fátima) e noutros municípios fronteiriços a Espanha como Almeida, Elvas e Barrancos. No total, eram 40 os municípios com uma sobre-representação de hóspedes provenientes de Espanha [Figura I.38].

A sobre-representação dos hóspedes provenientes do Reino Unido era particularmente evidente em municípios da Região Autónoma da Madeira (com claro destaque para Câmara de Lobos) e do Algarve. Com efeito, dos 16 municípios com um quociente de localização superior à unidade, apenas Vila da Praia da Vitória, na Região Autónoma dos Açores, não pertencia àquelas regiões [Figura I.39].

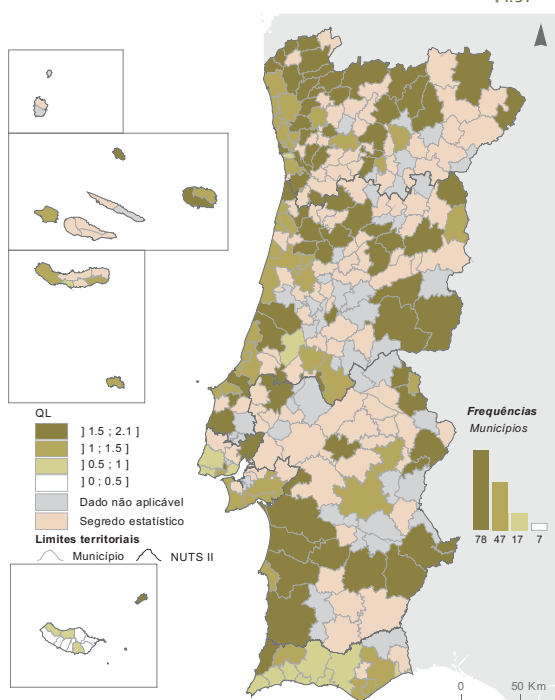
Finalmente, atendendo à concentração territorial dos hóspedes provenientes da Alemanha, constata-se uma sobre-representação face ao todo nacional em 23 municípios, que se distribuem pelas regiões autónomas (com particular destaque para Ponta do Sol, Calheta e Santa Cruz, na Região Autónoma da Madeira) e pelo Algarve, com apenas três exceções: Óbidos (no Oeste), Sesimbra e Lisboa (na área metropolitana de Lisboa) [Figura I.40].



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

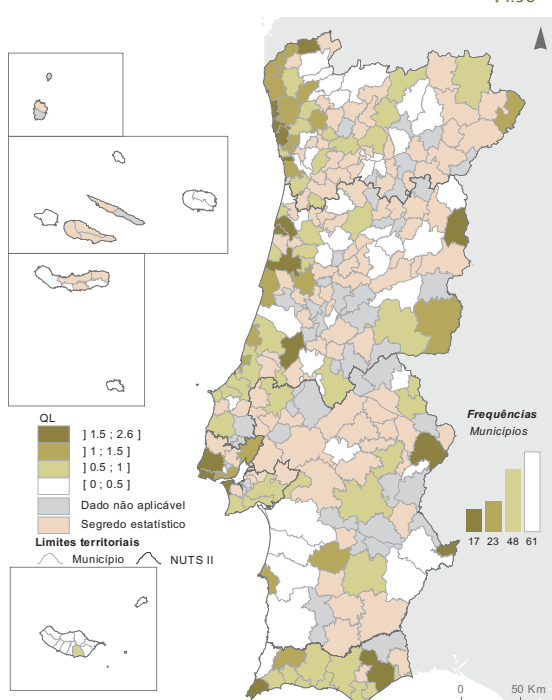
Quocientes de localização dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros com residência habitual em Portugal, por município, 2009

Figura I.37



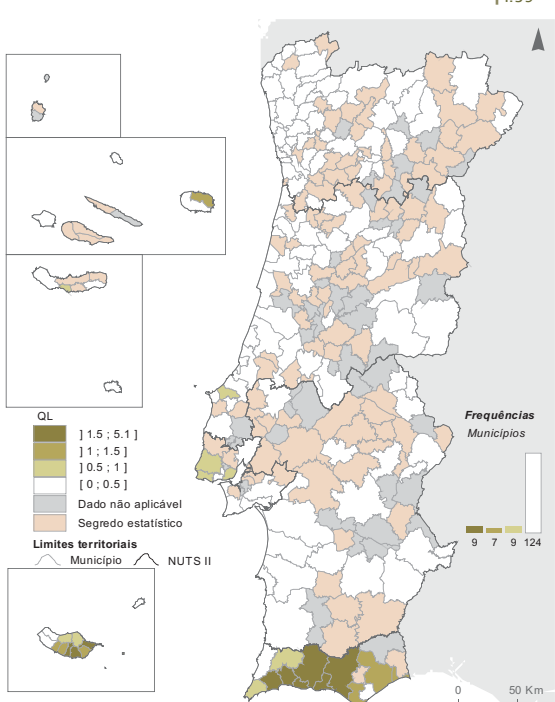
Quocientes de localização dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros com residência habitual em Espanha, por município, 2009

Figura I.38



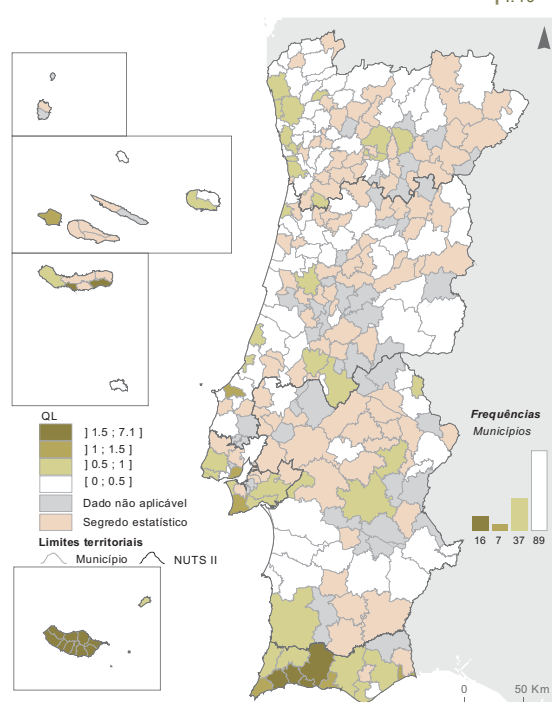
Quocientes de localização dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros com residência habitual no Reino Unido, por município, 2009

Figura I.39



Quocientes de localização dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros com residência habitual na Alemanha, por município, 2009

Figura I.40



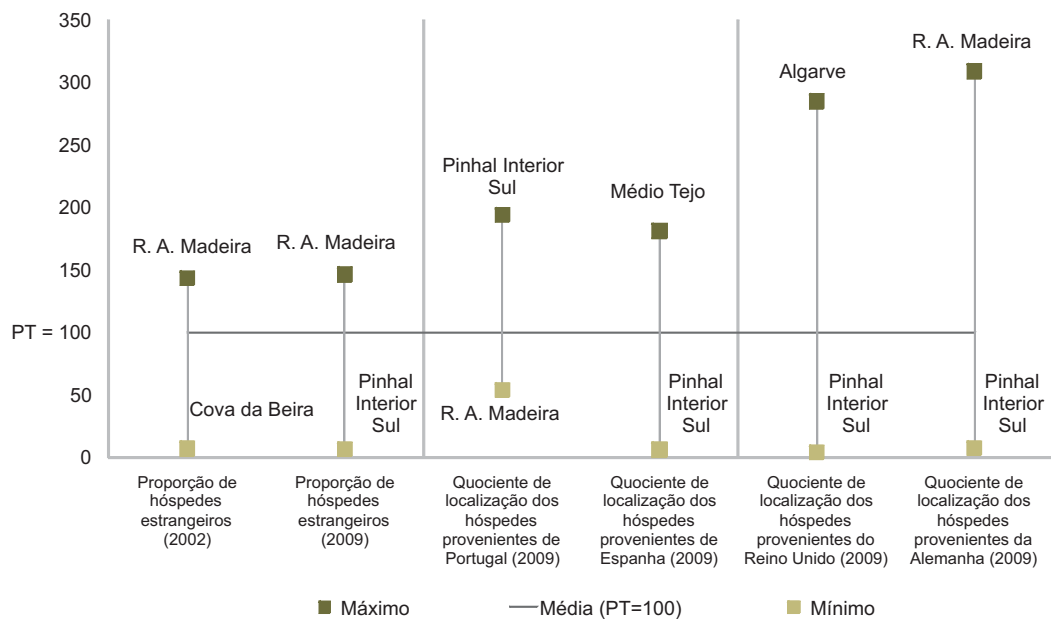
Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.



A análise da residência habitual dos hóspedes dos estabelecimentos hoteleiros revela um padrão territorial de maior concentração de hóspedes de nacionalidade estrangeira em municípios das regiões autónomas, do Algarve e das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Ourém revela também uma capacidade relativa elevada de atrair hóspedes estrangeiros. No contexto das quatro principais proveniências dos hóspedes dos estabelecimentos hoteleiros nacionais — Portugal, Espanha, Reino Unido e Alemanha —, os hóspedes com residência habitual no Reino Unido concentram-se mais no território nacional, designadamente no Algarve que constitui o destino de 60% dos hóspedes daquela nacionalidade. No outro extremo, os hóspedes com residência habitual em Portugal tendem a distribuir-se mais no território nacional.

Indicadores da proveniência da procura turística (Portugal = 100),
por NUTS III, 2002 e 2009

Figura I.41



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.



A sazonalidade da procura

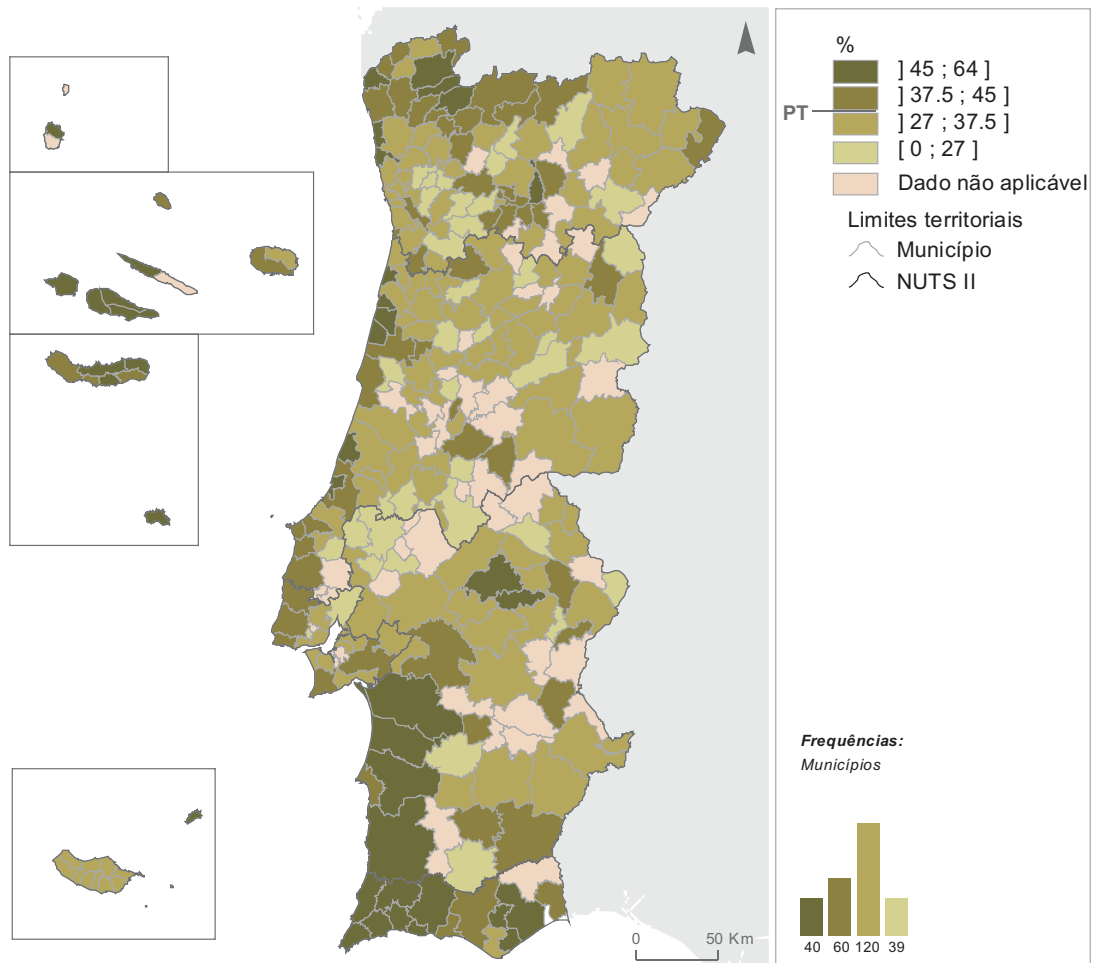
O estudo do grau de sazonalidade da procura turística constitui um elemento adicional de análise da influência que a actividade turística tem sobre os territórios. Subjacente a esta análise está a ideia de que uma maior concentração das dormidas em estabelecimentos hoteleiros em determinados meses do ano constitui um subaproveitamento das infra-estruturas associadas à actividade turística. Em 2009, dos 259 municípios com registos de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, 100 registaram uma proporção de dormidas nos meses de Julho a Setembro superior à média nacional (37,5%), o que significa que aqueles três meses do ano concentraram mais de um terço das dormidas. Note-se que, dos 16 municípios algarvios, apenas Alcoutim (sem registos de dormidas) e Faro não figuravam neste conjunto. Na Região Autónoma dos Açores, dos 16 municípios com dormidas (o que exclui a Calheta, Lajes das Flores e o Corvo), apenas Vila da Praia da Vitória não integra aquele conjunto de 100 municípios. Sublinhe-se, ainda, que 32 dos 86 municípios da região Norte apresentavam, em 2009, uma taxa de sazonalidade acima da média nacional, com destaque para Caminha, no Litoral, e para os municípios vizinhos de Ponta da Barca e Terras de Bouro, cuja superfície está maioritariamente integrada no Parque Nacional da Peneda-Gerês, com taxas de sazonalidade acima de 52%.

Na Região Autónoma da Madeira, pelo contrário, apenas o Porto Santo apresentava uma proporção de dormidas nos meses de Julho a Setembro acima do valor nacional. Os centros metropolitanos de Lisboa e do Porto apresentavam uma concentração de dormidas naqueles meses de Verão abaixo da média nacional, o mesmo acontecendo com 14 das restantes capitais de distrito (além de Lisboa, Porto e Faro). A única excepção a este padrão é Viana do Castelo, no Litoral Norte, com 41% das dormidas em estabelecimentos hoteleiros concentradas naquele período [Figura I.42].



Taxa de sazonalidade, por município, 2009

Figura I.42



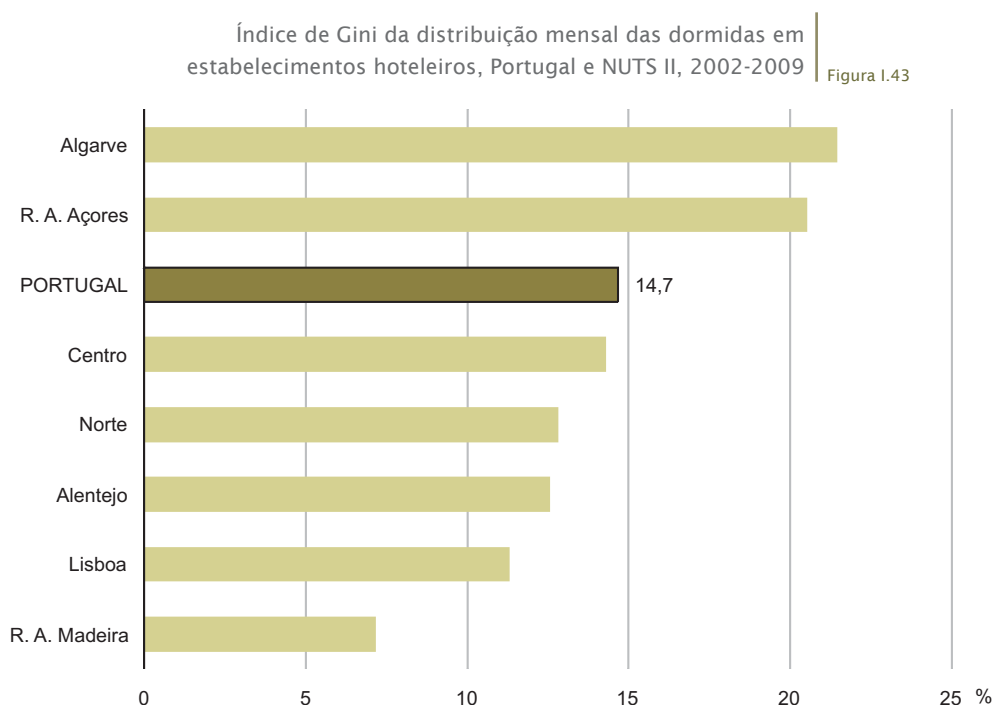
Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.

O índice de Gini da distribuição mensal das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, para cada unidade territorial, no período 2002-2009, num total de 96 meses, permite avaliar o grau de concentração da procura hoteleira ao longo dos meses⁶.

⁶ O índice de Gini foi calculado com base na formulação apresentada na Caixa I.4, em que, para cada unidade territorial, x_j corresponde ao rácio entre o número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros no mês j e o número total de dormidas em estabelecimentos hoteleiros; e y_j corresponde à proporção de cada mês j no número total de meses (12).



À escala das regiões NUTS II e corroborando a análise da concentração da procura turística nos meses de Verão, este indicador permite concluir pela maior sazonalidade da procura turística no Algarve, o que poderá estar associado a um turismo predominantemente de veraneio. A Região Autónoma dos Açores também evidencia um grau de sazonalidade acima da média nacional. No outro extremo, com maior dispersão das dormidas ao longo dos meses do ano, sobressai a Região Autónoma da Madeira, o que poderá ser o reflexo do clima ameno que se verifica ao longo de todo o ano [Figura I.43].



Fonte: INE, I.P., Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.

No sentido de averiguar se ao longo do período em análise se registou alguma alteração neste padrão de sazonalidade, procedeu-se à decomposição do índice de Gini em dois períodos: 2002-2005 e 2006-2009. A Figura I.44 mostra que o sentido de reforço da sazonalidade da procura turística observado ao nível nacional se estendeu às três regiões com maior intensidade turística, apesar do padrão de sazonalidade ser diferenciado — mais intenso no Algarve e na Região Autónoma dos Açores e menos intenso na Região Autónoma da Madeira⁷.

⁷ A comparação do índice de Gini entre o período 2002-2004 e o período 2007-2009 mantém a consistência desta conclusão.



Índice de Gini da distribuição mensal das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, Portugal e NUTS II, 2002-2005 e 2006-2009

Figura I.44

	2002-2005	2006-2009	
PORTUGAL	14,2	14,6	↑
Norte	12,0	12,0	→
Centro	13,6	13,6	→
Lisboa	11,1	10,4	↓
Alentejo	12,9	12,1	↓
Algarve	21,0	21,9	↑
R. A. Açores	18,1	21,1	↑
R. A. Madeira	6,0	8,0	↑

O Algarve e a Região Autónoma da Madeira, com uma importância da actividade turística que se destaca no contexto nacional, distinguem-se no que respeita à sazonalidade desta actividade. Se o Algarve evidencia o maior grau de sazonalidade das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, a Região Autónoma da Madeira é a região do país que apresenta a menor concentração da procura turística ao longo do ano. A Região Autónoma dos Açores acompanha o Algarve ao apresentar uma concentração da procura turística nos meses de Verão acima da média nacional. Também os centros metropolitanos e as capitais de distrito, tendencialmente associados a um turismo de natureza mais urbana, seja de negócios, seja de cultura, apresentam um grau de sazonalidade turística aquém da média nacional. Os dados sugerem, ainda, que, ao longo do período em análise a sazonalidade da procura turística se reforçou nas três regiões onde aquela actividade é mais intensa: regiões autónomas e Algarve.



II.3. A diferenciação territorial da dinâmica económica induzida pelo turismo

Contributo regional para o pessoal ao serviço nas empresas com sede no país na actividade económica *alojamento*: [Pessoal ao serviço nas empresas com sede na unidade territorial cuja actividade económica é o *alojamento* (divisão 55 da CAE Rev. 3) / Pessoal ao serviço nas empresas com sede no país cuja actividade económica é o *alojamento* (divisão 55 da CAE Rev. 3)] x 100

Proporção de pessoal ao serviço nas empresas com sede na unidade territorial na actividade económica *alojamento*: [Pessoal ao serviço nas empresas com sede na unidade territorial cuja actividade económica é o *alojamento* (divisão 55 da CAE Rev. 3) / Pessoal ao serviço nas empresas com sede na unidade territorial] x 100

Proporção de volume de negócios das empresas com sede na unidade territorial na actividade económica *alojamento*: [Volume de negócios das empresas com sede na unidade territorial cuja actividade económica é o *alojamento* (divisão 55 da CAE Rev. 3) / Volume de negócios das empresas com sede na unidade territorial] x 100

Valor das compras internacionais efectuadas em Terminais de Pagamento Automático e dos levantamentos internacionais efectuados em Caixas Automáticas por habitante:
(Valor das compras internacionais efectuadas em Terminais de Pagamento Automático + Valor dos levantamentos internacionais efectuados em Caixas Automáticas) / População média residente

A relação estreita que se estabelece entre a actividade turística e os recursos naturais e culturais locais sugere a necessidade de procurar um desenvolvimento económico com a conservação dos recursos locais que garanta a viabilidade económica da actividade turística a médio e a longo prazo que, por sua vez, se possa traduzir numa melhoria da qualidade de vida da população residente e na capacidade de manutenção do próprio espaço natural e cultural. Trata-se de oferecer à população visitante uma experiência satisfatória que se traduza em benefício económico para os territórios e, simultaneamente, proteger a base de recursos endógenos que suporta a própria actividade turística.

De acordo com os dados da Conta Satélite do Turismo (INE, 2010b), o contributo do turismo para a geração da riqueza do país é de cerca de 4%. Atendendo ao período 2000-2009, constata-se que os anos de 2004, 2006 e 2007 constituíram anos de crescimento acentuado; em contrapartida, 2002 e 2003 foram anos de perda de importância do turismo. A evolução estimada para os últimos anos não será, obviamente, alheia à actual conjuntura económica nacional e internacional [Figura I.45].

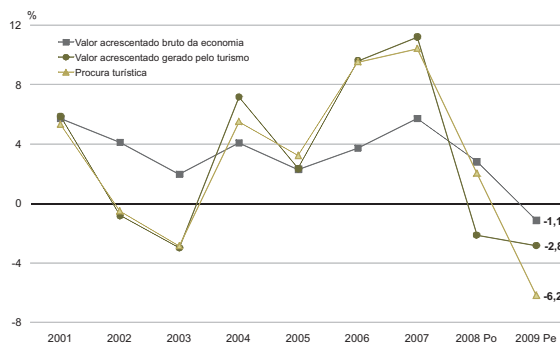


A observação da Figura I.45 evidencia, igualmente, o carácter mais volátil desta actividade quando comparada com o conjunto da actividade económica, particularmente visível em fases de aceleração ou desaceleração significativas do crescimento económico ou mesmo em momentos de recessão económica.

A informação disponibilizada pela Conta Satélite do Turismo permite, também, concluir que a procura turística é, em cerca de metade, determinada pelas actividades dos visitantes residentes no estrangeiro, o que é consistente com a proporção de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros nacionais registada ao nível nacional (cerca de 50%, em 2009). O contributo das actividades dos residentes (turismo interno) tem rondado 19%, cabendo às outras componentes do consumo turístico (como as residências secundárias por conta própria) uma quota de 30%. Por seu turno, a Figura I.46 evidencia o maior contributo dos *hotéis e similares* para o valor acrescentado gerado pelo turismo.

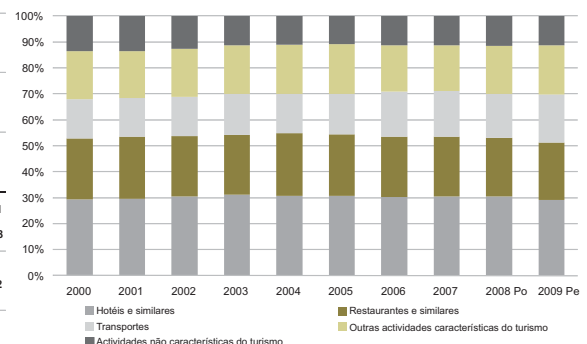
Evolução nominal da procura turística, do valor acrescentado gerado pelo turismo e do VAB da economia, Portugal, 2000-2009

Figura I.45



Composição do valor acrescentado gerado pelo turismo, Portugal, 2000-2009

Figura I.46



Fonte: INE, I.P., Conta Satélite do Turismo (Base 2006).

Nota: Os dados de 2008 são provisórios. Os dados de 2009 são preliminares. As outras actividades características do turismo incluem *residências secundárias por conta própria, cultura, desporto, recreação e lazer, aluguer de equipamento de transporte de passageiros e agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos*. As actividades não características do turismo incluem as actividades conexas e não específicas,

A relação do país com exterior é captada pela balança de serviços na rubrica *viagens e turismo*. A sustentabilidade do saldo positivo nos últimos anos evidencia a importância das actividades associadas ao turismo para a economia nacional. A esta conclusão, a Figura I.47 acrescenta o carácter fortemente sazonal destas actividades, particularmente visível nos fluxos a crédito nos meses de Julho a Setembro. Embora o contributo da rubrica *viagens e turismo* para a balança de serviços tenha vindo a diminuir, o excedente da balança de *viagens e turismo* continua a ser relevante dado o saldo tradicionalmente negativo da balança corrente⁸ [Figura I.48].

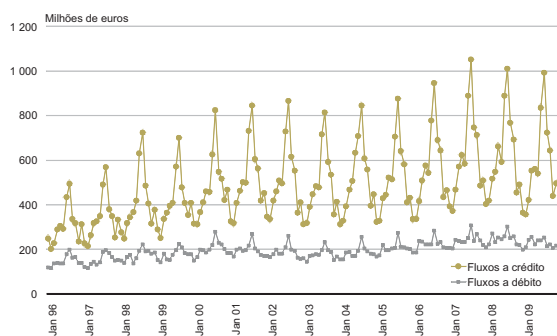
⁸ A balança corrente engloba, além da balança de serviços, as balanças de bens, de rendimentos e de transferências correntes.



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

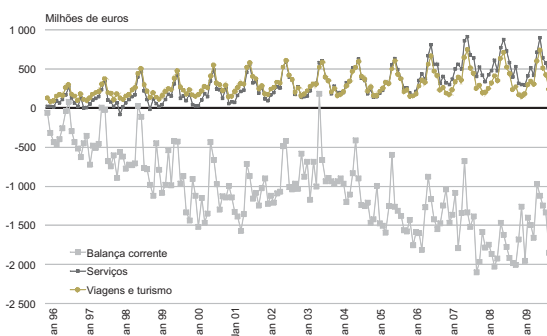
Balança de serviços: viagens e turismo, Portugal, Janeiro de 1996-Setembro de 2010

Figura I.47



Saldos das balanças corrente, de serviços e de viagens e turismo, Portugal, Janeiro de 1996-Setembro de 2010

Figura I.48



Fonte: Banco de Portugal.

Nota: Os fluxos da rubrica de viagens e turismo reflectem os recebimentos e os pagamentos resultantes de transacções com não residentes em operações relacionadas com viagens e turismo, à excepção das passagens.

A dimensão económica do turismo

No conjunto do biénio 2007-2008, o volume de negócios das empresas por pessoa ao serviço foi de cerca de 95 mil euros enquanto, na actividade económica do *alojamento*, esta relação foi de 44 mil euros. Por outro lado, em termos de emprego, verifica-se que o número de pessoas ao serviço por empresa era, em média, de 3,5 para o conjunto da actividade económica e de 9,2 para a actividade do *alojamento*, o que sugere a importância do emprego para a actividade turística.

Nesta perspectiva, e ainda que a informação em análise respeite uma desagregação geográfica de acordo com a sede da empresa, a Figura I.49 retrata o contributo de cada sub-região NUTS III para o emprego na actividade económica *alojamento*⁹ (divisão 55 da CAE Rev. 3). Os dados disponibilizados pelo Sistema de Contas Integradas das Empresas — considerando a média do biénio 2007-2008, de modo a atenuar eventuais comportamentos erráticos da actividade económica — fazem emergir os núcleos das duas principais áreas metropolitanas (Grande Lisboa e Grande Porto), o Algarve e as regiões autónomas (com destaque para a Região Autónoma da Madeira). Todavia, a Grande Lisboa e o Algarve destacam-se claramente, por concentrarem, no conjunto, metade do pessoal ao serviço do país nesta actividade económica.

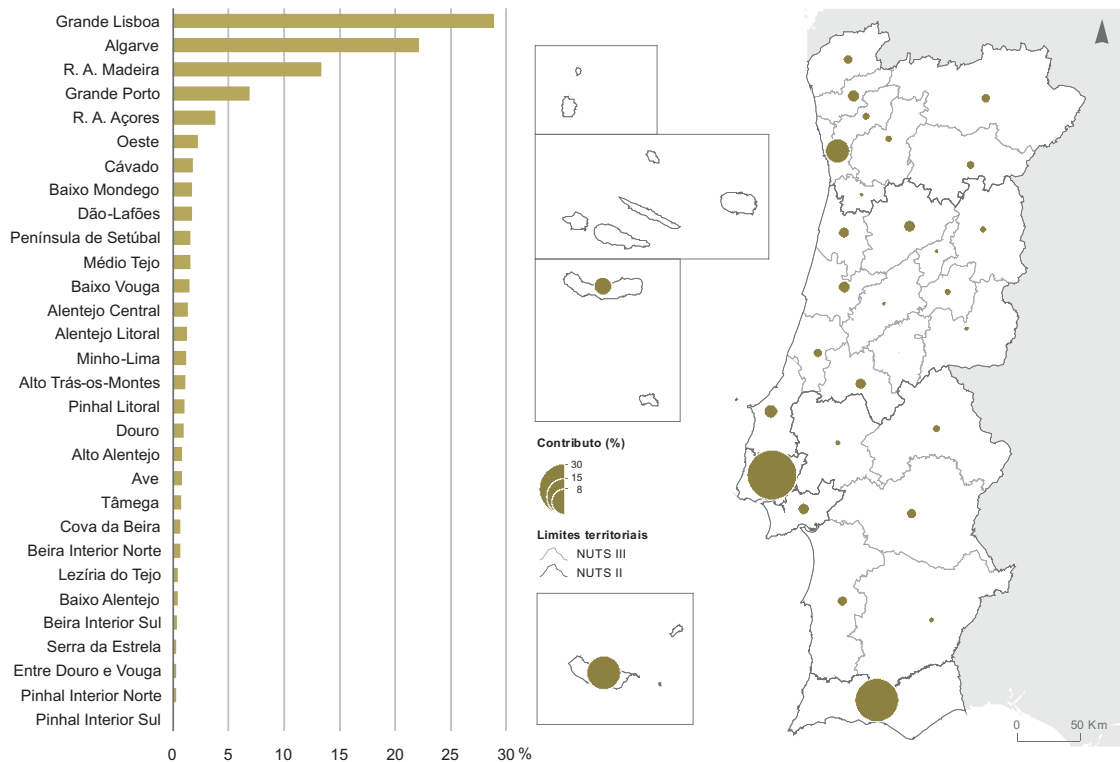
É, igualmente, de notar que as oito sub-regiões com contributos mais elevados têm fronteira marítima e que, entre as 13 sub-regiões com contributos inferiores a 1%, apenas o Entre Douro e Vouga dispõe de costa marítima. Este resultado sugere a importância do turismo balnear no país.

⁹ A divisão 55 da CAE Rev. 3, Alojamento, inclui Estabelecimentos hoteleiros, Residências para férias e outros alojamentos de curta duração, Parques de campismo e de caravanismo e Outros locais de alojamento.



Contributo regional para o pessoal ao serviço nas empresas com sede no país na actividade económica *alojamento*, por NUTS III, 2007-2008

Figura I.49



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Nota: Os dados analisados dizem respeito à média do biénio 2007-2008.

Numa outra perspectiva, analisa-se a importância do emprego gerado pela actividade económica *alojamento* no conjunto do emprego das empresas com sede na unidade territorial. No biénio 2007-2008, o *alojamento* representava, no total da actividade das empresas, 1,5% do pessoal ao serviço. Por município, este desempenho é, porém, diferenciado. Nos municípios de Albufeira (no Algarve) e de Terras de Bouro (integrado no Parque Nacional da Peneda-Gerês, na fronteira com Espanha, a Norte), mais de um quinto do emprego das empresas com sede nestes municípios concentrava-se na actividade do *alojamento*. A Região Autónoma da Madeira destacava-se por ser constituída por um conjunto de municípios onde o turismo assumia um papel relevante na criação de emprego em relação às restantes actividades — apenas em Machico, Câmara de Lobos, Ribeira Brava e Ponta do Sul, a proporção de emprego na actividade do *alojamento* era inferior a 4% (mas claramente acima da média nacional), enquanto, nos restantes sete municípios, aquela proporção superava 7% do emprego municipal total. Também o Algarve se destacava, na medida em que, em metade dos municípios, a importância do turismo no emprego superava 6%, sendo particularmente elevada em Albufeira, Lagoa, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António. De forma mais dispersa no território nacional, além de Terras de Bouro, sobressaíam os municípios de Povoação (na Região Autónoma dos Açores), Marvão e Castelo de Vide (no Alto Alentejo), Óbidos (no Oeste), Mesão Frio (no Douro) e São Pedro do Sul (no Dão-Lafões) [Figura I.50].



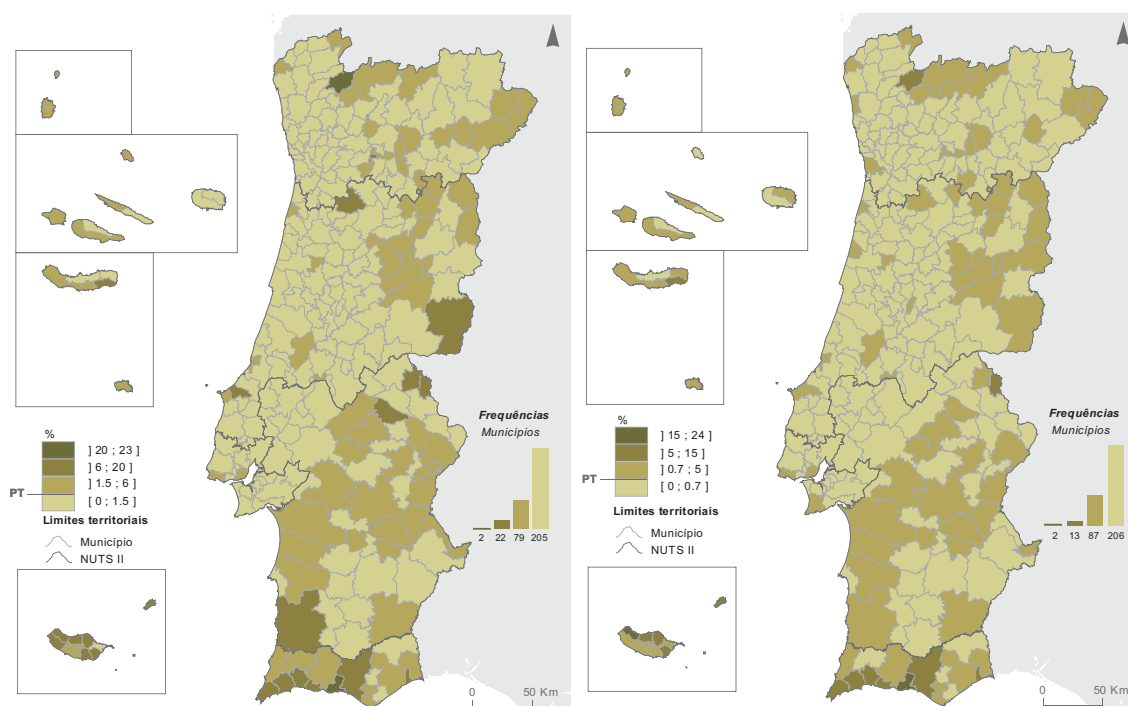
RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2009

Proporção de pessoal ao serviço nas empresas com sede na unidade territorial na actividade económica *alojamento*, por município, 2007-2008

Figura I.50

Proporção de volume de negócios das empresas com sede na unidade territorial na actividade económica *alojamento*, por município, 2007-2008

Figura I.51



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Nota: Os dados analisados dizem respeito à média do biénio 2007-2008.

Ao nível nacional, a actividade *alojamento* era responsável por 0,7% do volume de negócios gerado pelas empresas com sede no país. Porém e mais uma vez, a intensidade desta variável era diferenciada ao longo do território nacional. Tal como verificado para o pessoal ao serviço, os 20 municípios do país onde a actividade de *alojamento* mais volume de negócios gerava, face ao volume de negócios total gerado pelas empresas com sede na unidade territorial, pertenciam maioritariamente ao Algarve e à Região Autónoma da Madeira. Albufeira era o município onde o volume de negócios gerado pela actividade de *alojamento* mais importância tinha no conjunto da actividade empresarial: cerca de 23%. Tal como para o pessoal ao serviço, também os municípios de Terras de Bouro, Povoação, Marvão, Castelo de Vide, Mesão Frio e Óbidos constituem excepções a um padrão territorial que faz emergir os municípios algarvios e madeirenses [Figura I.51].

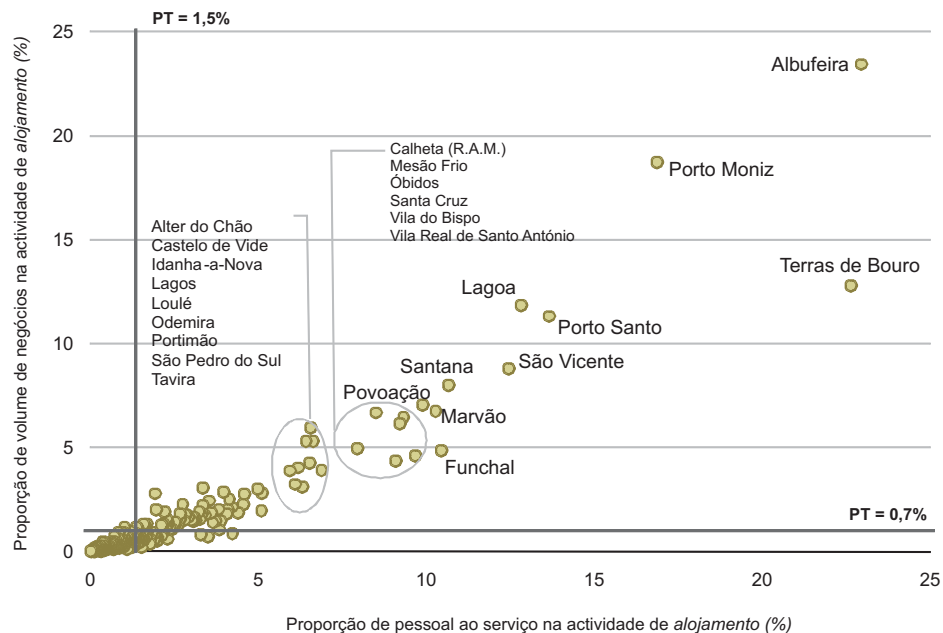


A conjugação da informação relativa ao pessoal ao serviço e ao volume de negócios evidencia, portanto, um retrato territorial muito similar para as duas variáveis (a correlação é de 95%) e salienta a importância económica do turismo em três municípios: Albufeira, Porto Moniz e Terras de Bouro. A representação gráfica faz ainda emergir um segundo conjunto de municípios — Lagoa (no Algarve), Porto Santo, São Vicente e Santana (na Região Autónoma da Madeira), sublinhando-se o facto de os dois últimos municípios se localizarem na costa Norte da ilha da Madeira) [Figura I.52].

Este retrato sugere também que, na generalidade dos municípios, uma determinada proporção do volume de negócios no *alojamento* face ao total da actividade empresarial está associada a uma proporção superior do pessoal ao serviço, apoiando a percepção de que se trata de uma actividade geradora de emprego e, portanto, com um retorno económico relevante para as populações locais.

Proporção de pessoal ao serviço e de volume de negócios das empresas com sede na unidade territorial na actividade económica *alojamento*, por município, 2007-2008

Figura I.52



Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Nota: Os dados analisados dizem respeito à média do biénio 2007-2008.



Uma aproximação à importância económica do turismo induzido pelo exterior

Os dados relativos aos movimentos nos caixas automáticos (CA) e nos terminais de pagamento automático (TPA) constituem elementos auxiliares de análise. Retendo os levantamentos em CA e as compras em TPA efectuados através de cartões de pagamento emitidos por entidades não nacionais, é possível obter uma aproximação à importância económica da actividade turística de origem internacional.

Considerando o triénio 2007-2009, a correlação entre o valor das compras internacionais por habitante e do valor dos pagamentos internacionais por habitante é de 85%, sugerindo um padrão territorial similar para as duas variáveis. Optou-se, assim, pela análise conjunta dos dois tipos de movimento como indicador capaz de reflectir a dinâmica económica induzida nos territórios pela presença de população residente no exterior do país. Ao nível nacional, este indicador agregado¹⁰ foi de cerca de mil euros por habitante. Ora, apenas 43 dos 308 municípios portugueses apresentavam um rácio superior àquele valor de referência.

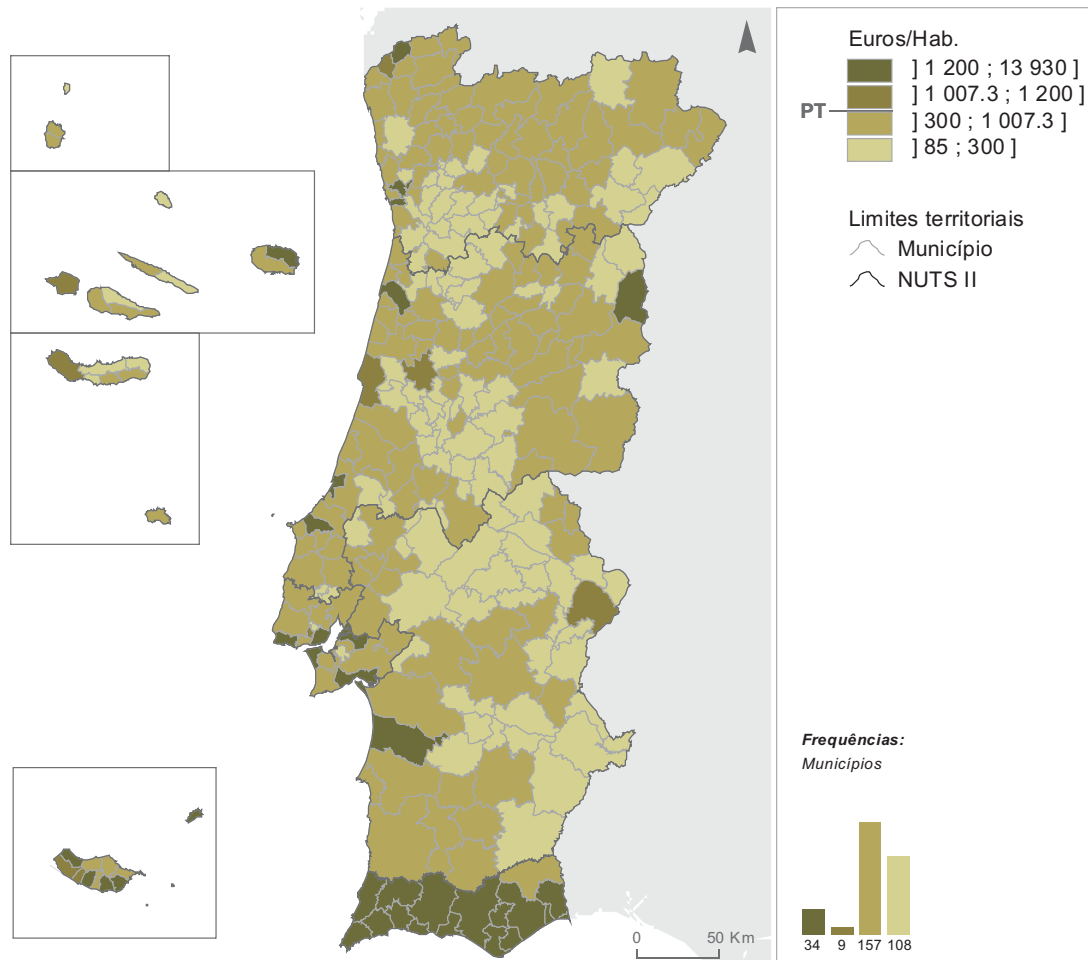
Assim, o retrato territorial do valor das compras e levantamentos internacionais por habitante, no conjunto do triénio 2007-2009, evidenciava os municípios algarvios. Com efeito à excepção de Alcoutim, os restantes 15 municípios algarvios encontravam-se no conjunto dos 32 municípios nacionais onde aquele indicador assumia maior expressão. Deste conjunto, faziam ainda parte municípios da Região Autónoma da Madeira (Funchal, Porto Moniz, Porto Santo, Ribeira Brava, Santa Cruz) mas também municípios da área metropolitana de Lisboa (Lisboa, Cascais, Alcochete, Almada e Setúbal), municípios fronteiriços a Espanha (Valença e Almeida), Vila da Praia da Vitória (na Região Autónoma dos Açores), Nazaré e Óbidos (na sub-região do Oeste), e as capitais de distrito Porto e Aveiro e, ainda, Grândola e Maia. Em todos estes municípios, aquele rácio superava 1,2 milhares de euros por habitante, traduzindo maior expressão da dimensão económica do turismo induzida pelo exterior [Figura I.53].

¹⁰ O indicador foi construído com base na soma do valor das compras internacionais e do valor dos pagamentos internacionais, para o conjunto dos anos 2007, 2008 e 2009, tendo-se considerado como relativizador a população residente média em 2008.



Valor das compras internacionais efectuadas em Terminais de Pagamento Automático e dos levantamentos internacionais efectuados em Caixas Automáticos por habitante, por município, 2007-2009

Figura I.53



Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS). INE, I.P., Estimativas Anuais de População Residente.

De acordo com os dados da Conta Satélite do Turismo, o contributo do turismo para a geração da riqueza do país situa-se em cerca de 4%. A balança de viagens e turismo com o exterior tem apresentado um saldo positivo, o que evidencia a importância das actividades associadas ao turismo para a economia nacional.



Na perspectiva territorial, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira constituem os territórios nacionais onde a importância do turismo no conjunto da actividade económica é mais significativa, indiciando um maior retorno para a população residente do uso esporádico que os não residentes fazem desses territórios. Destacam-se, em particular os municípios de Albufeira e Lagoa, no Algarve, e de Porto Moniz, Porto Santo, São Vicente e Santana, na Região Autónoma da Madeira. É, ainda, possível identificar outros espaços onde a importância económica do turismo se destaca no contexto nacional: é o caso de Terras de Bouro (integrado no parque Nacional da Peneda-Gerês) e Mesão Frio (no Norte); Óbidos (no Oeste); São Pedro do Sul (no Dão-Lafões); Marvão e Castelo de Vide (no Alto Alentejo) e Povoação e Ponta Delgada (na Região Autónoma dos Açores). Os dados relativos aos movimentos realizados através de cartões de pagamento emitidos por entidades não nacionais fazem salientar o Algarve e, em menor escala, a Região Autónoma da Madeira e a área metropolitana de Lisboa como sendo os espaço nacionais onde a dinâmica económica induzida pela procura turística externa ao país mais se faz sentir.



Considerações finais

O turismo é uma actividade económica que resulta do aproveitamento da base local de recursos endógenos, e que, além de criar riqueza para a economia nacional, regional e local, gera desenvolvimento local e promove a criação de postos de trabalho directos e indirectos. A importância desta actividade na promoção da qualidade de vida e da coesão territorial justifica a análise da relação entre o turismo e o território no caso português. A análise foi estruturada em três eixos: as dinâmicas recentes da oferta turística, a atractividade turística dos territórios e a diferenciação territorial da dinâmica económica induzida pelo turismo.

A abordagem das dinâmicas recentes da oferta turística baseou-se na análise da concentração territorial da actividade de construção destinada ao turismo e dos estabelecimentos hoteleiros; adicionalmente, o estudo centrou-se na identificação de eventuais alterações ocorridas na última década na qualidade da oferta hoteleira.

- No conjunto da década 2000-2009, a importância relativa do destino turístico nas construções novas, segundo a superfície de construção, foi particularmente significativa em municípios do Algarve e da Região Autónoma da Madeira. Comparando o primeiro e o segundo quinquénios da década, os dados sugerem um reforço de construção nova destinada ao turismo num conjunto de municípios do Algarve e uma perda de importância relativa em municípios das regiões autónomas (com incidência na ilha de São Miguel e na parte ocidental da ilha da Madeira) mas também em municípios dispersos do Alentejo. Ao longo da década, constata-se que, no conjunto do território nacional, a parcela da dinâmica construtiva induzida pelo turismo foi maior nas áreas predominantemente rurais. A dinâmica construtiva em altura, no âmbito das construções novas destinadas ao turismo, foi mais incidente nos municípios algarvios e madeirenses mas também das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto bem como em cidades de média dimensão. Não é, por isso, de estranhar que, em todas as regiões NUTS II do país, aquela dinâmica tenha sido mais intensa nos contextos mais urbanos. Com maior expressão relativa das reabilitações físicas destinadas ao turismo no total das obras com aquele destino, encontram-se municípios localizados maioritariamente no Interior das regiões Norte, Centro e Alentejo e no grupo central da Região Autónoma dos Açores. Com efeito, na generalidade das regiões NUTS II, aquele indicador assumia uma expressão menor nos contextos mais urbanos.
- A análise destaca o Algarve, as regiões autónomas e as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto como os territórios que, em 2009, concentravam mais oferta hoteleira. Anulando o efeito de dimensão, através da relativização pela população residente, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira mantêm a posição de destaque. Contudo, surgem outros contextos territoriais que evidenciam a importância do turismo em áreas de baixa densidade, nomeadamente no Interior do Continente. Disso constituem exemplos os municípios de Ourém, Terras de Bouro, Óbidos e Castelo de Vide, ao apresentarem uma capacidade de alojamento por habitante elevada no contexto nacional.



- A análise da qualificação da oferta hoteleira salienta a sobre-representação dos hotéis nos contextos territoriais com maior grau de urbanização e, em particular, nos centros metropolitanos de Lisboa e do Porto, na maioria das cidades capitais de distrito, bem como no Funchal e em Ponta Delgada. As pensões tinham maior expressão nos municípios do Interior continental. Os dados relativos à capacidade de alojamento disponibilizada pelos hotéis-apartamentos sugeriam uma particular concentração desta tipologia nos territórios do Algarve e das regiões autónomas. A mesma análise para os apartamentos turísticos destaca, sobretudo, os municípios da costa do barlavento algarvio, revelando uma concentração mais acentuada no território nacional do que o observado para os hotéis-apartamentos.

A atractividade turística dos territórios foi avaliada, numa primeira fase, através da intensidade turística (relação entre o número de dormidas e o efectivo populacional) e da taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros. Em seguida, procurou-se caracterizar a procura turística, segundo a proveniência da população visitante e o grau de sazonalidade dessa procura.

- Em 2009, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira mantinham-se, tal como em 2002, as regiões com maior intensidade turística, segundo o número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes. Esta análise sugere que a influência induzida pela dinâmica da procura turística é potencialmente mais intensa naquelas regiões do que no restante território nacional. Além dos municípios destas duas regiões, sobressaem Óbidos, Terras de Bouro, a capital do país, Ourém, Castelo de Vide e alguns municípios da Região Autónoma dos Açores. A análise da intensidade turística dos hotéis e hotéis-apartamentos salientou, em 2009, a relevância do Algarve e da Região Autónoma da Madeira. A intensidade turística dos aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos colocou em evidência, de forma muito clara, os municípios da costa algarvia. A intensidade turística no turismo no espaço rural evidencia as regiões autónomas e o Alentejo, não só por constituírem as regiões onde aquela intensidade mais se reforçou, entre 2004 e 2008, mas também por serem as regiões que, em 2008, apresentavam as intensidades mais elevadas. A análise da taxa líquida de ocupação-cama dos estabelecimentos hoteleiros em 2009 destaca a Região Autónoma da Madeira, a Grande Lisboa e o Algarve enquanto territórios onde se verificou uma melhor adequação da procura à oferta hoteleira.
- A análise da residência habitual dos hóspedes dos estabelecimentos hoteleiros revela um padrão territorial de maior concentração de hóspedes de nacionalidade estrangeira em municípios das regiões autónomas, do Algarve e das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Ourém revela também uma capacidade relativa elevada de atrair hóspedes estrangeiros. No contexto das quatro principais proveniências dos hóspedes dos estabelecimentos hoteleiros nacionais — Portugal, Espanha, Reino Unido e Alemanha —, os hóspedes com residência habitual no Reino Unido concentram-se mais no território nacional, designadamente no Algarve que constitui o destino de 60% dos hóspedes daquela nacionalidade. No outro extremo, os hóspedes com residência habitual em Portugal tendem a distribuir-se mais no território nacional.



- O Algarve e a Região Autónoma da Madeira, com uma importância da actividade turística que se destaca no contexto nacional, distinguem-se no que respeita à sazonalidade desta actividade. Se o Algarve evidencia o maior grau de sazonalidade das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, a Região Autónoma da Madeira é a região do país que apresenta a menor concentração da procura turística ao longo do ano. A Região Autónoma dos Açores acompanha o Algarve ao apresentar uma concentração da procura turística nos meses de Verão acima da média nacional. Os centros metropolitanos e as capitais de distrito, tendencialmente associados a um turismo de natureza mais urbana, seja de negócios, seja de cultura, apresentam um grau de sazonalidade turística aquém da média nacional. Os dados sugerem, ainda, que, ao longo do período em análise a sazonalidade da procura turística se reforçou nas três regiões onde aquela actividade é mais intensa: regiões autónomas e Algarve.

A actividade turística assenta na relação entre a capacidade de protecção da base de recursos endógenos que suporta a própria actividade e o benefício económico por ela proporcionado à população residente. A relevância desta actividade ao nível nacional encontra fundamento nos dados disponibilizados pela Conta Satélite do Turismo e pela Balança de viagens e turismo com o exterior.

- O Algarve e a Região Autónoma da Madeira constituem os territórios nacionais onde a importância do turismo no conjunto da actividade económica é mais significativa, indiciando um maior retorno económico para a população residente. É, ainda, possível identificar outros espaços onde a importância económica do turismo se destaca no contexto nacional: é o caso de Terras de Bouro (integrado no parque Nacional da Peneda-Gerês) e Mesão Frio (no Norte); Óbidos (no Oeste); São Pedro do Sul (no Dão-Lafões); Marvão e Castelo de Vide (no Alto Alentejo) e Povoação e Ponta Delgada (na Região Autónoma dos Açores).
- Os dados relativos aos movimentos realizados através de cartões de pagamento emitidos por entidades não nacionais apresentam o Algarve como sendo o espaço nacional onde a dinâmica económica induzida pela procura turística externa ao país mais se faz sentir.

Em suma, a análise conduzida revela que o Algarve e a Região Autónoma da Madeira se destacam no contexto nacional devido à importância da actividade turística, abrangendo a dinâmica construtiva induzida pelo turismo, a oferta hoteleira, a taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros e o retorno económico traduzido pelo pessoal ao serviço e pelo volume de negócios gerados pelo turismo. A Região Autónoma da Madeira distingue-se, porém, do Algarve dada a menor sazonalidade da procura turística. Num segundo plano, surgem a Região Autónoma dos Açores e a Grande Lisboa. É, igualmente, de reter que há um conjunto de municípios dispersos pelo país, onde a actividade turística tem uma expressão que se destaca no contexto nacional: Terras de Bouro, Ourém, Óbidos, Marvão e Castelo de Vide.



Conceitos

Aldeamento turístico: Estabelecimento de alojamento turístico constituído por um conjunto de instalações funcionalmente interdependentes com expressão arquitectónica homogénea, situadas num espaço delimitado e sem soluções de continuidade, que se destinam a proporcionar alojamento e outros serviços complementares a turistas, mediante pagamento.

Apartamento turístico: Estabelecimento de alojamento turístico, constituído por fracções mobiladas e equipadas de edifícios independentes, que se destina habitualmente a proporcionar alojamento e outros serviços complementares a turistas, mediante pagamento.

Área mediamente urbana: Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semi-urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Área predominantemente rural: Freguesias não classificadas como “Área Predominantemente Urbana” nem “Área Mediamente Urbana”.

Área predominantemente urbana: Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Caixa Automático: Equipamento automático que permite aos titulares de cartões bancários com banda magnética e/ou chip aceder a serviços disponibilizados a esses cartões, designadamente, levantar dinheiro de contas, consultar saldos e movimentos de conta, efectuar transferências de fundos e depositar dinheiro.



Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico colectivo: Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período, sendo este determinado através do número de camas existentes e considerando como duas as camas de casal.

Destino da obra: Tipo de utilização dado à edificação tal como habitação, agricultura, comércio, indústria entre outros.

Dormida: Permanência de um indivíduo num estabelecimento que fornece alojamento, por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte.

Estabelecimento hoteleiro: Estabelecimento cuja actividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento. Nota: Os estabelecimentos hoteleiros classificam-se em hotéis, pensões, pousadas, estalagens, motéis e hotéis-apartamentos (aparthotéis); para fins estatísticos incluem-se, ainda, os aldeamentos e apartamentos turísticos.

Estalagem: Estabelecimento hoteleiro instalado em um ou mais edifícios e situado normalmente fora de um centro urbano, com zona verde ou logradouro natural envolvente que, pelas suas características arquitectónicas, estilo do mobiliário e serviço prestado, se integra na arquitectura regional e fornece aos seus hóspedes serviços de alojamento e refeições.

Hóspede: Indivíduo que efectua pelo menos uma dormida num estabelecimento de alojamento turístico. Nota: O indivíduo é contado tantas vezes quantas as inscrições que fizer no estabelecimento, no período de referência.

Hotel: Estabelecimento hoteleiro que ocupa um edifício ou apenas parte independente dele, constituindo as suas instalações um todo homogéneo, com pisos completos e contíguos, acesso próprio e directo para uso exclusivo dos seus utentes, a quem são prestados serviços de alojamento temporário e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimentos de refeições, mediante pagamento. Estes estabelecimentos possuem, no mínimo, 10 unidades de alojamento.

Hotel-apartamento: Estabelecimento hoteleiro constituído por um conjunto de pelo menos 10 apartamentos equipados e independentes (alugados dia a dia a turistas), que ocupa a totalidade ou parte independente de um edifício, desde que constituído por pisos completos e contíguos, com acessos próprios e directos aos pisos para uso exclusivo dos seus utentes, com restaurante e com, pelo menos, serviço de arrumação e limpeza.

Intensidade turística: Indicador que permite avaliar a relação entre turistas e população residente e os impactes que daí resultam, a partir do rácio entre o número de dormidas nos meios de alojamento recenseado e o número de residentes.



Motel: Estabelecimento hoteleiro situado fora dos centros urbanos e na proximidade das estradas, ocupando a totalidade de um ou mais edifícios, constituído por um mínimo de 10 apartamentos/quartos (com casa de banho simples) independentes, com entradas directas do exterior e com um lugar de estacionamento privativo e contíguo a cada apartamento/quarto.

Obra concluída: Obra que reúne condições físicas para ser habitada ou utilizada, independentemente de ter sido ou não concedida a licença ou autorização de utilização.

Obra de alteração: Obra de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção, designadamente a respectiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, assim como a natureza e a cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento, implantação ou cércea.

Obra de ampliação: Obra de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação (ampliação horizontal), da cércea ou do volume de uma edificação existente (ampliação vertical).

Obra de construção nova: Obra de construção de edificação inteiramente nova (inclui-se a edificação erguida em terreno onde existia uma construção que foi demolida para permitir nova edificação).

Obra de reconstrução com preservação de fachada: Obra de construção subsequente à demolição de parte de uma edificação existente, preservando a fachada principal com todos os seus elementos não dissonantes e da qual não resulte edificação com cércea superior à das edificações confinantes mais elevadas.

Obra de reconstrução sem preservação de fachada: Obra de construção subsequente à demolição de parte de uma edificação existente, da qual resulte a reconstituição da estrutura da fachada, da cércea e do número de pisos.

Pensão: Estabelecimento hoteleiro com restaurante e um mínimo de 6 quartos, ocupando a totalidade ou parte independente de um edifício, desde que constituído por pisos completos e contíguos, com acessos próprios e directos aos pisos para uso exclusivo dos seus utentes, e que, pelos equipamentos e instalações, localização e capacidade, não obedece às normas estabelecidas para a classificação como hotel ou estalagem, fornecendo aos seus clientes alojamento e refeições. A tipologia contempla as classificações Albergaria, Pensão de 1^a, 2^a e 3^a categorias.

Pessoal ao serviço: Pessoas que, no período de referência, participaram na actividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições: a) pessoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração; b) pessoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou



trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros activos de cooperativas); c) pessoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta directamente remunerados; d) pessoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho. Não são consideradas como pessoal ao serviço as pessoas que: i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas directamente remunerados; iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários); iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por “recibos verdes”).

Pousada: Estabelecimento hoteleiro instalado em imóvel classificado como monumento nacional de interesse público, regional ou municipal e que, pelo valor arquitectónico e histórico, seja representativo de uma determinada época e se situe fora de zonas turísticas dotadas de suficiente apoio hoteleiro.

Rede Nacional de Áreas Protegidas: A Rede Nacional de Áreas Protegidas (Decreto-lei 142/2008, de 24 de Julho que revoga os Decretos-Lei n.º 264/79, de 1 de Agosto, e 19/93, de 23 de Janeiro)), engloba Áreas Protegidas de interesse nacional, regional ou local, consoante os interesses que procuram salvaguardar, que se classificam como parque nacional, parque natural, reserva natural, paisagem protegida, monumento natural e sítio classificado (art. 11.º, n.º2).

Rede Natura 2000: A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica de âmbito Comunitário resultante da aplicação da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (Directiva Aves), alterada pelas Directivas n.ºs 91/244/CEE, da Comissão, de 6 de Março, 94/24/CE, do Conselho, de 8 de Junho, e 97/49/CE, da Comissão, de 29 de Junho, bem como da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (Directiva Habitats), com as alterações que lhe foram introduzidas pela Directiva n.º 97/62/CE, do Conselho, de 27 de Outubro. A Rede Natura 2000 compreende as áreas classificadas como zona especial de conservação (ZEC) e as áreas classificadas como zona de protecção especial (ZPE), consoante o respectivo regime de diploma próprio (Decreto-Lei n.º 140/99 de 24/04, republicado pelo Decreto-Lei n.º 49/05 de 24/02).

Taxa de sazonalidade: Indicador que permite avaliar o peso relativo da procura turística nos meses de maior procura, relativamente ao total anual, medido através do número de dormidas nos meios de alojamento recenseados.

Taxa líquida de ocupação-cama: Relação entre o número de dormidas e o número de camas disponíveis no período de referência, considerando como duas as camas de casal.



Terminal de pagamento automático: Terminal existente num estabelecimento comercial (ponto de venda) que permite a utilização de cartões bancários para efectuar pagamentos.

Tipo de obra: Classificação dos trabalhos efectuados em edifícios ou terrenos segundo as seguintes modalidades: construção nova, ampliação, alteração, reconstrução e demolição.

Turismo: Actividades realizadas pelos visitantes durante as suas viagens e estadas em lugares distintos do seu ambiente habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a 12 meses, com fins de lazer, negócios ou outros motivos não relacionados com o exercício de uma actividade remunerada no local visitado. Nota: Excluem-se as viagens cujo motivo principal consiste na prestação de serviços a uma entidade residente no país (local) visitado, envolvendo o pagamento da respectiva remuneração (decorrente de um contrato de trabalho ou uma relação empregado/empregador). Se este trabalho e a respectiva remuneração não estão directamente relacionados com o motivo principal da viagem, então a viagem insere-se no âmbito do turismo.

Turismo interno: Inclui as actividades dos residentes de um determinado país que viajam unicamente no interior desse país, mas em lugares distintos do seu ambiente habitual.

Turismo no espaço rural: Actividades e serviços de alojamento e animação em empreendimentos de natureza familiar prestados no espaço rural, mediante pagamento. Os empreendimentos de turismo no espaço rural podem ser classificados numa das seguintes modalidades de hospedagem: “turismo de habitação”, “turismo rural”, agro-turismo”, “turismo de aldeia”, “casas de campo”, “hotéis rurais” e “parques de campismo rurais”.

Turismo receptor: Inclui as actividades dos visitantes residentes no estrangeiro que viajam num outro país, fora do seu ambiente habitual.

Unidade de turismo rural: Estabelecimento de turismo no espaço rural que presta serviço de hospedagem de natureza familiar em casas rústicas particulares que se integram na arquitectura típica regional em função da sua traça, materiais construtivos e demais características.

Valor acrescentado bruto a preços de mercado: Valor criado pelo processo produtivo durante o período de referência e é obtido pela diferença entre a produção e os consumos intermédios.

Volume de negócios: Quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às actividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos directamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade.